



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia

Ana Luiza Violato Espada

**Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para
o manejo florestal comunitário na Amazônia:**

O caso da Floresta Nacional do Tapajós

Belém, Pará

2015

Ana Luiza Violato Espada

**Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para
o manejo florestal comunitário na Amazônia:**

O caso da Floresta Nacional do Tapajós

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão ambiental
Orientador: Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Coorientador: Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Belém, Pará

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –

Violato Espada, Ana Luiza.

Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós / Ana Luiza Violato Espada. - 2015

151 f.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Mario Vasconcellos Sobrinho.

Coorientador: Gilberto de Miranda Rocha

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

1. Manejo florestal. 2. Parceria público-privada. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Vasconcellos Sobrinho, Mario, *orient.* II. Rocha. Gilberto de Miranda, *oth.* III. Título.

CDD: 23. ed. 634.92098115

Ana Luiza Violato Espada

**Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para
o manejo florestal comunitário na Amazônia:**

O caso da Floresta Nacional do Tapajós

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão ambiental
Orientador: Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Coorientador: Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Aprovado: 25/09/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. André Luís de Assunção Farias
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dra. Ana Maria Albuquerque Vasconcellos
Universidade da Amazônia

Dedico aos povos e comunidades
que vivem da floresta e pela floresta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de expressar minha gratidão por todas as oportunidades que surgiram em minha vida e, em especial, após minha vinda para a Amazônia, sendo uma delas a realização do mestrado profissional.

Agradeço com todo meu amor aos meus pais, Marlene e Roberto, que sempre se dedicaram em proporcionar a mim e às minhas irmãs oportunidades para os estudos e acesso à cultura. Em especial, agradeço à minha mãe, que sempre me motivou a crescer profissionalmente e a estar na Amazônia, em suas palavras “salvando a floresta”. Com amor, também agradeço às minhas irmãs, Marina e Lívia, e a todos os meus familiares que acompanham minha trajetória profissional.

Agradeço ao meu companheiro, Igor Vianna, que foi compreensivo e sempre me estimulou a continuar a estudar e a me dedicar ao mestrado e ao meu trabalho. Obrigada pelo chocolate nos momentos mais difíceis!

Às minhas amigas que cresceram comigo, Luciana e Thalita, que sempre vibram quando tenho algum sucesso profissional. Aos meus amigos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ, em especial a Mariana Vedoveto, por me apresentar Belém da melhor maneira possível, e à Roberta Amaral, que se dedicou a ler meu trabalho e a passar suas impressões. Agradeço também aos amigos do mestrado, que foram fundamentais para me motivar e seguir em frente.

Obrigada ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) por terem acreditado na minha proposta de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, que acreditou em mim e na minha vontade de aprimorar cada vez mais meu trabalho, que apostou e me desafiou, permitindo que eu adquirisse mais gosto pela pesquisa científica. Obrigada pelo tempo de dedicação durante as orientações e estímulo para publicações em eventos e revistas científicos.

Agradeço também ao meu coorientador, Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha, que sempre me recebeu muito bem para conversas longas e me ajudou no direcionamento de algumas questões ímpares do estudo; e aos demais professores

do PPGEDAM, que compartilharam suas experiências e permitiram que eu ampliasse meus conhecimentos sobre a Amazônia.

Agradecimento especial a duas pessoas da Universidade Federal do Pará (UFPA) que me ajudaram em diversos momentos para a normatização deste trabalho: Profa. Dra. Marise Condurú e Elisângela Costa.

Ao meu novo amigo, Cleberson Santos, que me ajudou com a compreensão da análise de redes sociais e uso de programas para análise estatística e geração de sociogramas.

Agradeço aos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Dárlison Andrade e Fábio Menezes, que possibilitaram minha participação na reunião do conselho consultivo da Floresta Nacional do Tapajós e disponibilizaram diversos arquivos para o estudo.

Aos colegas do Instituto Floresta Tropical (IFT), que compreenderam minha ausência em alguns momentos desses dois últimos anos, e ao próprio IFT, por possibilitar minha ida a Santarém e a Brasília, além de permitir o desenvolvimento do mestrado profissional.

Por fim, mas não menos importante, obrigada a todos os entrevistados pela confiança e disponibilidade em colaborar com a pesquisa, em especial, aos amigos da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), com os quais aprendi muito nesses últimos anos.

A Viagem

Eu vim de longe pra encontrar o meu caminho,
Tinha um sorriso e o sorriso ainda valia.
Achei difícil a viagem até aqui,
Mas eu cheguei, mas eu cheguei.

Eu vim depressa, eu não vim de caminhão.
Eu vim a jato neste asfalto e neste chão.
Achei difícil a viagem até aqui,
Mas eu cheguei, mas eu cheguei.

Eu vim por causa daquilo que não se vê.
Vim nu, descalço, sem dinheiro e o pior,
Achei difícil a viagem até aqui,
Mas eu cheguei, mas eu cheguei.

Eu tive ajuda de quem você não acredita.
Tive a esperança de chegar até aqui.
Vim caminhando, aqui estou, me decidi:
Eu vou ficar, eu vou ficar.

Autoria desconhecida

RESUMO

Nesta dissertação analisou-se a contribuição da parceria no manejo florestal comunitário para a gestão de recursos naturais e desenvolvimento local em florestas públicas da Amazônia brasileira. Os objetivos específicos foram compreender os mecanismos de funcionamento das parcerias e como elas influenciam na implementação do manejo florestal comunitário em florestas públicas; compreender se existem relações desiguais de poder nas parcerias e se os parceiros lançam mão de mecanismos para compensar tal desequilíbrio; e analisar os benefícios que as parcerias aportam na implementação e consolidação do manejo florestal comunitário, propondo recomendações para a busca do desenvolvimento local pautado na gestão dos recursos naturais. Os conceitos teóricos que fundamentam o estudo são da governança ambiental, parceria e desenvolvimento local por envolverem diferentes atores atuando de forma sinérgica para a promoção da melhoria da qualidade de vida, bem-estar social e uso sustentável dos recursos naturais. A metodologia foi baseada em um estudo de caso único de uma cooperativa comunitária que executa manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós, região oeste do Pará. Os resultados revelam que o manejo florestal comunitário nesta floresta pública foi implementado e aprimorado a partir de uma rede de parceiros envolvendo governo, sociedade civil organizada, empresa, universidade e comunidades locais. Mostram, ainda, que existem relações desiguais de poder nas relações entre os parceiros e inexistem uma estratégia para as parcerias, enfraquecendo o capital social estabelecido. Mesmo assim, as parcerias contribuem para a formatação da gestão coletiva dos recursos florestais, a qual se mostra eficiente e qualificada, ao permitir a geração de trabalho, renda e aperfeiçoamento técnico e profissionalizante dos moradores da floresta. O modelo de gestão do manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós é referência nacional e internacional, sendo fruto da atuação de diversos parceiros institucionais, políticos e técnicos e que promovem, cada um com sua expertise, as bases para o desenvolvimento local do oeste do Pará, Amazônia.

Palavras-chave: Parceria. Manejo Florestal Comunitário. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The dissertation deals with the contribution of partnership in the context of environmental governance in community forestry for the management of natural resources and local development in public forests of the Brazilian Amazon. The specific objectives were to understand the mechanisms of partnerships and how they influence the implementation of community forest management in public forests; to understand whether there are uneven power relations in partnerships and what partners do to compensate this imbalance of power and; to analyze the benefits of partnerships on implementation and consolidation of community forest management, proposing recommendations for the pursuit of local development based on the management of natural resources. The theoretical concepts underlying the study are environmental governance, partnerships and local development as these three concepts involve different stakeholders acting synergistically to promote improved quality of life, social wellbeing and sustainable use of natural resources. The methodology focused on a case study of a community-based cooperative that runs forest management in the Tapajós National Forest, West of Pará State. The research results reveal that the community-based forest management was implemented and enhanced by a partnership among different actors, involving government, civil society, enterprise, university and local communities. The results also show uneven power relationships among partners and lack of strategy for partnerships, which weakens the social capital previously established. Yet partnerships contribute to the collective management of forest resources, which is efficient and qualified because it contributes to job generation, income increase, and technical and vocational training of forest dwellers. The community-based forest management model in the Tapajós National Forest is regarded as a national and international reference being the result of the performance of different institutional, political and technical partners. Each partner through its unique expertise providing support for the local development in the West of Pará, Amazônia.

Keywords: Partnership. Community Forest Management. Local Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Estimativa de área potencial para o uso florestal na Amazônia Legal.	28
Mapa 1	– Localização geográfica da Floresta Nacional do Tapajós.	32
Fotografia 1	– Trecho asfaltado da rodovia BR-163 que dá acesso à Floresta Nacional do Tapajós.	34
Quadro 2	– Estrutura organizacional da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	37
Mapa 2	– Mapa de zoneamento ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.	39
Quadro 3	– Levantamento de iniciativas de manejo florestal licenciadas para produção madeireira em andamento nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais da Amazônia.	42
Esquema 1	– Diagrama de aplicação dos critérios de escolha do estudo de caso.	43
Quadro 4	– Protocolo de observação participante.	46
Quadro 5	– Relação de entrevistas por organização representada, local da entrevista e número de representantes por organização.	48
Quadro 6	– Relação de organizações parceiras da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós mapeadas nas entrevistas e breve descrição sobre as mesmas.	50
Quadro 7	– Exemplo da matriz quadrada para análise do grau de cooperação entre cooperativa e organizações parceiras.	52
Quadro 8	– Área manejada (em hectares), produção de madeira em tora (em metros cúbicos) e demonstrativo dos resultados dos exercícios fiscais, no período de 2005 a 2013, do manejo florestal realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	67
Gráfico 1	– Análise de rede social das relações de proximidade entre as parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós.	70
Esquema 2	– Linha do tempo das relações de parcerias conforme perspectiva dos cooperados da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós entrevistados no levantamento de dados primários do estudo.	72

Gráfico 2	– Distribuição da tipologia de parcerias identificadas na pesquisa de campo, segundo perspectiva dos cooperados (traço em azul) e analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (traço em vermelho).	76
Esquema 3	– Relações de influência na tomada de decisão, assistência técnica e institucional e controle da produção madeireira em função do organograma da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	94
Gráfico 3	– Percentual de florestas públicas destinadas e não destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2014.	104
Quadro 9	– Área de florestas públicas destinadas em agrupamento por tipo de uso da floresta, inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2014.	105
Quadro 10	– Distribuição dos benefícios financeiros do manejo florestal, conforme normas estatutárias, aprovadas em assembleia geral da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	108
Fotografia 2	– Exemplos de produtos florestais beneficiados por moradores da Floresta Nacional do Tapajós e Comercializados pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	110
Gráfico 4	– Incremento do desmatamento anual na Floresta Nacional do Tapajós para o período analisado de 2000 a 2013.	112
Gráfico 5	– Incremento do desmatamento anual nas Florestas Nacionais do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 para o período analisado de 2000 a 2013.	114
Mapa 3	– Contextualização do território onde situa-se a Floresta Nacional do Tapajós.	115
Gráfico 6	– Análise do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de representantes da Diretoria da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.	117
Gráfico 7	– Análise do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de um analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.	118
Esquema 4	– Recomendações para a ação de criação e manutenção de parcerias.	131

LISTA DE SIGLAS

CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIRAD	Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
Coomflona	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
CTC	Conselho Técnico Consultivo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEP	Floresta em Pé
FLOAGRI	Floresta e Agricultura na Amazônia
Flona	Floresta Nacional
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBEF	Instituto de Biodiversidade e Florestas
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFT	Instituto Floresta Tropical
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INAM	Instituto Natureza Amazônica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITTO	<i>International Tropical Timber Organization</i>
LBA	Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MFS	Manejo Florestal Sustentável
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA	Ministério do Meio Ambiente
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PPGEDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PRODEPEF	Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal
PRODES	Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
ProManejo	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Tapajoara	Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	20
1 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE SOBRE MANEJO FLORESTAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	24
2 A FLONA DO TAPAJÓS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E HISTÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO	31
2.1 CONTEXTO TERRITORIAL	31
2.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO	34
3 ARCABOUÇO METODOLÓGICO: MÉTODO, TÉCNICAS E LIMITAÇÕES PARA COMPREENDER A PARCERIA PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO	40
3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	40
3.2 SELEÇÃO DE CASO PARA ESTUDO	41
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	44
3.3.1 <i>Análise documental</i>	44
3.3.2 <i>Observação participante</i>	45
3.3.3 <i>Entrevista semiestruturada</i>	46
3.3.3.1 Análise de redes sociais	49
3.3.3.2 Grau de cooperação	49
3.4 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA	52
4 GOVERNANÇA AMBIENTAL E PARCERIA PARA O MANEJO DE FLORESTAS COMUNITÁRIAS	55
4.1 INTRODUÇÃO	55
4.2 GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA ALAVANCAR O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO ...	57
4.3 PARCERIA ENQUANTO DIMENSÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL	63
4.4 PARCERIAS PARA O ESTABELECIMENTO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, PARÁ	66

4.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES: A PARCERIA ENQUANTO DIMENSÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O ESTABELECIMENTO DO MANEJO DE FLORESTAS COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA	77
5 A COOPERAÇÃO MÚTUA E EQUILÍBRIO DE PODER NAS RELAÇÕES DE PARCERIA.....	79
5.1 INTRODUÇÃO.....	79
5.2 GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	81
5.3 A PARCERIA PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DE FLORESTAS PÚBLICAS	86
5.4 RELAÇÕES DE PODER NAS PARCERIAS.....	90
5.5 COMO ALCANÇAR EQUILÍBRIO EM RELAÇÕES DE PODER DESIGUAL NAS PARCERIAS? .	92
5.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES: A COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O EQUILÍBRIO DO PODER	99
6 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	102
6.1 INTRODUÇÃO.....	102
6.2 PARCERIAS PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO: POR QUE TÊ-LAS?	103
6.3 A COOPERAÇÃO NAS PARCERIAS PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS	116
6.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES: PARCERIAS PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	120
7. CONCLUSÕES: PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA	123
8. RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARCERIAS NO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO.....	128
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	144
APÊNDICE B – PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	146
APÊNDICE C – RESULTADOS DAS ANÁLISES DE REDES SOCIAIS	147

APRESENTAÇÃO

Não é comum fazer apresentação em uma dissertação de mestrado e justifico isto para esclarecer, primeiro, o formato de apresentação deste trabalho, no qual busquei aportar inovação ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e, segundo, para situar minha experiência profissional e minha relação com o objeto de pesquisa.

Apresento a dissertação em capítulos introdutórios sobre o objeto de estudo e o arcabouço metodológico e em formato de artigos científicos, ao invés de adotar capítulos específicos para a discussão teórica, apresentação de dados, análises, discussão e conclusões. Mesmo assim, atendo às regras gerais que definem uma dissertação de mestrado, sendo aquelas que contemplam um estudo científico retrospectivo, com tema único, delimitado no espaço e no tempo e com objetivos claros para reunir, analisar e interpretar as informações.

A escolha pelo formato se deu conforme amadurecimento do projeto de pesquisa e por influência do meu orientador, que propôs o desafio, tão breve aceito por mim, pois desafios fazem parte de minha trajetória acadêmica e profissional. Um deles foi encarar a mudança de minha cidade de origem, Campinas, para estudar engenharia florestal na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba, ambas cidades paulistas. Outro desafio foi migrar para o estado do Pará para trabalhar com manejo florestal e pela causa do desenvolvimento comunitário.

Meu primeiro trabalho na Amazônia foi uma pesquisa realizada no âmbito de dois projetos – Floresta e Agricultura na Amazônia (FLOAGRI) e Floresta em Pé (FEP) –, envolvendo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e outras organizações.

A pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2009 e fez parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação. Por meio dela tive a oportunidade de conhecer alguns assentamentos rurais da BR-230 (Transamazônica) e da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), para compreender as motivações e estratégias de pequenos produtores rurais para o manejo florestal.

Nesta ocasião incluí a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós em minha pesquisa, iniciando a minha relação com a Flona e com a cooperativa que realiza a gestão e execução do manejo florestal comunitário nesta Unidade de Conservação (UC).

Durante a pesquisa, ainda como estudante e estagiária da EMBRAPA e do CIRAD, entrevistei alguns cooperados e moradores da Flona do Tapajós, conheci a então gestora desta floresta pública e analistas ambientais do IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com as quais mantenho contato até hoje.

Em seguida, entre abril e junho de 2009, quando estava finalizando o TCC, participei do processo de seleção do Instituto Floresta Tropical (IFT) e iniciei minha jornada nesta organização não governamental (ONG), onde trabalho desde então. O IFT é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com foco em questões florestais e tem por missão disseminar e promover boas práticas de manejo florestal na Amazônia por meio de capacitações, treinamentos e assistência técnica e extensão florestal.

No IFT encarei com outros colegas o desafio de estabelecer um programa para atender as demandas por capacitação, treinamento e assistência técnica de comunidades e populações tradicionais da Amazônia. Para isto, tive grande vivência em diferentes situações, com diversas organizações e em diferentes lugares. Visitei, realizei palestras, treinamentos e cursos sobre manejo florestal em assentamentos rurais, territórios quilombolas e UCs. Além disso, participei e coordenei projetos relacionados ao setor florestal amazônico, quando tive maior contato com a indústria madeireira da região.

Os desafios sempre foram diários, constantes e motivadores. Sem muito conhecimento teórico sobre as dimensões amazônicas – Amazônia dos rios, das estradas, das regiões e das políticas –, fui descobrindo empiricamente a diversidade cultural e social das pessoas que vivem na região e que se relacionam com a floresta tropical.

Descobri que, se minha intenção era conservar a floresta e promover a melhoria da qualidade de vida a partir do uso econômico dos recursos naturais, eu precisava conhecer mais profundamente a realidade daquelas pessoas que vivem da floresta e pela floresta, as populações tradicionais. Iniciei, então, minha jornada como técnica para fomentar o manejo em florestas públicas comunitárias.

Contudo, em certo momento, senti falta de um aprofundamento teórico sobre algumas questões, especificamente aquelas relacionadas à gestão de florestas públicas comunitárias, como as Reservas Extrativistas (Resex). Propus-me, então, a um novo desafio, o mestrado em gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, ofertado pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA).

Hoje, ao finalizar o estudo e contemplar o trabalho realizado, fico satisfeita por ter assumido o desafio e seguido com ele até o fim. O que desenvolvi neste estudo relaciona-se com o debate sobre o papel da parceria enquanto dimensão da governança ambiental para consolidar o manejo florestal como prática de uso econômico de florestas públicas amazônicas. Sinto-me realizada porque, ao longo do processo de amadurecimento teórico, busquei aplicar o novo conhecimento no meu dia-a-dia profissional e já visualizo resultados.

Aceitar desafios geram riscos. Quando abri mão de morar na região Sudeste do Brasil, de ficar longe de minha família e de adentrar em terras totalmente desconhecidas por mim e toda minha bagagem cultural e histórica, arrisquei-me e não me arrependi, pois estou dando conta do recado. Espero que o desafio do mestrado e do formato de apresentação desta dissertação também me traga êxito ou, pelo menos, me permita inovar na minha carreira profissional.

INTRODUÇÃO

As pressões pelo uso e apropriação dos recursos naturais derivadas dos processos de adoção hegemônica de um sistema político e econômico baseado no usufruto de curto e médio prazo da natureza têm causado ameaças ao modo de vida das populações que vivem em ecossistemas florestais provocando, como consequência, grande degradação florestal e desmatamento.

Uma das respostas aos problemas relacionados ao uso dos recursos naturais e manutenção e/ou melhoria da qualidade de vida da população local foi a criação de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação (UCs). Nestas áreas protegidas, quando a permanência de população é permitida, tem-se o manejo de florestas nativas entre as possibilidades de geração de renda e desenvolvimento local.

Na Amazônia brasileira, o manejo florestal é permitido por lei e pode ser realizado por comunidades que vivem em UCs. Entretanto, o manejo florestal comunitário ainda enfrenta uma série de adversidades para se consolidar como uma atividade econômica sustentável, como a falta de regularização fundiária; o baixo investimento em iniciativas econômicas comunitárias; a falta de infraestrutura básica para moradias e escoamento da produção; a dificuldade de acesso à educação de qualidade no meio rural; o baixo atendimento na área de saúde; o pouco acesso à assistência técnica agrícola e florestal de qualidade, entre outros.

Todavia, as dificuldades enfrentadas para a consolidação do manejo florestal comunitário têm sido mitigadas a partir de ações locais que buscam na superação dos conflitos as soluções para a conservação ambiental e desenvolvimento local. Acredita-se na potencialização de ações coletivas e cooperação entre os atores para ampliação das possibilidades de desenvolvimento pautado na conservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, ainda existem muitos desafios para que as comunidades locais efetivem o manejo florestal comunitário por via de ações coletivas e cooperação. Especificamente nas UCs de uso sustentável, os mecanismos de gestão participativa que qualificam a discussão para a tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais, tendo a sociedade local e governo como protagonistas do processo, ainda não são suficientes devido aos jogos de poderes que ocorrem

nesses ambientes democráticos. Surgem, então, outras formas de qualificar o processo de construção de ações coletivas para o desenvolvimento local, dentre essas a governança ambiental. Preliminarmente, conceitua-se governança ambiental como um arcabouço de regras e comportamentos que são exercidos para as relações entre os diversos atores da sociedade - incluindo comunidade local, governo e mercado -, com o sistema ecológico.

No âmbito da governança ambiental, a constituição de parcerias entre diferentes atores sociais tem sido utilizada para fortalecer a ação local para a gestão compartilhada de florestas públicas amazônicas, possibilitando, assim, a promoção do manejo florestal comunitário para a conservação ambiental e desenvolvimento local. Inicialmente entende-se parceria como a relação entre dois ou mais atores que unem esforços e recursos em prol de um objetivo comum. Assim, emerge o seguinte questionamento: em que medida a parceria enquanto uma dimensão da governança ambiental tem sido efetiva para o manejo florestal comunitário?

Para que se possa entender o questionamento central acima exposto deve-se passar necessariamente por quatro subjacentes questões: (1) Em quais circunstâncias foram criadas as parcerias para o manejo florestal comunitário? (2) Quais são os mecanismos de funcionamento das parcerias e como estes influenciam na implementação do manejo florestal comunitário? (3) a parceria enquanto dimensão da governança ambiental promove equilíbrio de poder para o manejo florestal comunitário? (4) Quais são os benefícios que a parceria aporta na implementação e consolidação do manejo florestal comunitário?

Sob as perspectivas apostas, o objetivo deste trabalho é compreender em que medida a parceria enquanto dimensão da governança ambiental é efetiva para a implementação do manejo florestal comunitário e o desenvolvimento local em florestas públicas da Amazônia brasileira.

Os objetivos específicos relacionam-se à compreensão da dinâmica das parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário; identificação de relações desiguais de poder nas parcerias; e à análise dos benefícios que as parcerias aportam na implementação e consolidação do manejo florestal comunitário. Ao fim, objetiva-se recomendar estratégias de parcerias para o fomento ao manejo florestal comunitário em florestas públicas brasileiras.

Para atender os objetivos deste estudo, o trabalho está dividido em três capítulos introdutórios e três capítulos no formato de artigos científicos. Assim, o

primeiro capítulo trata do tema central do estudo, o manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira; o segundo capítulo apresenta o objeto de estudo, a Floresta Nacional do Tapajós, contextualizando o território onde esta floresta pública está situada, bem como elementos da história de sua criação e da cooperativa responsável pelo manejo florestal comunitário; o terceiro capítulo introdutório aborda a metodologia utilizada para dar suporte à discussão teórica e empírica do estudo.

O estudo é considerado uma pesquisa analítico-descritiva, tendo como método de investigação o estudo de caso único e o uso de três procedimentos técnicos para coletas de dados primários e secundários: a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista semiestrutura. A partir desta última, foram realizadas análises de rede social para compreender a estrutura e dinâmica da rede de parceiros estabelecida na Flona do Tapajós a partir da análise de centralidade, intermediação e proximidade entre os atores (ou nós).

Com a metodologia apresentada, bem como seus limitantes discutidos, finalizam-se os capítulos introdutórios da dissertação e iniciam-se os capítulos em formato de artigos científicos.

Os três capítulos em formato de artigos científicos possuem uma introdução, o aporte teórico para subsidiar a discussão, os resultados obtidos a partir da análise de um estudo de caso único e as conclusões preliminares. Alguns elementos são comuns nos três capítulos/artigos, tornando a leitura um pouco repetitiva. Entretanto, retomar tais elementos foi importante para a compreensão dos assuntos tratados em cada um deles.

Os capítulos principais, apresentados na forma de artigos científicos, abordam três temas estruturantes da discussão: mecanismos de funcionamento das parcerias no contexto do manejo florestal comunitário; relações desiguais de poder nas parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário; e benefícios que as parcerias aportam para o manejo florestal comunitário. Observa-se, com isso, que a centralidade do estudo é o manejo florestal comunitário e que a discussão teórica e empírica traz a abordagem da governança ambiental para debater como, em quais condições e por que a parceria, enquanto dimensão da governança ambiental, pode influenciar a implementação e consolidação do manejo florestal comunitário como atividade econômica sustentável.

Os capítulos/artigos também estão conectados entre si. O primeiro discute a dinâmica das parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário na Flona do

Tapajós a partir da análise documental e das entrevistas semiestruturadas. O segundo capítulo trata do desequilíbrio de poder nas relações de parceira, buscando compreender a desigualdade de poder nas parcerias, como isto pode afetar a consolidação do manejo florestal comunitário e como os parceiros estão lidando para superar tais desafios. Considerando que cooperação mútua pode manter a parceria mesmo em relações desiguais de poder, o terceiro capítulo aborda questões relacionadas à cooperação entre os parceiros e análise dos reais benefícios as parcerias aportam para a implementação e consolidação do manejo florestal comunitário em uma floresta pública da Amazônia.

Cada capítulo/artigo possui conclusões preliminares e no sétimo capítulo são apresentadas as conclusões finais do estudo. Por fim, são apresentadas recomendações para a construção e manutenção de parcerias para que outras iniciativas que envolvem comunidades, governo, empresas, universidades e organizações da sociedade civil possam lançar mão e aprimorar seus próprios processos para o estabelecimento de atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas da Amazônia relacionadas ao bem-estar social e desenvolvimento.

1 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE SOBRE MANEJO FLORESTAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O uso econômico dos recursos florestais amazônicos é possível por meio do manejo florestal sustentável (MFS) (LENTINI et al., 2012; KAIMOWITZ, 2005; SIST et al., 2011; VERÍSSIMO; BARRETO, 2005; ZARIN, 2005). Este tipo de manejo pode ser considerado estratégia de conservação da natureza (LENTINI et al., 2012; SCHULZE et al., 2008; ZARIN, 2005) que se apresenta como alternativa ao uso predatório dos recursos naturais (KELLER et al., 2005; VERÍSSIMO; BARRETO, 2005) para a conservação ambiental com vistas à proteção da sociobiodiversidade, geração de trabalho e renda (JONG et al., 2008; LENTINI et al., 2012; SCHMINK, 2005), bem como, para a mitigação de fatores causadores de mudanças climáticas, como emissão de gás carbônico pela degradação florestal e desmatamento (KELLER et al., 2005).

Embora o manejo florestal sustentável seja considerado uma estratégia eficiente de conservação das florestas tropicais (ZARIN, 2005), alguns autores (FONSECA et al., 2005; KELLER et al., 2005; SCHULZE et al., 2008) apontam deficiências para a sustentabilidade ecológica de florestas manejadas no longo prazo. Schulze et al. (2008) concluem que os estudos científicos relacionados ao ciclo de corte de espécies madeireiras são insuficientes para garantir a regeneração esperada de uma floresta de produção. Os mesmos autores apontam ainda que os sistemas de MFS não devem ser pautados apenas na produção, mas na integralização da conservação e planejamento da paisagem e região.

Fonseca et al. (2005) sugerem que a adoção do manejo florestal sustentável depende do combate à exploração florestal predatória e ilegal para que seja lucrativo e tenha mais adesão, uma vez que a madeira de origem ilegal é vendida a menores preços em relação à madeira legalizada.

Kaimowitz (2005) argumenta que grandes companhias, por mais que tenham planos de manejo florestal autorizados, não têm manejado a floresta de maneira sustentável. Para Zarin (2005), discutir até que ponto o manejo florestal sustentável promove ou impede a conservação depende “das particularidades de um regime de manejo específico e da ecologia da floresta específica na qual esse regime é implementado” (ZARIN, 2005, p. 21), além do local onde o manejo florestal é realizado.

Na legislação brasileira, manejo florestal sustentável refere-se à:

Administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal (BRASIL, 2006, Art. 3º).

Sist et al. (2011) recomendam o manejo de uso múltiplo da floresta como alternativa para valorizar as florestas e consolidar atividades econômicas sustentáveis. O uso múltiplo da floresta refere-se à exploração racional de diversos produtos florestais – como madeira, óleos vegetais, cipós, sementes, frutos, casca e folhas – de forma consorciada e planejada para evitar a intensificação do uso de poucas espécies. Guariguata (2013) aponta fortes indícios de que a floresta manejada para o aproveitamento de diversos bens e serviços pode ser tão ou mais eficaz na prevenção do desmatamento e da degradação em relação às áreas florestais protegidas, como as UCs de Proteção Integral.

O conceito de manejo florestal sustentável adotado neste trabalho considera a definição da Lei de Gestão de Florestas Públicas (BRASIL, 2006) e a literatura que aponta a diversidade biológica da floresta e as possibilidades do uso de diferentes produtos e serviços florestais¹ (GUARIGUATA, 2013; SIST et al., 2011) a partir do manejo de uso múltiplo da floresta. Desta forma, manejo florestal trata-se da administração de uma floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, aplicando técnicas e práticas de exploração de impacto reduzido e garantindo que a floresta seja capaz de suprir, de forma contínua, produtos e serviços ecossistêmicos².

A lógica da gestão para o uso múltiplo de bens e serviços florestais aplica-se, sobretudo, para produtores de pequena escala ou grupos de pessoas de mesma identidade social que executam as atividades em comum acordo e de forma coletiva (GUARIGUATA, 2013), como remanescentes de quilombo, extrativistas, ribeirinhos, produtores agrícolas de escala familiar, entre outros.

Schmink (2005) e Kaimowitz (2005) contestam o modelo de concessão de florestas públicas para grupos específicos e restritos, como as empresas, e

¹ Serviço florestal trata-se do turismo e outras ações ou benefícios decorrentes do manejo e conservação da floresta não caracterizados como produtos florestais (BRASIL, 2006).

² São serviços úteis oferecidos pela floresta, como a regulação de gases de efeito estufa (produção de oxigênio e captura de carbono), regulação do clima, manutenção da biodiversidade, proteção dos solos e regulação das funções hídricas, belezas cênicas, valor sociocultural, entre outros (ANDRADE; ROMEIRO, 2009).

defendem que os incentivos para o MFS devem ser direcionados para as comunidades e populações locais na lógica da distribuição da renda e combate à pobreza. Para Schmink (2005, p. 162), “as condições que tornam possíveis o manejo florestal sustentável são substancialmente diferentes entre as comunidades e as operações comerciais madeireiras”. A autora sugere que o MFS tem “potencial de distribuir benefícios sociais e de promover o manejo florestal em várias paisagens já utilizadas pelos produtores rurais” (SCHMINK, 2005, p. 165).

O MFS pode ser realizado de forma empresarial, que é fundamentado, sobretudo, no interesse de rentabilidade financeira da atividade, ou por produtores florestais de pequena escala e moradores de florestas comunitárias, “motivados pelo debate sobre a participação das populações tradicionais³, [ou ainda] por pequenos proprietários, no manejo sustentável de florestas [públicas]” (AMARAL NETO et al., 2008, p. 231), como as UCs e os assentamentos ambientalmente diferenciados⁴.

Segundo Jong et al. (2008), a política florestal promovida na maioria dos países latino-americanos adota o conceito de manejo florestal sustentável como forma de uso da floresta e, parte desse conceito, apresenta o manejo florestal comunitário⁵ (MFC) como estratégia participativa e equitativa do MFS para promoção do desenvolvimento sustentável.

O uso dos recursos florestais por famílias e comunidades que dependem das florestas para satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação e construção de moradias, é realizado há décadas (BECKER, 1994; SCHULZE et al., 2008). Entretanto, o termo manejo florestal comunitário se difundiu a partir da década de 1970 quando agências de desenvolvimento buscaram promover a atividade para melhoria da qualidade de vida das comunidades (JONG et al., 2008).

³ Neste trabalho reconhece-se que é amplo o debate sobre o conceito de população tradicional. Entretanto, adota-se por população tradicional a definição do Decreto nº. 6.040/2007, que em seu Art. 3º define os povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007a).

⁴ São aqueles assentamentos criados pelo governo nas categorias que priorizam o recurso natural, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável, Projetos Florestais e Projetos Agroextrativistas (INCRA, 2010).

⁵ O Decreto nº. 6.874/2009 considera manejo florestal comunitário e familiar a execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema (BRASIL, 2009, Art 2º).

O MFC não é um empreendimento empresarial, pois não está relacionado a grupos econômicos que visam à obtenção de lucro sobre o capital natural. O MFC está “intrinsecamente ligado a uma comunidade social e a seu contexto histórico e ecológico” (SCHMINK, 2005, p. 162) e é mais uma atividade dentre outras que garantem a sobrevivência de grupos sociais que vivem em ambientes florestais e que dependem dos recursos naturais para geração de trabalho e renda, garantindo sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (BRASIL, 2007a, Art. 3º).

Entende-se que o manejo florestal realizado por comunidades é uma das opções que conciliam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico (HUMPHRIES et al., 2012; JONG et al., 2008). O MFC incorpora os princípios do manejo florestal sustentável e, neste estudo, é compreendido como o uso e o aproveitamento do recurso florestal por grupo organizado coletivamente que possui direitos sobre os recursos naturais (BRASIL, 2007a) e assume compromissos de longo prazo com a floresta (De CAMINO, 2002).

Alguns autores (FANTINI; CRISÓSTOMO, 2009; MEDINA; POKORNY, 2014) apontam fragilidades dos processos que envolvem o MFC, principalmente com vistas à produção madeireira. Fantini e Crisóstomo (2009) revelam que em Resex, o uso da floresta para fins madeireiros causa insegurança aos moradores locais e controvérsias, pois os autores concluem que as decisões para a exploração madeireira partiram de grupos de interesse e não do coletivo, fragilizando o processo como um todo. Radachowsky et al. (2013) sugerem que as concessões florestais comunitárias na Guatemala que tiveram mais êxito foram aquelas em que seus membros decidiram de forma deliberada e voluntária trabalhar juntos por um objetivo comum.

Para Medina e Pokorny (2011), parte do insucesso de iniciativas de MFC na Amazônia brasileira pode ser atribuída às iniciativas comunitárias que possuem rentabilidade financeira limitada⁶, exigem altos investimentos em sua implementação e tendem a demandar subsídios constantes. Todavia, o MFC ainda não é visto como um negócio sustentável, que demanda gestão apropriada, boa administração e gerenciamento para seu crescimento e continuidade no longo prazo

⁶ Humphries et al (2012) contestam que, mesmo sem lucratividade, o manejo madeireiro realizado por comunidades gera renda para a mão de obra envolvida, atingindo um dos objetivos do manejo florestal comunitário.

(RADACHOWSKY et al., 2013; MEDINA; POKORNY, 2014), o que poderia contribuir para o sucesso das iniciativas estudadas por Medina e Pokorny (2014) e Humphries et al. (2012), nos estados do Pará e Amazonas.

Embora existam limitações para sua implementação como atividade produtiva sustentável, o MFC é considerado opção promissora para o desenvolvimento local (BRASIL, 2009; HUMPHRIES et al., 2012; SABOGAL, 2008). A partir desse entendimento, o MFC ganhou visibilidade nas últimas duas décadas (AMARAL NETO et al., 2008; JONG et al., 2008) devido a sua importância para a conservação dos recursos naturais aliada à geração de riquezas econômicas e benefícios sociais.

Segundo Graffin et al. (2011), o manejo florestal na Amazônia brasileira depende da valorização das florestas comunitárias. Carneiro et al. (2011) apresentam uma estimativa da área potencial de uso florestal na Amazônia Legal⁷ revelando que 66% é de uso comunitário (Quadro 1).

Quadro 1 – Estimativa de área potencial para o uso florestal na Amazônia Legal.

Categoria	Área		Potencial de uso (em Km ²)	
	Km ²	%	Empresarial	Comunitário
Floresta Nacional	190.542	21	95.271	38.108
Floresta Estadual	101.021	11	50.511	20.204
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	95.777	11	-	47.889
Reserva Extrativista	111.043	12	-	55.522
Área de Proteção Ambiental	147.829	16	-	44.349
Assentamento Rural	254.560	28	-	76.368
Total Geral	900.772	100	145.782	282.439
Total do Potencial de Uso			34%	66%

Fonte: Adaptado de Carneiro et al. (2011).

Considerando a importância das florestas comunitárias para o setor florestal amazônico; o interesse do setor privado que, sem garantias de posse da terra (GRAFFIN et al., 2011), passou a pressionar as florestas comunitárias para acessar seus recursos madeireiros; e o aumento, nas últimas décadas, da extração madeireira nestas florestas (PINTO et al., 2010), o governo, pressionado pelo movimento social e organizações não governamentais, buscou normatizar o MFC.

No Brasil, as primeiras tentativas de normatização desse tipo de manejo iniciaram na década de 1990 (AMARAL NETO et al., 2011; PINTO et al., 2010). No

⁷ A Lei nº. 12.651/2012 considera a Amazônia Legal como sendo os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao Norte do paralelo 13° S, dos estados de Tocantins e Goiás, e a Oeste do meridiano de 44° W, do Maranhão.

entanto, o marco legal que reconhece o manejo florestal realizado por populações tradicionais e comunidades locais e direciona programas e políticas públicas para o fomento dessa atividade foi lançado apenas em 2009, com o Decreto nº. 6.874/2009 (BRASIL, 2009), que integra ações dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por entender a dimensão do uso integrado dos recursos naturais (floresta e agricultura).

Em florestas públicas destinadas na forma de UCs de Uso Sustentável, como Resex, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Flona, mecanismos mais recentes regulam os processos de licenciamento do MFC para que as populações locais beneficiárias dessas áreas possam realizá-lo, como a Instrução Normativa nº. 16/2011 (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2011).

Por mais que a legislação para o MFC tenha avançado na última década, alguns autores (AMARAL NETO, et al., 2008; GUARIGUATA, 2013; JONG et al., 2008; LENTINI et al., 2012) apontam entraves que têm tornado remotas as possibilidades de implementação da atividade com vistas ao desenvolvimento local. Destaque-se a falta de assistência técnica e de extensão florestal, as limitações técnicas e administrativas para lidar com os diferentes produtos florestais, as dificuldades de acesso a linhas de crédito e de financiamento, a dificuldade de acesso às tecnologias de beneficiamento de produtos florestais, a falta de regulamentações condizentes com a escala de produção, a escassez de alternativas de escoamento dos produtos florestais, o apoio insuficiente de órgãos governamentais nas áreas rurais mais distantes, além das deficiências educacionais no meio rural.

Todavia, o manejo florestal comunitário à luz da gestão dos recursos naturais para promoção do desenvolvimento local se mantém como alternativa para a “obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema” (BRASIL, 2009, Art. 2º).

Amaral Neto et al. (2008) apontam que para compreender e caracterizar o MFC é preciso conhecer a diversidade de atores envolvidos com a atividade, como as agências financiadoras, as organizações governamentais e não governamentais, as associações comunitárias, as organizações de classe, os grupos econômicos empresariais e as empresas de assistência técnica rural. Radachowsky et al. (2013)

sugerem o contínuo aprendizado social e o diálogo entre os diversos setores relacionados ao manejo florestal comunitário.

Para Souza e Vasconcellos Sobrinho (2012), a capacidade de articulação político-institucional de diferentes atores do território promove o avanço nas ações de gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local. Compreende-se que o envolvimento amplo e qualificado de diferentes setores da sociedade pode favorecer a eficiência e efetividade de políticas, projetos e programas voltados para a conservação ambiental aliada à melhoria da qualidade de vida da população rural (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

No caso do manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia, como as UCs de Uso Sustentável, as parcerias entre governo, incumbido pela gestão de florestas públicas (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007b); organizações sociais de base, como associações e cooperativas comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais; organizações privadas sem fins lucrativos que têm em sua missão a promoção do uso racional dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável; mercado, como empresas prestadoras de serviços e de compra de produtos da sociobiodiversidade; e instituições de pesquisa e ensino, como universidades e escolas técnicas, podem potencializar a implementação de atividades produtivas sustentáveis, como manejo florestal comunitário, tendo como objetivo maior a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local.

2 A FLONA DO TAPAJÓS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E HISTÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

2.1 Contexto territorial

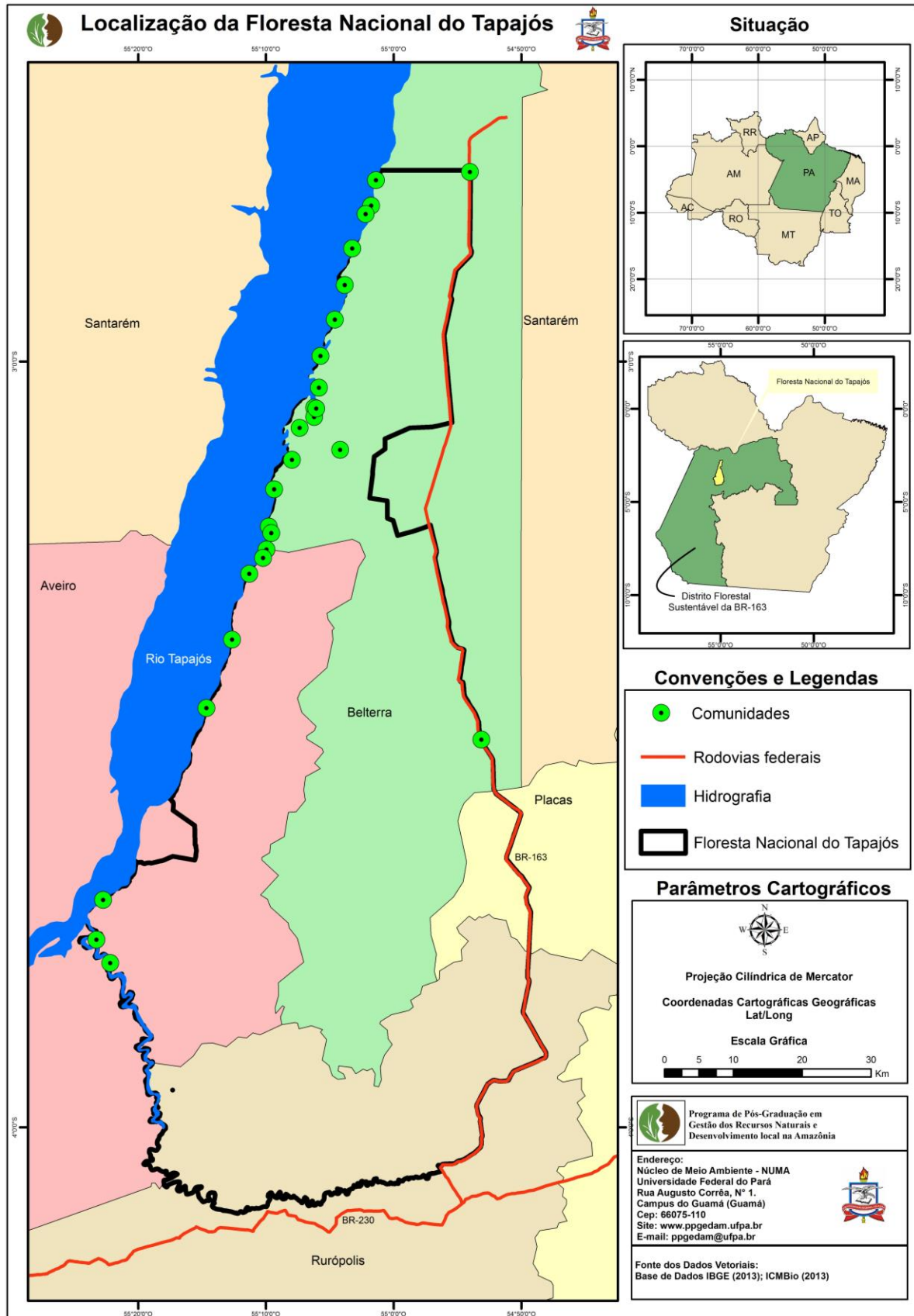
A Flona do Tapajós é uma UC de Uso Sustentável criada pelo Decreto nº. 73.684/1974 (BRASIL, 1974) e tem como objetivo o “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica” (BRASIL, 2000, Art. 17). É uma área protegida do Distrito Florestal Sustentável da BR-163⁸ e está localizada no oeste do estado do Pará, abrangendo os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis (Mapa 1).

A região do oeste paraense, assim como outras fronteiras de colonização da Amazônia (SAYAGO et al., 2004), é marcada pelas políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Ainda em 1950 e 1960, houve uma fase de colonização agrícola dos rios e igarapés da região em que dezenas de famílias nordestinas, apoiadas pelo governo federal e fugindo da seca, se instalaram para o cultivo de subsistência e juta (SABLAYROLLES; MIRANDA, 2011). Mas foi a partir do Primeiro Plano de Integração Nacional (1º PIN, 1970-1974) que ocorreram as principais mudanças estruturais (BECKER, 2005), com a construção das rodovias BR-163 e BR-230 e o crescimento da imigração devido, em parte, à instalação de projetos de colonização (IBAMA, 2004) e à criação de projetos de assentamento da reforma agrária ao longo da BR-163, que tiveram como um dos objetivos a consolidação de atividades agropastoris, considerando a floresta como uma barreira ao crescimento econômico (SABLAYROLLES; MIRANDA, 2011).

O 1º PIN estava relacionado a uma lógica de solução aos problemas enfrentados pela população nordestina (seca, reforma agrária), que pressionava as grandes cidades com o êxodo rural (KOHLHEPP, 2002); expansão da fronteira econômica, sobretudo agrícola (soja, milho, arroz), para o Norte, e incentivos fiscais e financiamentos para o setor privado empregar principalmente na criação de gado, na indústria e em projetos de mineração (KOHLHEPP, 2002).

⁸ Seu objetivo principal é a promoção do desenvolvimento sustentável na área de influência da BR-163. As ações estão sendo executadas pelo MMA, com apoio técnico e gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Europeia (LION, 2009).

Mapa 1 – Localização geográfica da Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Elaborado pela autora.

Em termos de infraestrutura, o governo brasileiro planejou eixos de desenvolvimento a partir da construção de rodovias de longa distância, como a BR-163 e BR-230, servindo também como roteiros de migração para a Amazônia e o estabelecimento de áreas para atividades econômicas conhecidas como “corredores de desenvolvimento” (KOHLHEPP, 2002, p. 38). Ao longo dessas rodovias, nas vicinais, buscou-se, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instalar ‘*urbs*’ rurais, como as agrovilas (50 famílias), agrópolis (600 famílias) e rurópolis (20 mil habitantes), com infraestrutura básica (água, eletricidade, escola, posto de saúde, banco, posto de comunicação, entre outros)⁹. Entretanto, como indicam Sayago e Machado (2004), as ‘*urbs*’ rurais não tiveram muitos resultados positivos devido, sobretudo, à falta de regularização fundiária. Mesmo assim, o 1º PIN impulsionou a imigração em massa para a região Norte, fazendo com que a fronteira agropecuária avançasse rapidamente e adentrasse as florestas.

O setor madeireiro regional, também motivado pela facilidade de acesso às florestas de terra firme (acesso pela estrada) e pelas políticas de colonização promovidas na região, expandiu a exploração florestal e a Flona do Tapajós foi criada como forma de controlar o desmatamento que se acelerou a partir de 1970 (SABLAYROLLES; MIRANDA, 2011). Segundo IBAMA (2004), originalmente, as Flonas foram concebidas como reserva de madeira, e Dubois (1976 apud IBAMA, 2004) apontou a criação da Flona do Tapajós em função da posição estratégica que as áreas de grande potencial florestal ocupavam em relação aos projetos de desenvolvimento pensados para a região, como o 1º PIN.

Originalmente, a Flona do Tapajós foi criada abrangendo 549 mil ha (BRASIL, 1974) e, em 2012, sob a gestão do ICMBio, parte da UC foi desafetada – atualmente a Flona possui 527,3 ha – devido a pressões de moradores da comunidade São Jorge, situada na região do planalto entre os quilômetros 87 e 105 da BR-163, e de representantes da sede do município de Aveiro. O processo de desafetação era discutido desde a criação da Flona (IBAMA, 2004) e justificou-se devido os moradores das áreas desafetadas não estarem de acordo com as restrições de acesso e uso dos recursos naturais colocadas pelo ICMBio e estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

⁹ O PIN era baseado em projetos de colonização em torno das agrovilas, agrópolis e rurópolis criadas para atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizando esses três tipos de ‘*urbs*’ rurais e formando uma hierarquia urbanística cada qual com sua função específica (INCRA, 1973 apud SARAYAO; MACHADO, 2004).

Em um território em que a modalidade fundiária dominante são os assentamentos criados pelo INCRA (SABLAYROLLES; MIRANDA, 2011), a importância da Flona do Tapajós é devida, dentre outros fatores, à sua vegetação – mais de 80% da UC é Floresta Tropical Densa (IBAMA, 2004) com grande potencial para o manejo florestal madeireiro (SILVA et al., 1985).

2.2 Histórico de implantação do manejo florestal comunitário

O ICMBio é o gestor governamental da Flona do Tapajós, constituindo-se como uma autarquia em regime especial vinculada ao MMA e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O órgão é responsável pela execução das ações previstas no SNUC, como implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Com vistas ao SNUC, cabe ainda ao ICMBio fomentar e executar programas de pesquisa e conservação da biodiversidade em UCs federais (BRASIL, 2007b).

Por ser uma floresta pública destinada à produção florestal (BRASIL, 2006) e à pesquisa (BRASIL, 2000), na Flona do Tapajós, atividades econômicas sustentáveis, como o manejo florestal, são permitidas e incentivadas pelas políticas e programas governamentais (BRASIL, 2009). As atividades econômicas nesta UC são favorecidas por sua localização geográfica: por um lado situa-se às margens da rodovia BR-163, em trecho asfaltado e de boa trafegabilidade (Fotografia 1), e por outro lado, às margens do rio Tapajós.

Fotografia 1 - Trecho asfaltado da rodovia BR-163 que dá acesso à Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Fotografia registrada pela autora.

Na Flona do Tapajós são reconhecidas 744 famílias residentes, distribuídas em 24 comunidades¹⁰ localizadas às margens dos rios Cupari e Tapajós e em localidades do eixo rodoviário da BR-163, totalizando 3.417 pessoas. As famílias residentes na UC se identificam (se reconhecem) como agricultores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, indígenas, colonos e tradicionais. Do total de famílias cadastradas pelo governo, 12% se reconhecem como indígenas, somando aproximadamente 80 famílias distribuídas nas aldeias de Marituba, Bragança e Takuara (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2015).

Segundo dados obtidos em levantamento realizado para compor o Plano de Manejo da Flona do Tapajós (IBAMA, 2004), a principal atividade dos moradores desta Flona é a agricultura em regime de exploração familiar, cuja atividades produtivas visam ao sustento da família e à venda de excedentes. O sistema de produção é diversificado, incorporando roçados com cultivos anuais (mandioca, milho, arroz, feijão, outras) e cultivos permanentes (espécies frutíferas, pimenta-do-reino, outras). A caça e a pesca também são importantes atividades relacionadas ao sustento das famílias e, em algumas áreas, ainda se produz gado em pequenas quantidades (uma a dez cabeças¹¹).

A produção extrativista também é importante para a economia local. Espécies florestais como seringa (*Hevea brasiliensis*), cedro (*Cedrela fissilis*), breu (*Protium* spp) e a sucububa (*Himatanthus sucububa*) foram importantes fontes de renda para algumas famílias nas décadas de 1960 e 1970. Segundo IBAMA (2004), existem inúmeros produtos florestais retirados pelos moradores da Flona em regime extrativista, essencialmente para abastecimento da família. Esta ampla gama de atividades extrativistas deve-se à diversidade de recursos que o ambiente florestal e ribeirinho oferece e do conhecimento empírico acumulado ao longo das gerações de famílias que vivem na região, pois “as atividades voltadas ao uso dos recursos florestais são as mais antigas em andamento na Flona” (IBAMA, 2004, p. 232).

Além disso, a Flona do Tapajós é uma floresta pública com grande potencial para a exploração madeireira sob o regime de manejo florestal. Esta atividade iniciou-se no final da década de 1970, em caráter experimental e como

¹⁰ Núcleos de moradores identificados localmente como “comunidades” (IBAMA, 2004).

¹¹ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

parte do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal¹² (PRODEPEF) (IBAMA, 2004). Posteriormente, foi implementado o Projeto de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós para Produção Sustentável de Madeira Industrial, entre 1999 e 2004, com o objetivo de desenvolver um modelo de manejo florestal para a produção sustentada de madeira em florestas tropicais, considerando parâmetros técnicos, sociais, econômicos e ambientais (IBAMA, 2004). O projeto foi apoiado pela *International Tropical Timber Organization* (ITTO) e envolveu a parceria público-privada, com a presença de uma empresa para a execução das atividades exploratórias do manejo florestal.

Com a implementação do projeto apoiado pelo ITTO, também de caráter experimental, os moradores locais manifestaram o descontentamento por não poderem realizar o manejo florestal e passaram a reivindicar seus direitos para o uso econômico da floresta para a produção madeireira.

As reivindicações das famílias relacionam-se ao processo de criação e de regularização fundiária da Flona do Tapajós. Quando a Flona foi criada, inicialmente o governo não reconheceu a presença humana dentro de seus limites, submetendo as famílias a uma série de impedimentos que afetaram a produção de subsistência e trouxeram insegurança quanto a sua permanência na área (SOARES, 2004). Anos mais tardes, este fato refletiu no comportamento dos moradores quando a parceria governo, empresa e ITTO iniciou a exploração florestal.

Somado a isso, o processo de regularização fundiária e de reconhecimento das famílias que viviam na Flona levou mais de 30 anos e envolveu diversos atores sociais, como população local, órgão gestor da UC, órgãos de gestão territorial, sindicato de trabalhadores rurais, entre outros. O processo culminou num plebiscito, em 2003, sobre a permanência das comunidades ribeirinhas na UC, que resultou em 76% dos votantes a favor de permanecer na Flona (IBAMA, 2004). Porém, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) foi entregue às famílias somente em 2010, por intermédio da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, garantindo a permanência e o uso legal dos recursos naturais pelos moradores da Flona (IBAMA, 2004).

¹² O PRODEPEF foi um projeto nacional executado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (extinto em 1989), e que tinha por finalidade promover a pesquisa e o desenvolvimento florestal (BRASIL, 1973).

Neste contexto, as reivindicações foram reforçadas com a aprovação do SNUC, em 2000 (BRASIL, 2000). A partir dos questionamentos manifestados pelas comunidades, com as possibilidades legais para o manejo florestal (IBAMA, 2007) e com o início do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo¹³), uma nova forma de gestão dos recursos florestais na Flona do Tapajós, que considera a participação e o protagonismo dos moradores locais, foi amplamente discutida e implementada.

Atualmente, o manejo florestal para fins de produção madeireira em grande escala é realizado pelos moradores da Flona do Tapajós, que se organizaram por meio do cooperativismo para atender às exigências legais de comercialização deste produto florestal. Foi criada, então, a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), considerada o ente econômico que representa aquelas pessoas interessadas em manejar a floresta de forma coletiva.

A Coomflona possui 212 cooperados¹⁴, sendo todos exclusivamente moradores da Flona do Tapajós. Esta é uma das regras para se cooperar, além daquela que impede que mais de um membro por família cooperado atue simultaneamente nas atividades operacionais do manejo florestal, possibilitando a participação do maior número possível de famílias nas atividades da cooperativa.

A Coomflona é a detentora e executora do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) licenciado pelo IBAMA e em execução desde 2005. Os cooperados se dividem em funções administrativas, técnicas e operacionais (Quadro 2) para a gestão do empreendimento florestal comunitário e a realização das atividades de campo. Além dos cooperados, existem profissionais contratados para serviços específicos, como contabilidade, assessoria jurídica e engenharia florestal.

Quadro 2 – Estrutura organizacional da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Atuação dos cooperados	Número de envolvidos*
Diretoria	06
Conselho fiscal	06
Diretoria comercial	01

¹³ O ProManejo foi criado no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais para experimento e demonstração. Executado pelo IBAMA e MMA, seu objetivo foi apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia, com ênfase na exploração de produtos madeireiros, por meio de ações estratégicas e projetos demonstrativos, sendo executado no período de 1999 a 2006.

¹⁴ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

Atividades de campo	76
Atividades na Ecoloja	03
Técnico florestal	02
Técnico de segurança e saúde do trabalho	02
Auxiliar de escritório na base florestal	02
Atividades na movelaria	16
Coordenação de campo	01
Coordenação de equipes	07
Atividades no escritório	06
Assistente administrativo	01
Atividades de apoio de base	16
Atuação dos não cooperados	Número de envolvidos
Engenheiro florestal	01
Operador de máquinas	02
Advogado	01
Contador	01
Estagiário	02

Fonte: elaborado pela autora a partir de entrevistas e acesso a documentos da Coomflona.

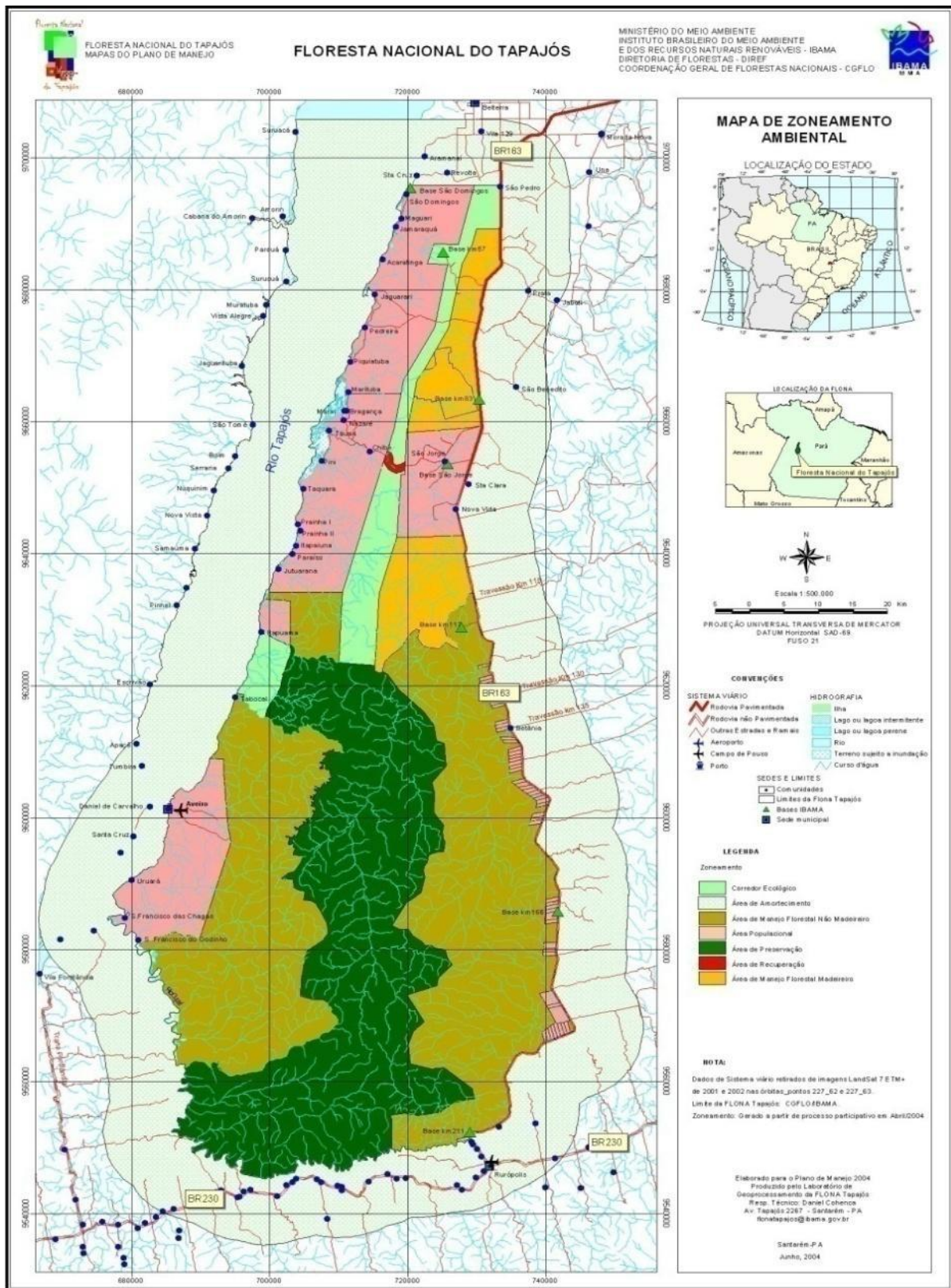
Nota:

* Embora a cooperativa possua 212 cooperados, nem todos estão ativos. No período de coleta dos dados para a presente pesquisa, que ocorreu de 16 de outubro de 2014 a 03 de março de 2015, foram computados 145 cooperados ativos e 7 profissionais contratados.

A área destinada ao manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós, localizada na zona definida como "Área de Manejo Florestal Madeireiro" pelo Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós (ANDRADE et al., 2014), abrange 32.417,88 hectares, que representam 6% da área total da UC (Mapa 2). Anualmente são explorados em regime de manejo florestal mil hectares de floresta (0,2% da área total da UC), com intensidade de exploração de 30 m³/ha e ciclo de corte de 30 anos (ANDRADE et al., 2014).

Originalmente a cooperativa iniciou suas atividades explorando e comercializando madeira em tora, e nos últimos anos vem investindo na diversificação de suas atividades produtivas, como aproveitamento de galhos como matéria-prima para produção de móveis e incentivo à produção de produtos florestais não madeireiros nas comunidades da Flona do Tapajós. A proposta é apostar na verticalização da produção florestal e agrícola para ampliar postos de trabalho e gerar mais condições favoráveis para o desenvolvimento local.

Mapa 2 – Mapa de zoneamento ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Andrade et al. (2014).

3 ARCABOUÇO METODOLÓGICO: MÉTODO, TÉCNICAS E LIMITAÇÕES PARA COMPREENDER A PARCERIA PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

A proposta de apresentação desta pesquisa considerou o formato de artigos científicos de forma que a descrição completa e detalhada do arcabouço metodológico é apresentada antes da revisão de literatura, sendo esta abordada de acordo com o escopo e o objetivo de cada capítulo. Assim, nesta seção, explica-se a abordagem metodológica, o método de investigação e a descrição dos procedimentos técnicos que permitiram a coleta de dados primários e secundários a fim de oferecer o embasamento empírico necessário que subsidiou a discussão contida no estudo. Também são apresentados os critérios para a seleção do estudo de caso, além das limitações identificadas em função do método e técnicas de coleta e análises de dados escolhidos.

3.1 Método de investigação

A metodologia aplicada neste estudo foi baseada na pesquisa analítico-descritiva, usando um estudo de caso único como método de investigação para compreender a interface empírica da discussão sobre a parceria enquanto dimensão da governança ambiental para a implementação do manejo florestal comunitário em florestas públicas brasileiras.

O estudo de caso é um método aplicado em pesquisas da área de ciências sociais que permite ao pesquisador fazer uma análise das características mais amplas – ou holísticas – e significativas da vida real (YIN, 2010). Por meio deste método, é possível aprofundar a compreensão de um fenômeno, englobando importantes condições contextuais. Para Yin (2010), quanto mais a questão de pesquisa se aproxima em explicar “como” ou “por que” algum fenômeno social funciona, mais aplicável se torna o método de estudo de caso.

Considerando que a pesquisa adotada é do tipo analítico-descritiva e que a pesquisadora não teve controle sobre os eventos, buscou-se analisar, como preconiza o método de estudo de caso (YIN, 2010), um determinado fenômeno contemporâneo da vida real em uma floresta pública da Amazônia destinada na forma de UC de Uso Sustentável.

Assim, o estudo de caso foi escolhido para auxiliar a compreensão de como as parcerias podem influenciar a implementação do manejo florestal comunitário, compreendendo seus mecanismos de funcionamento e benefícios associados, além das relações que envolvem os atores nas parcerias estabelecidas.

Adotando o estudo de caso único, buscou-se generalizar a discussão para as proposições teóricas apresentadas neste trabalho, o que é perfeitamente aceitável para esse tipo de método de pesquisa que, conforme Yin (2010), trata-se da generalização analítica.

3.2 Seleção de caso para estudo

A Flona do Tapajós foi escolhida como estudo de caso único por ser tratar de uma floresta pública que possui uma experiência em andamento de manejo florestal madeireiro (com produção florestal e receitas financeiras próprias) realizado por população local (residente em floresta pública) e que possui organizações parceiras (governamentais e não governamentais) que apoiam e fomentam esta atividade econômica (ESPADA, 2013).

Considerando os objetivos deste estudo, foi realizado, como primeira etapa de construção da metodologia, um levantamento sobre os casos de MFC implementados em UCs de Uso Sustentável federais da Amazônia. Por implementados considerou-se aquelas experiências em que há produção florestal madeireira licenciada e geração de receitas financeiras próprias a partir da comercialização da madeira *in natura* (em tora) ou beneficiada (serrada) (Quadro 3).

O produto florestal priorizado neste trabalho foi a madeira, por ser um produto bastante visado no mercado florestal regional da Amazônia (PEREIRA et al., 2010) e devido ao fato de o licenciamento para o uso e comercialização deste produto ser obrigatório, mais complexo e difícil de ser alcançado. Em oposição, mesmo sem licenciamento, comunidades e populações tradicionais possuem mais facilidades de acesso ao uso e comercialização de produtos florestais não madeireiros (BRASIL, 2012). No estado do Pará, por exemplo, foram identificadas 48 iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar para produção madeireira, em contraste às 127 iniciativas que envolvem produtos florestais não madeireiros como látex, andiroba, copaíba, buriti, babaçu, açaí e castanha-do-brasil (PINTO et al., 2010).

Quadro 3 – Levantamento de iniciativas de manejo florestal licenciadas para produção madeireira em andamento nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais da Amazônia.

Unidade de Conservação	Iniciativa em andamento (Nome do detentor)	Produção madeireira	Receita financeira a partir da venda da madeira
Floresta Nacional do Purus	Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá	Não	Não
Floresta Nacional do Tapajós	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós	Sim, ~20 mil m ³	Sim, ~R\$4 milhões por ano
Reserva Extrativista Chico Mendes	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri	Sim, ~4 mil m ³	Não, teve prejuízo para a cooperativa
Reserva Extrativista Ituxi	Associação dos Produtores Agroextrativistas do Rio Ituxi	Não	Não
Reserva Extrativista Rio Ouro Preto	Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	Sim*, ~177 m ³	Não informado
	Associação dos Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto	Sim*, ~107 m ³	Não informado
Reserva Extrativista Verde para Sempre	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum (ASCDESRA)	Sim, ~4 mil m ³	Sim, ~R\$600 mil por ano
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Juçara (ACDSCJ)	Sim, mas paralisado	Não informado

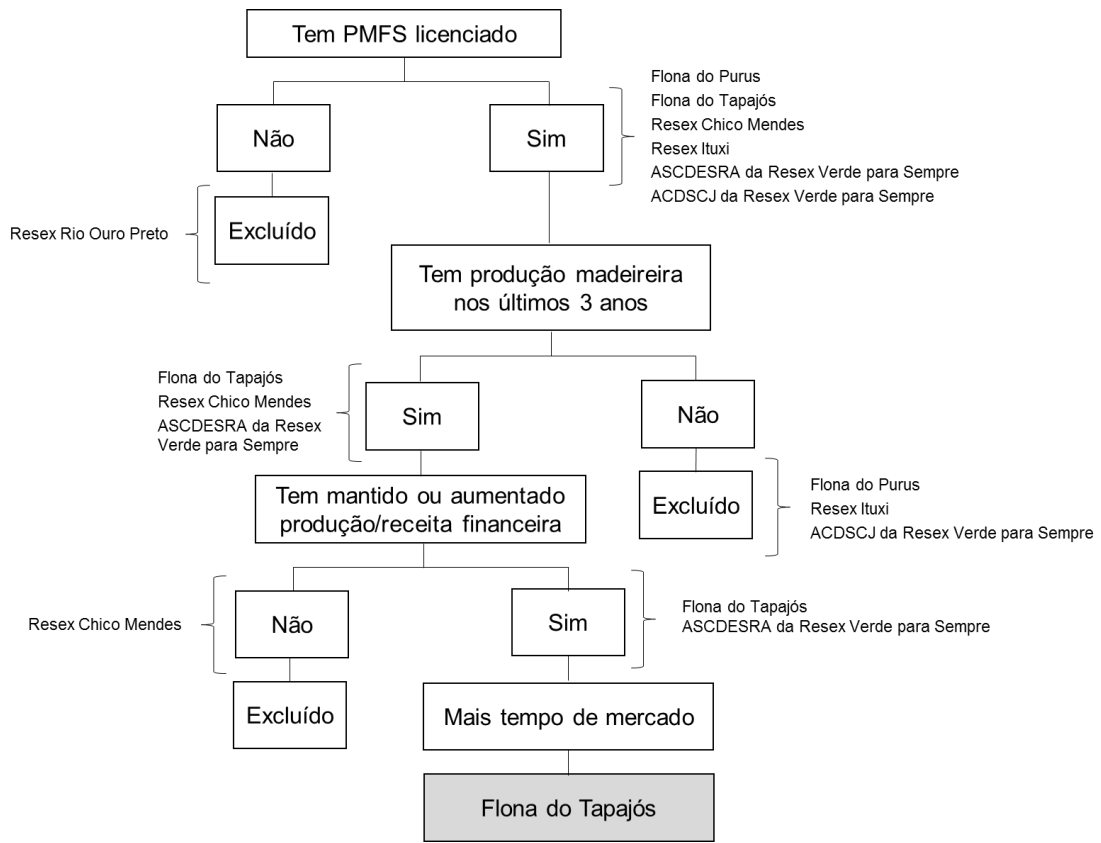
Fonte: Elaborado pela autora.

Nota:

* A exploração florestal foi realizada via autorização direta pelo ICMBio, sem a necessidade de seguir trâmites de licenciamento de PMFS, por ser extração, beneficiamento e comercialização de madeira desvitalizada e caída em leito de rio.

A partir do levantamento de iniciativas de manejo florestal licenciadas para a produção madeireira nas UCs de Uso Sustentável federais da Amazônia, foram aplicados critérios de seleção (Esquema 1), direcionando para a escolha do estudo de caso.

Esquema 1 – Diagrama de aplicação dos critérios de escolha do estudo de caso.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os critérios de seleção também envolveram o tempo de atuação da iniciativa, a estabilidade ou aumento da produção madeireira e de geração de receitas financeiras e a presença de organizações que apoiam a iniciativa.

Além disso, outros fatores foram considerados na escolha do caso. Primeiro, refere-se ao conhecimento prévio da pesquisadora sobre a iniciativa. Em 2009, durante pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de graduação (ESPADA et al., 2010a), a autora visitou moradores da Flona do Tapajós envolvidos na atividade madeireira, assim como entrevistou cooperados que, na época, estavam na gestão administrativa da Coomflona. Segundo, a pesquisadora é funcionária de uma organização não governamental, o IFT, que desenvolve ações de fomento para a adoção de práticas de manejo florestal na Amazônia, incluindo o público da Coomflona.

Assim, conhecer a experiência exitosa de manejo florestal comunitário da Flona do Tapajós, o incentivo do ICMBio e a existência de parceiros, incluindo a

organização não governamental em que a pesquisadora trabalha, foram pontos favoráveis para a escolha do estudo de caso.

E, por último, considerando ser este um trabalho derivado de um mestrado profissional, sem opções de bolsa de estudos, as possibilidades de viagens a Santarém e Brasília para realizar atividades do IFT contribuíram para as idas a campo da pesquisadora para a coleta de dados.

3.3 Técnicas de coleta de dados

O estudo foi conduzido por meio de coleta de múltiplas fontes de dados. Para Yin (2010), é recomendada para o estudo de caso a abordagem de diferentes fontes de evidências, permitindo que o pesquisador utilize “uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais” (YIN, 2010, p. 143). A vantagem do uso de múltiplas fontes de evidências relaciona-se ao que o autor denomina de “linhas convergentes de investigação” (YIN, 2010, p. 143), sendo adotado neste trabalho o processo de triangulação das fontes de dados primários e secundários por meio de três técnicas de coleta de dados: a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada.

3.3.1 Análise documental

Consistiu na análise de documentos e relatórios técnicos produzidos no âmbito do ProManejo, considerando seu início em 1996. Além disso, foram analisados documentos internos da Coomflona, como arquivos referentes à produção madeireira do período de 2005 a 2013, receitas financeiras do período de 2005 a 2014 e relatório de prestação de contas - exercício ano 2014.

No que concerne às políticas e aos programas públicos para florestas públicas destinadas, foram analisados documentos relacionados à gestão de florestas públicas, como o Relatório Gestão de Florestas Públicas do SFB e, mais especificamente, documentos relacionados à Flona do Tapajós, como o Plano de Manejo e o relatório de levantamento de famílias residentes nesta UC.

Para melhor compreensão do tema manejo florestal realizado por populações residentes em florestas públicas da Amazônia brasileira, foram acessados documentos governamentais sobre as normas legais que tratam das

possibilidades de implementação do manejo florestal por comunidades. Também foram acessados documentos produzidos por órgãos governamentais de fomento a atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas, como SFB e ICMBio, o primeiro responsável pela elaboração e execução do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (BRASIL, 2009).

Desta forma, a análise documental foi adotada como uma das técnicas de investigação desta pesquisa por fornecer informações pertinentes às políticas e programas públicos voltados às UCs de Uso Sustentável, ao manejo florestal comunitário na Amazônia e ao processo de estabelecimento das parcerias para o manejo florestal na Flona do Tapajós.

3.3.2 Observação participante

A observação participante também foi utilizada como técnica de coleta de dados neste estudo. Para Moreira e Caleffe (2008), a observação participante é uma técnica que permite a observação dos comportamentos dos participantes durante o estudo. Participante porque o observador (pesquisador) se envolve com as pessoas, não está às margens das relações, sem interferir nos processos e, conseqüentemente, na pesquisa, como é o caso da observação sistemática (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Para este estudo, considerando o prévio contato da pesquisadora com as pessoas envolvidas na pesquisa e por representar a ONG onde trabalha nos diálogos de parceria com a Coomflona e ICMBio, buscou-se a observação participante por ser uma técnica que poderia ser aplicada com facilidade e para agregar mais uma fonte de informações que pudesse possibilitar uma análise mais criteriosa do estudo de caso.

Considerando que a observação participante permite que o próprio pesquisador testemunhe o comportamento real (MOREIRA; CALEFFE, 2008), buscou-se aplicá-la para complementar outra técnica de coleta de dados também utilizada neste estudo, a entrevista semiestruturada, de forma que fosse possível mitigar alguns efeitos negativos da entrevista, como a resposta parcial dos entrevistados.

Assim, teve-se a oportunidade de utilizar a observação participante em alguns momentos da pesquisa de campo, que ocorreu no período de 16 de outubro

de 2014 a 03 de março de 2015. Um deles foi durante a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona do Tapajós, que aconteceu em Aveiro-PA, entre os dias 16 e 17 de outubro de 2014. Nesta ocasião e em outras, a pesquisadora seguiu um protocolo de observação participante (Quadro 4), de forma que facilitasse as anotações e impressões obtidas.

Quadro 4 – Protocolo de observação participante.

Dia da observação: Local da observação: Duração da observação:	Informações adicionais/contexto da observação:
Anotações Descritivas	Anotações Reflexivas

Fonte: Adaptado de Moreira e Caleffe (2008).

No Apêndice A é possível visualizar um exemplo do protocolo preenchido conforme observação participante realizada durante a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona do Tapajós.

3.3.3 Entrevista semiestruturada

Segundo Yin (2010), a evidência do estudo de caso pode ser originada de diferentes fontes, sendo que as mais utilizadas neste tipo de método de pesquisa são: documentação, entrevistas, observação direta, observação participante, registro em arquivo e artefatos físicos. A entrevista é “uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso” (YIN, 2010, p. 133).

Assim, no intuito de aprofundar a pesquisa tendo como base o caso do manejo florestal comunitário realizado na Flona do Tapajós, foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada para a coleta de dados primários. Com mais este procedimento técnico, buscou-se fazer a triangulação das evidências, como recomendado por Yin (2010).

A entrevista semiestruturada consiste em uma conversa com uma ou mais pessoas e que segue um padrão (MOREIRA; CALEFFE, 2008; YIN, 2010) baseado em um protocolo (ou guia) que inclui os temas a serem discutidos com o entrevistado, mas que não são introduzidos na conversa da mesma maneira que

estão escritos e, até mesmo, na mesma ordem. Por esse motivo, o protocolo é de uso exclusivo do pesquisador (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Diferentemente da entrevista estruturada, a entrevista semiestruturada permite que o pesquisador deixe o entrevistado desenvolver seu discurso livremente, mas seguindo o protocolo que oferece apoio ao pesquisador para direcionar o assunto quando a conversa sai totalmente do tema de interesse (BONI; QUARESMA, 2005). Para Yin (2010), esse tipo de entrevista é considerado focada, na qual a conversa dura um curto período de tempo e segue um conjunto de temas a serem apresentados pelo pesquisador. No caso das entrevistas aplicadas para este estudo, o período de tempo das entrevistas variou entre uma a duas horas.

O protocolo da entrevista semiestruturada aplicado encontra-se no Apêndice B. Com o protocolo, buscou-se obter, no mínimo, as seguintes informações:

- ✓ dados pessoais do(a) entrevistado(a), organização parceira que representa ou representava quando se deu a relação de parceria para o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós e papel desenvolvido pelo entrevistado e pela organização na parceria firmada;
- ✓ parcerias formadas para fomentar o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós, buscando levantar se as parcerias são formais ou não, quando iniciaram e se estão ativas ou não;
- ✓ tipos de parcerias, objetivando qualificar o tipo de relação: técnica, financeira, institucional, política, outras;
- ✓ mecanismos utilizados pelas organizações para a formação e manutenção das parcerias no âmbito do manejo florestal comunitário da Flona do Tapajós;
- ✓ limitações das parcerias para manejo florestal comunitário, dificuldades e conflitos para o estabelecimento e manutenção das parcerias;
- ✓ compreensão do que é parceria;
- ✓ possibilidades que parcerias oferecem para a consolidação e aprimoramento do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós; e
- ✓ perspectivas de continuação das parcerias com os avanços do manejo florestal comunitário em curso na Flona do Tapajós.

Foram entrevistadas quatorze pessoas no período que sucedeu o levantamento de dados de campo da pesquisa, de 16 de outubro de 2014 a 03 de março de 2015. As entrevistas ocorreram, prioritariamente, nos locais de trabalho ou locais indicados pelos entrevistados e sem interferência de terceiros. Assim, os locais das entrevistas variaram entre Aveiro, Belém, Brasília e Santarém.

Previamente às entrevistas, foi realizado um mapeamento das organizações envolvidas no manejo florestal da Flona do Tapajós, sendo que a escolha de alguns entrevistados se deu a partir de conversas com alguns informantes-chave. Segundo Yin (2010), informante-chave é aquele entrevistado que auxilia com a pesquisa além do esperado, que é ser um respondente. Desta forma, a abordagem para seleção dos participantes do estudo se deu de duas formas: (i) a partir do mapeamento das organizações envolvidas com base em documentos, conhecimento prévio da iniciativa pela pesquisadora e conversas com informantes-chave; e (ii) em série, também conhecida como amostragem bola-de-neve (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Foram entrevistados representantes da cooperativa que realiza o manejo florestal na Flona do Tapajós e representantes de organizações governamentais e não governamentais (Quadro 5) envolvidas com o MFC em curso na UC, seja na gestão, seja apoiando ou licenciando a atividade conforme as exigências legais.

Quadro 5 – Relação de entrevistas por organização representada, local da entrevista e número de representantes por organização.

Instituição	Sigla	Local da entrevista	Número de representantes entrevistados
Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós	Não tem	Aveiro-PA	01
Cooperativa Mista da Flona do Tapajós	Coomflona	Santarém-PA	04
Serviço Florestal Brasileiro	SFB	Santarém-PA	01
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	IBAMA	Santarém-PA	01
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	Santarém-PA	02
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Santarém-PA	02
Instituto Internacional de Educação do Brasil	IEB	Belém-PA	01
Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia	ProManejo	Brasília-DF	02
Total de entrevistados			14

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3.3.1 Análise de redes sociais

Para compreender as interações entre os atores que fomentam o MFC na Flona do Tapajós foi aplicada a análise de redes sociais. Segundo Alejandro e Norman (2005), rede social é considerada um grupo de atores (indivíduos ou grupos) que se relacionam entre si a partir de um propósito comum, criando um fluxo de informação. Assim, as redes sociais são constituídas, essencialmente, por três elementos: atores (ou nós), vínculos (ou relações) e fluxos.

A análise de redes sociais foi utilizada neste estudo como uma ferramenta da metodologia a partir de dados qualitativos. Para Alejandro e Norman (2005), nesse tipo de análise, é preferível optar por dados qualitativos a quantitativos. Assim, a coleta de dados fez parte da entrevista semiestruturada e relacionou-se com o levantamento das parcerias formadas para fomentar o MFC na Flona do Tapajós.

Com base nas entrevistas, foram listadas todas as parcerias citadas e respectiva frequência do número de entrevistados que apontou determinada organização como parceira para o manejo florestal na Flona do Tapajós. Foi elaborada, então, uma matriz quadrada (ou adjacente) contendo os nomes das organizações e a frequência com que elas foram citadas.

A análise estatística foi realizada em um programa específico para este tipo de análise, o UNICNET versão 6 (BORGATTI et al., 2002). A partir dos resultados da análise estatística produzida pelo programa foi possível elaborar um gráfico de rede social, também conhecido como sociograma, utilizando um programa acessório do UCINET, o Netdraw.

O objetivo da análise foi compreender as medidas de centralidade, intermediação e proximidade a partir de uma rede relacional, analisando as relações do(s) ator(es) (ou nós) de dentro para fora, ou seja, do ator para a rede.

3.3.3.2 Grau de cooperação

No intuito de compreender o grau de cooperação entre as parcerias formadas para o fomento do manejo florestal na Flona do Tapajós, buscou-se obter dos entrevistados o grau de cooperação entre a cooperativa que realiza o MFC e as organizações. Assim, a partir das entrevistas, foram listadas todas as parcerias

citadas pelos entrevistados e solicitado a alguns deles que posteriormente à entrevista realizassem a avaliação do grau de cooperação.

Os entrevistados receberam as matrizes por meio de endereço eletrônico, solicitando envio das respostas também por esse canal de comunicação. Os entrevistados tiveram cinco opções para qualificar as relações de cooperação entre os pares de parceiros, a saber: (i) coopera muito; (ii) coopera; (iii) coopera pouco; (iv) não coopera; e (v) não coopera e quer ser beneficiado.

As parcerias mapeadas a partir das entrevistas e analisadas sob o aspecto do grau de cooperação entre organização e cooperativa estão listadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Relação de organizações parceiras da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós mapeadas nas entrevistas e breve descrição sobre as mesmas.

#	Instituição	Sigla	Breve descrição
1	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	Órgão público gestor da Flona do Tapajós
2	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	IBAMA	Órgão público responsável pelo licenciamento do manejo florestal na Flona do Tapajós
3	Serviço Florestal Brasileiro	SFB	Órgão público responsável pela gestão de florestas públicas
4	Instituto Internacional de Educação do Brasil	IEB	Organização não governamental que realiza ações de fomento ao manejo florestal comunitário
5	Instituto Floresta Tropical	IFT	Organização não governamental que realiza ações de fomento ao manejo florestal comunitário
6	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Universidade pública com campus em Santarém-PA
7	Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós	Não tem	Entidade representativa dos moradores da Flona do Tapajós, detentora do CCDRU
8	Projeto Saúde e Alegria	PSA	Organização não governamental que realiza ações de fomento ao manejo florestal comunitário
9	Projeto Floresta em Pé	FEP	Projeto liderado pelo IBAMA e executado por diversas organizações, que apoiou ações de fomento ao manejo florestal comunitário
10	Empresas de prestação de serviços	Não tem	Empresas da região de Santarém-PA que prestam serviços florestais (transporte, outros) para a Coomflona
11	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	IMAFLOA	Organização não governamental responsável pela certificação florestal da floresta manejada da Coomflona
12	Prefeitura Municipal de Belterra	Não tem	Órgão de administração pública do município

#	Instituição	Sigla	Breve descrição
			de Belterra-PA
13	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra	STTR Belterra	Entidade representativa da qual os moradores da Flona do Tapajós são associados
14	Associação Intercomunitária	Não tem	Associação que reúne um grupo de associações comunitárias da Flona do Tapajós
15	Associação comunitária	Não tem	Associação representativa de cada comunidade da Flona do Tapajós
16	Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns	Tapajoara	Organização representativa das associações de moradores da Resex Tapajós-Arapiuns
17	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	EMATER	Empresa pública que presta serviços de assistência técnica e extensão rural na Flona do Tapajós
18	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Empresa pública que realiza pesquisa florestal na Flona do Tapajós
19	Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	LBA/INPA	Projeto de pesquisa liderado pelo INPA na Flona do Tapajós
20	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	IPAM	Organização não governamental que realiza ações de fomento ao manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós
21	Instituto Natureza Amazônica	INAM	Organização não governamental que realizou ações de fomento ao manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós durante o ProManejo
22	Empresas que compram madeira	Não tem	Empresas que assinam contratos de compra e venda da madeira proveniente do manejo florestal da Coomflona
23	Organização das Cooperativas Brasileiras	OCB	Entidade que congrega todas as cooperativas brasileiras, de todos os ramos
24	<i>Forest Stewardship Council</i> (Conselho de Manejo Florestal)	FSC	Organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, que contribui para a promoção do manejo florestal responsável ao redor do mundo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os entrevistados solicitados para qualificar o grau de cooperação das parcerias, apenas um respondeu, sendo este representante de um órgão governamental que apoia o manejo florestal comunitário realizado pela Coomflona. Durante o período de teste da aplicação das entrevistas, perceberam-se algumas limitações do método e buscou-se corrigi-las ao longo do processo para minimamente ter a resposta sobre o grau de cooperação das parcerias a partir da percepção dos cooperados. Assim, ao invés de solicitar aos entrevistados da

Coomflona o envio da matriz do grau de cooperação posteriormente às entrevistas, buscou-se aplicar um método presencial de coleta de dados reunindo pelo menos três representantes da cooperativa.

Assim, em 22 de janeiro de 2015, a pesquisadora reuniu-se com seis representantes da Coomflona para a avaliação do grau de cooperação entre as organizações listadas no Quadro 6 e a Coomflona. A intenção foi buscar o consenso do grupo e também observar o comportamento dos indivíduos na qualificação da parceria. No Quadro 7 é demonstrado um exemplo ilustrativo da matriz quadrada.

Quadro 7 – Exemplo da matriz quadrada para análise do grau de cooperação entre cooperativa e organizações parceiras.

	Instituição A	Instituição B	Instituição C	Instituição D	Instituição E	Instituição F
Instituição A	0					
Instituição B		0				
Instituição C			0			
Instituição D				0		
Instituição E					0	
Instituição F						0

Legenda

Coopera muito	5
Coopera	4
Coopera pouco	3
Não coopera	2
Não coopera e quer ser beneficiado	1

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 Limitações da metodologia

O método escolhido para desenvolver o trabalho foi o estudo de caso único. Embora seja recomendado para compreender um fenômeno contemporâneo – que são as parcerias para o manejo florestal na Flona do Tapajós –, existem limitações de sua aplicação. Yin (2010) ressalta que nos estudos de caso sempre existirão mais variáveis de interesse do que fontes de dados e, para isso, trabalhar com múltiplas fontes de evidências diminui essa desvantagem.

Existem, ainda, críticas relacionadas à aplicação do estudo de caso como método de pesquisa. Segundo Yin (2010), existe a visão de que o estudo de caso

pode ser aplicado apenas na pesquisa exploratória de uma investigação e que em pesquisas explanatórias, outros métodos, como os experimentos, devem ser unicamente aplicados. Compartilha-se da visão do autor de que não é preciso hierarquizar as ferramentas de pesquisa em investigação exploratória, descritiva e explanatória e que os métodos podem ser aplicados para todo tipo de pesquisa, desde que sejam compatíveis com o tipo de questão, a extensão do controle que o pesquisador possui sobre os eventos e o enfoque sobre os eventos.

Em relação às técnicas para coleta de dados, em que foi utilizada análise documental, observação participante e entrevista semiestruturada, algumas limitações foram observadas durante o desenvolvimento do estudo.

Yin (2010) aponta que as desvantagens das entrevistas se referem à parcialidade das respostas, seja por perguntas mal formuladas, seja por falta de memória do evento ou por reflexividade, quando o entrevistado responde aquilo que o entrevistador quer ouvir. Moreira e Caleffe (2008) apontam, ainda, que em entrevistas pode haver influência do pesquisador sobre o pesquisado, possibilitando respostas tendenciosas. Como, por exemplo, o fato de a pesquisadora conhecer previamente a iniciativa e as pessoas contatadas e entrevistadas a conhecerem, pode ter influenciado, de alguma forma, as respostas. Por esse motivo, buscaram-se outras fontes de evidências, como a análise documental e observação participante.

Durante reunião com os cooperados para qualificar o grau de cooperação entre Coomflona e organizações parceiras, observou-se que algumas respostas foram baseadas em preocupações institucionais de não prejudicar a relação com o parceiro. Por exemplo, existiram momentos em que parte do grupo gostaria de qualificar a resposta como 1 (Não coopera e quer ser beneficiado) ou 2 (Não coopera), mas por saberem que esta é uma pesquisa a ser publicada, outra parte do grupo mais preocupada com a repercussão preferiu optar por graus maiores ou iguais a 3 (Coopera pouco).

Em relação à observação participante, uma das limitações referiu-se à restrição do tempo de dedicação a esta técnica de coleta de dados e à escolha dos eventos para aplicá-la. Com isso, uma externalidade relaciona-se com possível visão parcial que a pesquisadora teve dos acontecimentos. Entretanto, mesmo assumindo os pontos fracos da observação participante, optou-se por esta técnica por cobrir os eventos em tempo real (YIN, 2010), contextualizando-os e possibilitando observar o comportamento das pessoas frente às situações relacionadas ao estudo de caso.

Moreira e Caleffe (2008) apontam também que críticos à técnica de observação participante argumentam que ela pode ser subjetiva, pouco confiável e pouco objetiva. Em contrapartida, a vantagem refere-se ao fato de o pesquisador estar no local vivenciando o comportamento real das pessoas, ao invés de aferir conclusões a partir de relatos de terceiros. Existem outros pontos a favor e contra essa técnica (MOREIRA; CALEFFE, 2008; YIN, 2010), mas focando no presente estudo, as limitações se deram em função do tempo de dedicação e escolha dos eventos.

Por último, as limitações encontradas para a análise documental relacionaram-se à seleção dos documentos. Teve-se contato com amplo material produzido pelo ProManejo e Projeto Floresta em Pé. Entretanto, não foi possível acessar documentos relatando as mudanças socioeconômicas vivenciadas na Flona do Tapajós a partir da implementação do manejo florestal comunitário na UC. Por outro lado, a vantagem se deu em acessar documentos de ampla cobertura – longo período de tempo –, com relatos de muitos eventos, possibilitando a complementação da linha do tempo das relações de parcerias elaborada a partir das perspectivas dos cooperados entrevistados.

4 GOVERNANÇA AMBIENTAL E PARCERIA PARA O MANEJO DE FLORESTAS COMUNITÁRIAS

4.1 Introdução

A Amazônia é tema amplamente discutido no cenário mundial não somente por sua rica biodiversidade, mas também pela forma como seus recursos naturais são apropriados e geridos. Sua vegetação florestal, a qual recebe maior destaque por compor quase 63%¹⁵ da Amazônia Legal (PEREIRA et al., 2010), é fonte de trabalho e renda de diversas coletividades, como remanescentes de quilombo, extrativistas, ribeirinhos, seringueiros, pequenos produtores rurais, que dela dependem para a garantia de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (BRASIL, 2007a). Entretanto, a ação de diferentes atores e com diferentes propósitos se sobrepõe aos mesmos territórios dessas coletividades e o resultado nem sempre é satisfatório do ponto de vista social e ambiental.

As florestas da região amazônica são alvo de exploração florestal predatória para a geração de riquezas econômicas a partir do corte seletivo de espécies arbóreas de alto valor comercial e sem nenhum planejamento ou compromisso com questões sociais e ambientais. Em função disso, a degradação ocasiona desvalorização das florestas, conduzindo ao desmatamento e conversão do uso do solo para atividades agropecuárias (LENTINI et al., 2005).

Para contrapor esse modelo, alguns autores (KELLER et al., 2005; VERÍSSIMO; BARRETO, 2005; ZARIN, 2005) sugerem o manejo florestal sustentável como estratégia de conservação da natureza com vistas à proteção da sociobiodiversidade, geração de trabalho e renda (JONG et al., 2008; SCHULZE et al., 2008) e mitigação de fatores causadores de mudanças climáticas como emissão de gás carbônico pelo desmatamento (KELLER et al., 2005).

Em florestas públicas destinadas para uso coletivo (ou comum), como as UCs de Uso Sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados, o governo brasileiro busca promover o MFC e as comunidades e populações locais, reconhecidas e respeitadas quanto a seus direitos costumários de uso dos produtos

¹⁵ Segundo Pereira et al. (2010), aproximadamente 63% da Amazônia Legal é coberta por florestas densas, abertas e estacionais e 22% são cobertos por vegetação nativa não florestal, composta por cerrado, campos naturais e campinaranas e 15% da cobertura vegetal da Amazônia Legal foi desmatada até 2009.

da sociobiodiversidade, podem realizar o manejo florestal como meio de reprodução social e econômica (BRASIL, 2009).

O MFC tem sido considerado uma opção promissora de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2009; JONG et al., 2008; SCHMINK, 2005). Entretanto, ele ainda enfrenta uma série de adversidades para se consolidar como uma atividade econômica sustentável na Amazônia brasileira. Dentre elas, estão as questões de regularização fundiária e o investimento em iniciativas econômicas comunitárias (AMARAL NETO et al., 2011). Com efeito, o MFC ainda carece de investimentos na área de infraestrutura no meio rural, educação profissionalizante apropriada para a realidade rural e acesso à assistência técnica florestal de qualidade e continuada (AMARAL NETO et al., 2008; ESPADA et al., 2013; LENTINI et al., 2012).

Parte do insucesso de iniciativas de MFC na Amazônia brasileira pode ser atribuída aos modelos que possuem rentabilidade financeira limitada, exigem altos investimentos em sua implementação e tendem a demandar subsídios constantes (MEDINA; POKORNY, 2011). Contudo, têm sido pouco consideradas as inovações em andamento para alavancar o manejo florestal comunitário, como a formação de parcerias e seus respectivos projetos de incentivo à atividade que contam com a contribuição institucional, política, técnica e financeira de cada parceiro.

Diante deste cenário, a questão que é posta refere-se em como promover atividades econômicas com vistas à conservação ambiental, como o MFC, considerando as limitações do poder público em gerir grandes áreas florestais, como as UCs da Amazônia.

Acredita-se neste estudo que quando as contribuições das parcerias são somadas, elas resultam em avanços mais concretos, como o fortalecimento social e a capacitação técnica para que o manejo florestal comunitário se firme como uma atividade econômica e socialmente sustentável.

Sob essa perspectiva, o objetivo do capítulo é conhecer os mecanismos de funcionamento das parcerias para compreender como elas influenciam na implementação do MFC em UCs de Uso Sustentável da Amazônia brasileira.

Para fundamentar a pesquisa, analisou-se a Coomflona, localizada na Flona do Tapajós, UC de Uso Sustentável da Amazônia, sob gestão do ICMBio, e que conta com diversos parceiros que apoiam e promovem o manejo florestal.

O capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira discute o papel da governança ambiental como meio e processo para potencializar atividades produtivas sustentáveis na Amazônia, como o MFC.

Na segunda seção, discute-se a parceria, enquanto dimensão da governança ambiental, buscando debater porque tê-las, compreendendo, a partir da teoria das parcerias, os aspectos que envolvem tais relações e os contrapontos que podem desfavorecê-las.

A terceira seção apresenta os resultados e discussão de um estudo de caso único utilizado para fundamentar empiricamente as seções anteriores, descrevendo o caso singular de uma cooperativa composta por população residente na Flona do Tapajós que executa o manejo de floresta pública.

Na última seção, são apresentadas as conclusões preliminares sobre os mecanismos de funcionamento das parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós e como eles influenciam o estabelecimento da atividade nesta floresta pública.

4.2 Governança ambiental para alavancar o manejo florestal comunitário

Governança diz respeito “à maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento” (THE WORLD BANK, 1992, p. 1). Essa definição surgiu a partir de reflexões lideradas pelo Banco Mundial na década de 1990, baseadas na preocupação da efetividade de investimentos em países do chamado “Terceiro Mundo”, como aqueles da África (BORGES, 2003). As novas proposições do Banco Mundial relacionaram-se à necessidade de ampliar as ações de caráter técnico e econômico da ação estatal para temas mais abrangentes, como a legitimidade e o pluralismo político (BORGES, 2003; GONÇALVES, 2005), que envolvem as dimensões sociais e políticas da gestão pública (GONÇALVES, 2005).

Para Lima (2012), governança relaciona-se a princípios e estruturas da ação estatal envolvendo ações não estatais, ou seja, traz consigo a pluralidade de atores, como o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada. Kissler e Heidemann (2006, p. 482) compreendem governança como “uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia”, permitindo o diálogo entre os diferentes atores

sociais, uma vez que Cavalheiro e Juchem (2009) qualificam a governança a partir da colaboração entre tais atores.

Enquanto a governabilidade assume caráter estatal, ou seja, situada no plano do Estado em desenvolver suas funções e responsabilidades (GONÇALVES, 2005), a governança tem caráter mais amplo, envolvendo o Estado e outros segmentos da sociedade civil. Segundo Santos (1997, p. 341) apud Gonçalves (2005), a governança refere-se à articulação e cooperação entre atores do território, sejam eles sociais, políticos e institucionais, que acabam por conduzir os processos para além das fronteiras econômicas.

A governança pode ser tratada em variados campos do conhecimento assumindo diversos sentidos, como por exemplo, governança corporativa (GONÇALVES, 2005; SILVA; FRAXE, 2012). Neste trabalho, a governança é tratada no campo da concepção e consecução de políticas, projetos e programas para o desenvolvimento local. Governança pode ser definida, então, como meio e processo em busca de transformações positivas envolvendo a ação estatal em conjunto com setores da sociedade que compartilham interesses comuns, com vistas ao desenvolvimento (GONÇALVES, 2005, THE WORLD BANK, 1992).

A governança pressupõe a participação ampla e diversificada da sociedade, além de qualificada, no sentido de os atores compreenderem seu papel no desenvolvimento local. Quando abordada (a governança) na ótica da sustentabilidade e das políticas ambientais, pode-se denominá-la como governança ambiental (SILVA; FRAXE, 2012; TAPIA, 2005). Esta entendida como um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos que conduzem os atores sociais do território ao uso racional dos recursos naturais, objetivando o desenvolvimento local (CAVALCANTI, 2004; FONSECA; BURSZTYN, 2009; MERTENS et al., 2011).

A governança ambiental pode contribuir para a transformação socioeconômica, política e ambiental do território. Para alguns autores (PANDEFF; SILVA, 2009; SILVA; FRAXE, 2012), existe o entendimento de que a governança ambiental apresenta à nova dinâmica territorial elementos importantes das ações voltadas ao planejamento e desenvolvimento local, como participação, diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social e cogestão. Busca-se, com isso, a autonomia do ser humano, sendo esta autonomia baseada nas liberdades alcançadas pelo desenvolvimento (SEN, 2010).

Embora a governança ambiental seja tratada neste trabalho no nível local, consideram-se também suas dimensões mais amplas, sendo elas relacionadas ao processo de globalização e descentralização.

Gonçalves (2005) e Zhouri (2008) apontam as transformações que o fenômeno da globalização trouxe para as relações sociais, econômicas, culturais e pessoais, acarretando mudanças expressivas nas relações entre sociedade e Estado, o qual não perdeu sua soberania, mas passou a dividir seu poder com diversos setores, como organizações não governamentais e empresas multinacionais.

Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2011) sugerem que a governança aproximou Estado e sociedade civil a partir de um cenário em que a globalização econômica trouxe consequências negativas ao Brasil. Sachs (2007) aponta que a globalização reforçou a importância das estratégias nacionais e locais.

Zhouri (2008) faz reflexões sobre o enfraquecimento do papel do Estado nacional a partir da governança global, quando novos atores passam a ter espaço para ações decisórias. A autora também apresenta críticas a processos de governança instalados em conselhos ambientais, como aqueles relacionados ao licenciamento de grandes empreendimentos. Em sua crítica, Zhouri (2008) relata que os processos observados de governança ambiental não são de fato participativos, pois mascaram a participação ao elegerem membros que se adequem às necessidades das discussões, fazendo com que a maioria dos cidadãos seja excluída das discussões e tomada de decisão.

Nessa medida, Cavalcanti (2004, p.1) argumenta que “uma governança ótima requer consciência coletiva dos impactos ambientais da tomada de decisões em matéria econômica”. A descentralização, nesse aspecto, deve ser considerada no debate sobre governança ambiental.

Na perspectiva do desenvolvimento local, destaca-se a gestão municipal, a qual é fortalecida à medida que ocorre a descentralização político-administrativa das esferas federais e estaduais para as municipais (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2011). Para Guerra e Teodósio (2011), a participação social por meio dos conselhos está relacionada aos princípios constitucionais brasileiros e aos processos de descentralização.

A descentralização confere transparência de autoridade e poder decisório a outras instâncias agregadas. Ela representa efetiva mudança de escala de poder,

uma vez que potencializa a capacidade de escolha e definição de prioridades para a implementação de programas e projetos de desenvolvimento local. Também estimula as iniciativas e capacidades endógenas das instâncias governamentais públicas e das populações locais; não existe descentralização sem participação da população local.

A descentralização potencializa as possibilidades de governança local (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2011). A partir do momento em que os atores do território percebem que têm mais autonomia, eles se tornam mais ativos e participativos da ação pública, pois reconhecem que as decisões podem ser tomadas no âmbito do local.

Câmara (2013) sugere que a descentralização é uma estratégia inovadora para a participação dos cidadãos na gestão pública, outorgando aos atores públicos locais mais autonomia na decisão, sendo esta baseada no conhecimento apropriado do local. De fato, o desenvolvimento local está associado à autonomia de uma determinada coletividade em tomar decisões com bases em suas crenças e prioridades. A autonomia significa o exercício do direito das coletividades e a definição de suas preferências, meios e estratégias de desenvolvimento (FROEHLICH, 1998).

Desta forma, pode-se dizer que a descentralização confere protagonismo aos atores sociais locais para que a agenda ambiental possa avançar. Um exemplo a ser citado são os conselhos municipais e territoriais (GUERRA; TEODÓSIO, 2011; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2011), este último representado pelos conselhos consultivos ou deliberativos de UCs.

No Brasil, as áreas protegidas¹⁶ destinadas como UCs são regidas pelo SNUC, que define categorias de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). Nas Unidades de Uso Sustentável há uma série de usos permitidos relacionados à segurança alimentar e geração de renda. Dentre tais usos, tem-se a extração de produtos da floresta, por meio do manejo florestal familiar ou comunitário.

Em UCs, a gestão participativa é uma ferramenta do regime da administração especial (BRASIL, 2000; KOURY; RIZZO, 2012), para que se cumpram os objetivos de conservação da natureza e que pode se expressar por meio dos conselhos gestores (KOURY; RIZZO, 2012). Os conselhos gestores de

¹⁶ Áreas protegidas são espaços territoriais com restrição do uso humano, em diferentes níveis e propósitos (MILANO, 2012).

UCs possibilitam maior participação da sociedade nas decisões governamentais sobre a forma de uso dos recursos naturais coletivos. Com isso, ampliam-se as possibilidades de geração de trabalho e renda para as famílias que vivem nessas áreas a partir da tomada de decisão que pode ser consultiva (Gestão governamental) ou deliberativa (Cogestão), ambas considerando as demandas da população local.

Para Dudley (2008), a efetividade da gestão das áreas protegidas proporciona uma medida real de avanço para se alcançar as metas de conservação da natureza. Todavia, a gestão dessas áreas, principalmente as de uso sustentável, deve estar voltada para questões além da conservação ambiental. O desenvolvimento local relaciona-se com a busca pela integridade das funções ambientais e ecológicas dos ecossistemas e também com as possibilidades de bem-estar social, gerado a partir do uso econômico dos recursos naturais.

A qualidade da gestão também é influenciada pela qualidade da governança, sendo esta entendida como um processo inclusivo da diversidade social com atuação ampla e participativa dos atores sociais. O envolvimento de diferentes atores nos processos de discussão e tomada de decisão sobre a gestão de territórios públicos, como as UCs, de forma qualificada e representativa da sociedade civil, pode conduzir os processos de governança a melhores resultados (CATTANI; FERRARINI, 2010; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Cattani e Ferrarini (2010) concluem que apesar dos avanços alcançados nas proposições e execução de políticas e programas relacionados ao desenvolvimento e promoção da melhoria da qualidade de vida da população, é preciso ampliar e qualificar a participação dos sujeitos do território. Abramovay (2000) apresenta a perspectiva do capital social como recurso baseado na confiança, mesmo em relações desiguais de poder, que oferece oportunidades aos indivíduos que sem esse capital não conseguiriam atingir seus objetivos sozinhos.

Para Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2011, p. 7), “o conceito de capital social é compreendido como as conexões sociais que os atores sociais estabelecem”. Os mesmos autores discutem duas frentes que conceituam capital social; uma baseada nas experiências das organizações sociais (*society-centred approach*) e outra baseada nas relações da sociedade e instituições governamentais (*institutional-centred approach*). Esta última tem mais proximidade à realidade amazônica, pois as relações para formação do capital social estão fortemente

interligadas com as políticas governamentais e com a sociedade civil (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Abramovay (2000, p. 4) compreende que a noção de capital social “permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta”, assim, a participação ampla, diversificada e qualificada permite as bases para a governança ambiental.

Mesmo com as dificuldades postas frente à ação coletiva para o desenvolvimento local pautado no uso racional dos recursos naturais, como a marginalização da discussão ambiental no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico adotadas no Brasil (CAVALCANTI, 2004; ZHOURI, 2008), Cattani e Ferrarini (2010) mostram como a articulação, a participação e o empoderamento dos atores locais a partir de metodologias participativas podem transformar o território visando ao desenvolvimento local. Os autores argumentam que as transformações locais são possíveis, mesmo que o contexto mundial e hegemônico seja desfavorável, a partir da solidariedade e respeito ao meio ambiente.

Tapia (2005) aponta que o desenvolvimento local é resultado de uma estratégia de pactos territoriais para a elaboração e implementação de programas envolvendo diversos atores locais na tomada de decisão e sua execução. Vasconcellos e Vasconcellos (2008) apontam a parceria entre organizações locais e governo como mecanismo da gestão coletiva nas ações públicas para o desenvolvimento. Além disso, os autores sugerem que a parceria pode equilibrar relações de poder entre os atores envolvidos nos processos de governança ambiental, ao permitir o empoderamento dos desempoderados (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008), partindo do princípio de que nas relações de parcerias todos têm direito de contribuir na construção da ação coletiva.

Assim, a parceria pode fortalecer atores sociais de um território como agentes do desenvolvimento local, resultando na formação e consolidação de redes sociais e fortalecimento do capital social, criando relações de confiança e cooperação para o estabelecimento de atividades sustentáveis geradoras de benefícios socioeconômicos e ambientais, como o manejo florestal comunitário em UCs de Uso Sustentável.

4.3 Parceria enquanto dimensão da governança ambiental

Considerando a governança ambiental como os meios e os processos participativos para se alcançar resultados e que estes estão relacionados ao bem-estar social e desenvolvimento local, existem caminhos que podem ser apropriados pelos atores sociais para maior eficiência e efetividade de projetos, programas e políticas socioambientais. Nesse contexto, a parceria pode ser considerada como facilitadora da participação e reconhecida como uma dimensão da governança ambiental para o desenvolvimento local (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2011).

“A parceria se apresenta como um dos pilares essenciais para a efetividade de políticas públicas e de modelos de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto” (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 209). Entretanto, para considerar a parceria como dimensão da governança ambiental em florestas públicas brasileiras, com a presença de diversos atores sociais (organizações não governamentais ambientalistas, população rural, associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, governo e empresas) que se apresentam com interesses divergentes, é preciso compreender o significado de parceria.

Parceria é um termo que assume diversos significados e práticas, sendo utilizado para descrever grande variedade de tipos de relações baseadas em circunstâncias específicas (MCQUAID, 2000; SOUZA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2012; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2011). Entretanto, é consenso para alguns autores (MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009) que o termo parceria está associado à cooperação, confiança mútua e sinergia entre indivíduos e organizações para se atingir objetivo comum ou obter benefícios mútuos. Souza e Vasconcellos Sobrinho (2012) indicam que parceria também comporta democracia e poder pessoal, considerando o papel de cada membro envolvido.

Vasconcellos e Vasconcellos (2008), ao abordarem o conceito de capital social, trazem discussão pertinente ao significado de parceria. Segundo os autores, capital social assume dois aspectos: individual e coletivo. O primeiro diz respeito ao poder que o indivíduo tem de alocar recursos e utilizá-los e o segundo quando esse indivíduo é parte de um grupo ou rede social, formando um coletivo.

Considerando capital social como um conjunto de relações sociais estabelecidas entre pessoas e grupos (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008) e a capacidade e habilidade dessas pessoas e grupos se conectarem (GUERRA; TEODÓSIO, 2011), a parceria está intimamente relacionada ao capital social, se não, dependente dele.

Parceria depende de confiança, auto-organização, senso do propósito comum, mutualidade e participação (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2011; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). McQuaid (2000), ao discutir a teoria das parcerias e refletir porque tê-las, sugere que a mesma envolve sinergia, desenvolvimento, estratégia de ação, atores sociais, cooperação e compartilhamento de riscos.

No trabalho de Vasconcellos Sobrinho (2009) sobre parcerias para o desenvolvimento local, o autor evidencia que a mesma está envolta a mecanismos de cooperação, conflito, cooptação e concertação. Sendo alguns (conflito e cooptação) relacionados às relações de poder existentes em sistemas sociais. Vasconcellos e Vasconcellos (2008, p. 218) sugerem que o “sucesso ou insucesso de ações coletivas dependem da estrutura de poder político existente onde estas são implementadas”.

Nas parcerias estabelecidas, embora os atores sociais anseiem que as relações resultem em acréscimos a um objetivo ou fim comum, os conflitos são inerentes, pois a visão e as motivações são próprias de cada ator social. Borges et al. (2012) discorrem sobre este fato, e reforçam a importância de reconhecer as motivações do “outro” como também válidas, dando oportunidades à diferença.

Embora exista uma concepção ideal de parceria (MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009), sendo esta baseada na confiança mútua, cooperação e auto-organização; relações de parcerias dependem dos incentivos e oportunidades prevaletentes do formato das instituições que as compõem (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2011).

Para McQuaid (2000), na maioria das parcerias há desigualdade de poder. Fato este que não é, necessariamente, ruim. O autor argumenta que as desigualdades de poder relacionam-se com a legitimidade das reivindicações e envolvimento no território, assim como maior legitimidade política no caso dos atores governamentais eleitos. Por outro lado, Vasconcellos e Vasconcellos (2011) apontam que a parceria pode ser um mecanismo de fortalecimento da relação entre

população e governo local, de forma a melhorar a participação de grupos sociais com menor influência de poder nos processos de governança local.

Neste trabalho, assume-se a parceria como aquela relação entre duas ou mais partes interessadas em unir recursos (humanos, financeiros, outros) para alcançar objetivos comuns (MCQUAID, 2000), mesmo quando os objetivos comuns estejam alicerçados em interesses individuais (indivíduo ou organizações), mas que dependem de um coletivo para serem atingidos (ABRAMOVAY, 2000).

Para Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2011), existem dois fatores que influenciam a formação de parcerias: descentralização e redes sociais. Considerando que a primeira confere protagonismo aos atores sociais para dar seguimento à agenda socioambiental, a parceria enquanto dimensão da governança ambiental pode ser potencializada quando processos de descentralização conferem aos atores locais mais autonomia na tomada de decisão.

Por outra frente, Bodin e Crona (2009) evidenciam as redes sociais como denominador comum em situações em que atores com interesses distintos se unem para tratar problemas e soluções relacionados aos recursos naturais. Para Andion (2003), redes sociais são consideradas formas de organização de atores sociais para a ação no território com vistas às transformações positivas que possam trazer benefícios para um coletivo. A autora defende que redes sociais podem ser facilitadoras do desenvolvimento local sustentável, ao considerar esse tipo de desenvolvimento pluridisciplinar e pautado em um processo que contempla o protagonismo dos atores locais de um território.

Teodósio (2011) discorre do fato de que mudanças recentes nas relações entre Estado e sociedade ampliaram a visão de gestão de políticas públicas e projetos sociais, ao incorporar o discurso de construção de parcerias entre Estado, sociedade civil organizada e empresas.

Assim, é preciso compreender quais são os mecanismos adotados pelos atores sociais para o estabelecimento de parcerias que buscam a efetivação de políticas e programas públicos de incentivo ao manejo florestal comunitário na região amazônica.

4.4 Parcerias para o estabelecimento do manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós, Pará

Compreender como as parcerias influenciam a implementação do manejo florestal em UCs de Uso Sustentável, tendo como exemplo o caso da Floresta Nacional do Tapajós, exige identificar as circunstâncias que favoreceram a formação das parcerias nesse território (MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008). Neste sentido, é importante realizar um resgate histórico sobre o processo de implementação do MFC na Flona do Tapajós.

A Flona do Tapajós é uma UC de Uso Sustentável criada durante o regime ditatorial no Brasil pelo Decreto nº. 73.684/1974 (BRASIL, 1974). Em 2000, com a criação do SNUC, que definiu as categorias de UCs e os objetivos pelas quais elas são criadas, evidenciou-se que a Flona do Tapajós tem o objetivo básico de “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica” (BRASIL, 2000, Art. 17). A Flona está localizada no oeste do estado do Pará, abrangendo os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, às margens da rodovia que liga Santarém (PA) à Cuiabá (MT), no chamado Distrito Florestal Sustentável da BR-163, região marcada pelo avanço da exploração madeireira e abertura de novas áreas para cultivo agrícola e de pastagens (CASTRO, 2008; CRUZ; GRAFFIN, 2011; VENTURIERI et al., 2007).

A Flona do Tapajós ocupa área de 527,3 mil hectares com expressiva cobertura vegetal – mais de 80% da Unidade é Floresta Tropical Densa (IBAMA, 2004) com grande potencial para o manejo florestal em virtude de sua riqueza em espécies arbóreas de uso comercial (SILVA et al., 1985). Segundo Dubois (1976) apud IBAMA (2004), a decisão de criação da Flona do Tapajós considerou sua posição estratégica e as áreas de grande potencial florestal. Anos mais tarde, o contexto político e econômico de reivindicações para apropriação e uso dos recursos florestais pelos moradores locais da Flona do Tapajós relacionou-se à sua criação autoritária e que não reconhecia a presença humana dentro de seus limites, submetendo as famílias a uma série de impedimentos que afetavam seu próprio sustento (SOARES, 2004).

O processo de regularização fundiária e de reconhecimento das famílias que viviam na Flona levou mais de 30 anos e envolveu diversos atores sociais, como população local, órgão gestor da UC, órgãos de gestão territorial, sindicato de

trabalhadores rurais, moradores locais, entre outros. O processo culminou em um plebiscito, realizado em 2003, sobre a permanência das comunidades ribeirinhas, que resultou em 76% dos votantes a favor de permanecer na Flona (IBAMA, 2004).

Somente em 2010 foi entregue às famílias o CCDRU, por intermédio da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, garantindo legalmente a permanência e uso dos recursos naturais pelos moradores da Flona (IBAMA, 2004).

O manejo florestal para a produção madeireira é a atividade econômica mais importante de uso da floresta realizada pelos moradores da Flona do Tapajós. Esta atividade movimenta, aproximadamente, R\$ 4 milhões por ano (ANDRADE et al., 2014), sendo realizada pela Coomflona, personalidade jurídica que executa o PMFS de Uso Múltiplo e que agrega atualmente 212 cooperados, todos moradores da Flona.

O destaque dessa iniciativa comunitária se relaciona à estabilidade da atividade florestal: 10 anos no mercado, aumento progressivo da área explorada, do volume de madeira e das receitas financeiras (Quadro 8).

Quadro 8 – Área manejada (em hectares), produção de madeira em tora (em metros cúbicos) e demonstrativo dos resultados dos exercícios fiscais, no período de 2005 a 2013, do manejo florestal realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Ano	Área explorada (ha)	Volume vendido (m³)	Receita* bruta (R\$)	Despesas (R\$)	Receita líquida (R\$)
2005/06	100	1.544,80	782.207,85	708.746,37	73.461,48
2007	300	3.650,80	1.101.716,07	890.263,82	211.452,25
2008	521	7.843,30	627.302,30	642.142,41	-14.840,11
2009	700	13.421,70	1.844.306,83	1.366.923,28	477.383,55
2010	1000	14.266,90	2.138.026,69	1.971.394,99	166.631,70
2011	1000	15.064,00	3.011.693,42	2.372.811,57	638.881,85
2012	1000	18.894,20	3.537.751,76	3.399.797,36	137.954,40
2013	1000	22.027,94	3.994.158,62	3.384.117,52	610.041,10
2014	Não informado	Não informado	5.766.048,10**	5.304.950,19	461.097,19
TOTAL		96.713,64	23.095.726,64	20.147.922,15	2.947.803,77

Fonte: Adaptado de Andrade et al. (2014); Espada (2013); Relatório de Prestação de Contas - Exercício Ano 2014, apresentado na Assembleia Geral Ordinária da Coomflona, em 27 mar 2015.

Notas:

* Os valores de área e volume considerados são do período da safra florestal, julho a julho, enquanto os valores de receita bruta, despesas e receita líquida, são do ano contábil, de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

** O volume explorado na safra florestal 2014 ainda não foi todo vendido, mas espera-se receber aproximadamente R\$ 10 milhões, sendo que até o momento, a Coomflona arrecadou R\$ 5.663.834,74 com a venda da madeira em tora. A venda da Ecoloja foi de R\$ 75.737,40, a receita de

serviços prestados foi de R\$ 26.076,70 e as doações foram de R\$ 400,00, totalizando receita até 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 5.766.048,10.

O manejo florestal comunitário liderado pela Coomflona na Flona do Tapajós foi incentivado pelas ações do ProManejo. Entretanto, a principal motivação partiu dos próprios moradores, que reivindicaram seus direitos de uso da floresta, segundo representante da cooperativa:

Havia esse debate interno na Unidade de Conservação [...] nesse período, eu acredito que *pra* enraizar o processo, nós fazíamos esse questionamento [...] dos meios de produção que nós da Flona tínhamos. E é interessante frisar que como 2000 tinha acabado de sair a lei do SNUC, então possivelmente naquele momento, embasado na lei e diante de toda discussão acumulada e também com a vinda do ProManejo, discutindo todos os projetos produtivos na Flona, nos fortaleceu [em] buscar uma alternativa mais direcionada ao principal produto da Flona, que é a madeira (Informação verbal)¹⁷.

A constituição da Coomflona se deu em função da mobilização dos moradores, também apoiados pelo ProManejo, que sentiram oportunidades em reivindicar direitos para geração de renda na Flona. Sabiam que podiam ficar na Flona, mas não sabiam como (Informação verbal)¹⁸.

O contexto político na época em que o ProManejo iniciou suas atividades de apoio ao manejo florestal na Flona do Tapajós favoreceu a adesão das comunidades, pois as mesmas estavam insatisfeitas com a exploração florestal realizada pelo governo em parceria com empresa para fins de pesquisa (IBAMA, 2004). O questionamento dizia respeito aos motivos pelos quais as comunidades não podiam se apropriar do recurso florestal.

A gente chegou *tava* terminando a exploração do projeto ITTO, que era a grande briga das comunidades, [...] acho que ali era um momento político importantíssimo. Ou seja, por que foi feito um projeto experimental [de] exploração comercial com uma empresa e as comunidades ficaram de fora? [...] A grande briga foi essa, [...] foi um pouco para contrapor eles (Informação verbal)¹⁸.

O ProManejo foi um importante projeto liderado pelo governo federal por meio do IBAMA. Na Flona do Tapajós, as ações do projeto foram executadas ao longo de dez anos (1996 a 2006) e promoveram as bases para organização social e a promoção de atividades produtivas sustentáveis, sendo uma delas o MFC para produção madeireira, inicialmente, chamado de Projeto Ambé (IBAMA, 2007).

As discussões para tomada de decisão sobre os processos relacionados ao MFC envolveram não somente comunidades e IBAMA, mas outras organizações consideradas parceiras, como as não governamentais. Este processo que envolveu

¹⁷ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

¹⁸ Representante do ProManejo. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Brasília, out. 2014.

as organizações externas (IBAMA, ONGs, outros) e as comunidades culminou na construção de um modelo de execução e comercialização do manejo florestal, criando, com isso, uma cooperativa. A estratégia foi pensada para que no longo prazo a Coomflona passasse a ser detentora de todos os projetos produtivos da Flona do Tapajós.

Desde as primeiras discussões, os parceiros contribuíram. Havia diversos parceiros na época do ProManejo, o STTR, PSA, IPAM, INAM tinham atuação mais forte. Depois do ProManejo, outras parcerias foram constituídas, como do IEB (Informação verbal)¹⁹.

Com o passar dos anos, o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós foi se estruturando, novos desafios foram postos e nova dinâmica de atuação da Coomflona e instituições externas configurou-se. A exemplo, no início dos anos 2000, a pesquisa de campo mostrou que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Belterra-PA era mais atuante como parceiro das comunidades na luta pela questão fundiária e organização social. Com essa etapa vencida, o STTR Belterra se afastou das discussões e outros parceiros surgiram, todavia, os entrevistados ainda o consideram como parceiro.

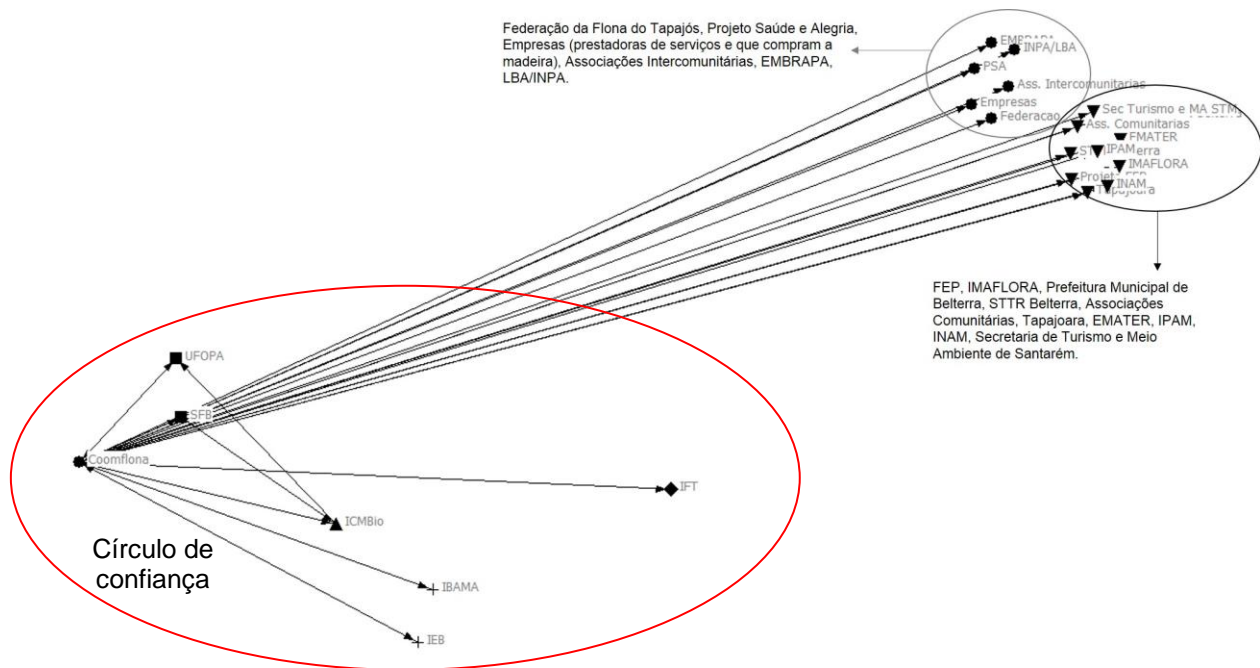
Embora a história de criação da Coomflona remeta-se ao período de atuação do ProManejo, a estruturação e consolidação da cooperativa se deve, também, a outras organizações que passaram a apoiar a iniciativa comunitária e que, atualmente, estão entre seus principais parceiros, como o SFB e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), conforme levantamento de dados primários do estudo.

As parcerias formadas para o MFC na Flona do Tapajós são apresentadas no Gráfico 1. A análise considerou o número de vezes que a organização foi citada nas entrevistas (n=14), buscando identificar as principais parcerias a partir da perspectiva dos entrevistados e o grau de centralidade da rede social (BORGATTI et al., 2002)²⁰.

¹⁹ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

²⁰ A análise de redes sociais é mais ampla daquela abordada neste estudo. Buscou-se utilizar a análise de redes sociais como ferramenta metodológica para dar suporte à discussão sobre os mecanismos e dinâmica das parcerias.

Gráfico 1 – Análise de rede social das relações de proximidade entre as parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise revela que a Coomflona é o ator central e que a densidade da rede é baixa (17%; Apêndice C) em função do número de ligações entre os atores (ou nós). Embora existam muitos atores envolvidos com o manejo florestal liderado pela Coomflona ($n=22$)²¹, observam-se ligações mais fortes com poucas organizações, revelando laços fortes e de maior proximidade entre estes atores. Granovetter (1983), ao discutir a teoria dos laços fracos, revela, segundo evidências empíricas, que os laços de ligação mais fortes conferem aos atores maiores semelhanças.

Infere-se que o grupo composto pelo ICMBio, IBAMA, Universidade Federal do Oeste do Pará²² (UFOPA), SFB, IEB e IFT, faz parte do círculo de confiança da Coomflona. Todavia, mesmo compondo esse círculo de confiança, caracterizado pelas relações (laços) mais fortes com a cooperativa, essas organizações estão pouco conectadas entre elas. Apenas o ICMBio tem conexões com UFOPA e SFB.

²¹ Foram identificadas 24 organizações parceiras no estudo, conforme levantamento de dados primários. Entretanto, no gráfico apresentado, são listadas 22 pelo fato de as empresas de prestação de serviços e de compra da madeira estarem categorizadas apenas como empresas e, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ser citada apenas no grau de cooperação.

²² A parceria é formalizada com a UFOPA por meio de Acordo de Cooperação Técnica, e o Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) é responsável por colocá-lo em prática.

A pesquisa de campo mostrou que os entrevistados consideraram o ICMBio e UFOPA parceiros por esta última apoiar a Coomflona em aspectos técnicos que também geram benefícios para a Flona do Tapajós, como estudos prospectivos para ampliação da área de manejo florestal. Por outro lado, ICMBio e SFB é uma parceria pelo fato de o SFB atender demandas pontuais do ICMBio, como ceder espaço físico para reuniões com a Coomflona e demais parceiros. Ambas as organizações, UFOPA e SFB, fazem parte do Conselho Técnico Consultivo (CTC)²³ da Coomflona, criado para apoiar decisões estratégicas do MFC na Flona do Tapajós.

A despeito da baixa densidade da rede social que se configurou na pesquisa de campo, Granovetter (1983) discute que os laços fracos proporcionam vantagens sobre os laços fortes. Segundo o autor, os laços fracos conferem maiores alcances em termos de informações e conexões com outras redes ou grupos, enquanto os laços fortes ficam centrados nas relações internas do grupo, aqui tratado como círculo de confiança. Desta forma, a rede de parcerias formada para o MFC na Flona do Tapajós pode ter alcance maior daquele visualizado pela pesquisa de campo.

As parcerias mais distantes são aquelas com menor proximidade em relação à Coomflona, que se configura como ator central da rede. As parcerias mais próximas possuem vínculos mais fortes e, portanto, de maior proximidade à Coomflona e, conseqüentemente, participação nas ações de fomento ao MFC na Flona do Tapajós.

As parcerias são buscadas conforme necessidades e o tipo de cooperação ou apoio [que] é avaliado para ter sentido com o objetivo mais amplo. Existem graus de parcerias, mesmo aqueles que apoiam pouco, contribuem de alguma forma (Informação verbal)²⁴.

Em relação aos mecanismos estabelecidos nas parcerias, a pesquisa de campo revelou que o maior envolvimento do SFB se deu no período de 2008 a 2011, quando a Coomflona recebeu apoio do Projeto Floresta em Pé²⁵, e quando SFB e IEB integraram grupo de instituições executoras do projeto.

O FEP era composto por diversas instituições e o IEB teve papel importante nisso, com consultores que ajudaram a profissionalizar a gestão do

²³ O CTC da Coomflona é reconhecido pelo Conselho Consultivo da Flona do Tapajós e, atualmente, é formado pelo ICMBio, IBAMA, SFB, UFOPA, EMBRAPA, IFT, IEB, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Projeto Saúde e Alegria (PSA) e Coomflona.

²⁴ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

²⁵ O FEP foi uma cooperação franco-brasileira que abordou o manejo das florestas comunitárias na Amazônia brasileira. Foi executado por diversas instituições governamentais e não governamentais no período de 2006 a 2011.

quais, dificilmente a iniciativa teria avançado nas questões técnicas e operacionais do manejo florestal.

Acho que um dos pontos principais desse negócio ter dado certo não foi necessariamente esse apoio que eles tiveram, claro que contribuiu, mas a capacidade de buscar os atores, de buscar essas parcerias [...] além da honestidade e seriedade deles [...] e isso se deu por meio desse apoio que qualificou os gestores da Coomflona, mas também pela seriedade dos gestores [da Coomflona] em encarar e buscar fazer certo. Embora tivessem limitações educacionais, não tinham vergonha de correr atrás de quem sabia (Informação verbal)²⁷.

“O manejo florestal na Flona do Tapajós está consolidado devido essas parcerias, cada um contribuindo um pouco conforme suas condições e área [...] não tem como fazer manejo sem parceiros, a não ser empresa, mas comunidade... (Informação verbal)²⁸.”

Com essa atuação nos últimos anos, a Coomflona conseguiu agregar diversas organizações parceiras que entendem o MFC como uma forma para se buscar a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em florestas públicas. Entretanto, as relações de parceria entre as organizações não são homogêneas. Segundo entrevistado da Coomflona, o parceiro que mais atua tem mais credibilidade.

As relações entre Coomflona e as principais organizações parceiras, ICMBio, UFOPA, SFB, IEB e IFT, são consideradas parcerias porque possuem relações de apoio mútuo. Para todos os entrevistados, a parceria se caracteriza quando ambas as partes se beneficiam.

Ela [parceria] se estabelece mediante algumas condições que beneficiam ambos. Ela traz benefícios para todos os envolvidos (Informação verbal)²⁹.

Parceiro é aquele está junto na dificuldade, igual casamento, na tristeza e na alegria. É aquele que ajuda e é ajudado. Está lado a lado nas horas difíceis e sempre dá um jeito de contribuir (Informação verbal)³⁰.

Nos processos de governança ambiental, o apoio mútuo pode fortalecer as relações de confiança entre os atores (ABRAMOVAY, 2000) e a reciprocidade nas ações, de forma a alcançar o objetivo comum, este relacionado à melhoria da qualidade de vida da população local a partir do uso racional dos recursos naturais (PANDEFF; SILVA, 2009).

Segundo McQuaid (2000), as parcerias podem melhorar a eficácia das ações para o desenvolvimento local a partir da estabilidade das relações e aumento

²⁷ Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

²⁸ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

²⁹ Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

³⁰ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

dos vínculos de confiança, minimizando com isso os riscos para os parceiros. De fato, para algumas instituições parceiras da Coomflona, a confiança é fator fundamental para a continuidade das parcerias no longo prazo.

Borges et al. (2012, p. 35) acreditam que “a confiança lubrifica a vida social”, tornando as sociedades mais cívicas conforme esse grau de confiança se eleva. A confiança, no estudo de caso analisado, é a base das relações entre as organizações e ela é alcançada na medida que os parceiros contribuem para o MFC na Flona do Tapajós.

Na parceria Coomflona e UFOPA, por exemplo, a cooperativa beneficia a universidade ao permitir que seus alunos do curso de engenharia florestal usem a Flona para visitas técnicas, possibilitando a vivências desses alunos em situações reais de manejo florestal. Segundo um dos entrevistados, a experiência de campo proporcionada pela Coomflona é ímpar no processo de aprendizagem desses novos profissionais, pois a universidade não conta com áreas experimentais, sendo a da Coomflona a mais próxima. Em contrapartida, a UFOPA oferece cursos de capacitações em manejo florestal e realiza estudos científicos e técnicos, como a análise do potencial florestal em novas áreas da Flona do Tapajós para a expansão do MFC. Com isso, também é estabelecida uma parceria com o ICMBio, gestor da Flona, que apoia a Coomflona e conta com informações como estas para fazer a gestão da área.

As parcerias formadas para o MFC na Flona do Tapajós possuem objetivos comuns, como a consolidação do manejo florestal, mas congrega interesses individuais dos atores, e que atingem, coletivamente, finalidade maior.

A gente quer formar o melhor engenheiro florestal da Amazônia, *pra* isso a gente precisa da Coomflona. [...]. Essa questão prática do nosso curso aqui em Santarém é muito forte [...] A gente pensa na formação dos nossos estudantes e eles [Coomflona] pensam na manutenção do negócio deles, continuam cada vez produzindo mais, com mais qualidade. Automaticamente uma consequência que isso dá é melhorar o manejo florestal, trazer bons frutos [...] isso é uma consequência (Informação verbal)³¹.

Para Borges et al. (2012), redes sociais não são, necessariamente, espaços de interesses convergentes e, mesmo assim, as redes de parcerias podem ser efetivas, como é o caso da Flona do Tapajós. Para Abramovay (2000), isto pode derivar do fato de que cada ator (indivíduo ou organização) que compõe a rede de

³¹ Representante da UFOPA. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

parceiros esteja alicerçado em um interesse individual, mas compreende que somente terá êxito se trabalhar em conjunto com outras organizações.

Assim, para alcançar seus objetivos, o SFB e IEB promovem ações de capacitação para a gestão da Coomflona. Com o apoio direto do IEB, a cooperativa conseguiu certificar sua área de manejo florestal com o selo FSC (*Forest Stewardship Council*) e, com isso, espera alcançar novos mercados. Também no âmbito das parcerias técnicas, o IFT apoia a cooperativa com a cessão de duas máquinas florestais (*Skidder* e trator de esteira) e treinamentos em técnicas de exploração de impacto reduzido. Esse apoio também possibilita diminuição nos custos relacionados à exploração florestal.

O IBAMA é o órgão licenciador do manejo florestal na Flona do Tapajós. Os entrevistados o consideram como parceiro devido à abertura de diálogo dos técnicos da Gerência Executiva do IBAMA em Santarém. Em área historicamente marcada por uma estrutura hierárquica entre agentes do governo e comunidades (SOARES, 2004), a permissão ao diálogo pode ser considerada uma parceria, visto que o benefício que a Coomflona oferece é a transparência e seriedade de suas atividades, sabendo que o setor madeireiro na Amazônia possui muitas irregularidades e ilegalidades (PEREIRA et al., 2010).

O ICMBio também é considerado parceiro da Coomflona, mesmo sendo o gestor da UC e assumindo a condição de fiscalizar e punir ações irregulares na Flona. A parceria ocorre justamente porque o papel da Coomflona é o de promover um dos objetivos básicos de criação de florestas nacionais “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais” (BRASIL, 2000). Sendo assim, o ICMBio é o principal incentivador do manejo florestal realizado pela Coomflona.

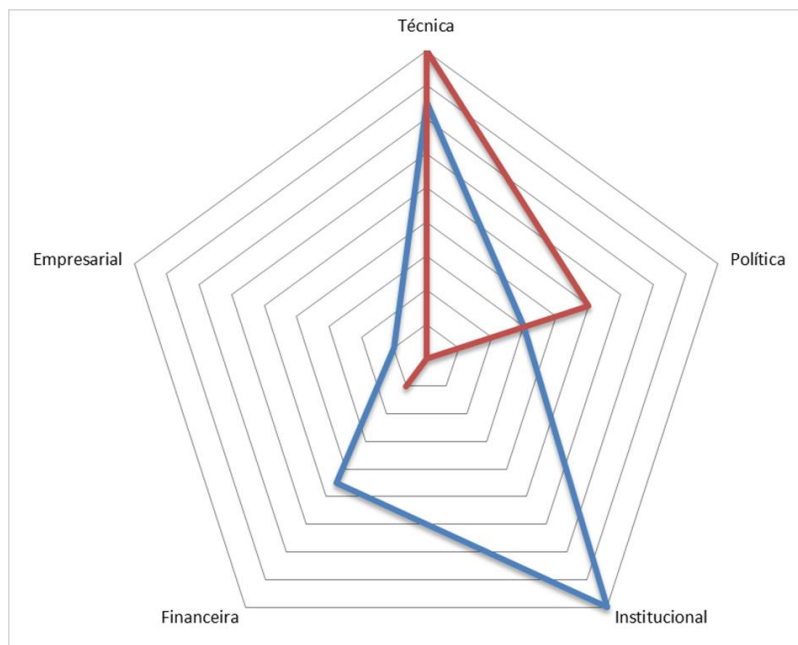
Nessa relação com o ICMBio, a Coomflona responde à parceria desempenhando papel colaborativo na gestão da Flona do Tapajós. A cooperativa apoia o ICMBio na construção de bases de monitoramento – bases de apoio ao turismo, pesquisa e proteção da UC – e, em ações de fiscalização e valorização dos recursos naturais da Flona (ANDRADE et al., 2014).

O fato de o manejo florestal dar bons resultados, que busca beneficiar todos os moradores da UC, pode fazer com que a floresta seja mais valorizada pelos moradores que, conseqüentemente, buscarão impedir ações destrutivas. Com isso, o ICMBio ganha eficiência e efetividade de suas ações de combate ao desmatamento e degradação florestal.

Um importante aspecto de constituição das parcerias relaciona-se à sua tipologia. De acordo com Souza e Vasconcellos (2012), é preciso estabelecer relacionamento e interação com entidades diversas, por exemplo, instituições de ensino e pesquisa, para que cooperativas se estabeleçam como iniciativas promissoras de desenvolvimento local. No estudo de Borges et al. (2012), também foi constatado que um dos aspectos relevantes em redes formadas entre poder público, organizações da sociedade civil e empresa é a diversidade institucional dos parceiros.

A Coomflona percebeu essa necessidade e atualmente conta com a parceria de organizações de diferentes áreas de atuação, como pesquisa, assistência técnica, prestação de serviços, apoio institucional, outros. Desta forma, a configuração identificada na pesquisa de campo revela que as parcerias para o MFC na Flona do Tapajós abrangem parceiros técnicos, institucionais, políticos e empresariais (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição da tipologia de parcerias identificadas na pesquisa de campo, segundo perspectiva dos cooperados (traço em azul) e analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (traço em vermelho).



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que a Coomflona não recebe apoio financeiro de nenhum de seus parceiros, uma vez que a cooperativa gera suas próprias receitas financeiras e consegue manter suas atividades a partir disso. No entendimento dos entrevistados, a parceria do tipo financeira refere-se às parcerias que apoiam

financeiramente ações pontuais de membros da Coomflona, como viagens à Brasília, ou então, diminuição dos custos de produção, quando o parceiro oferece capacitações e treinamentos sem custo. No caso específico do IFT e da UFOPA, também é considerada parceria financeira pelo empréstimo de maquinário para a exploração florestal, diminuindo custos expressivos das atividades de abertura de estrada e arraste de toras.

Desta forma, as parcerias formadas para o MFC na Flona do Tapajós contribuem para que essa atividade se estabeleça como uma opção sustentável de uso dos recursos naturais e geração de trabalho e renda em territórios de uso comum de seus recursos naturais, como as UCs de Uso Sustentável. Entretanto, considerando McQuaid (2000) e Vasconcellos Sobrinho (2009), que apontam que na maioria das parcerias há desigualdade de poder, é preciso compreender se a presença de poder desigual implica na fragilização das parcerias e consequências negativas na tomada de decisão que afeta o bem comum.

4.5 Conclusões preliminares: a parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o estabelecimento do manejo de florestas comunitárias na Amazônia

Para que o MFC se estabeleça como atividade produtiva sustentável geradora de trabalho e renda em florestas públicas amazônicas, constata-se a importância das parcerias. Todavia, o estudo de caso também revelou que o envolvimento dos moradores nas discussões e reivindicações de seus direitos adquiridos, fundiários e de uso e apropriação dos recursos naturais, potencializaram o estabelecimento do manejo florestal na Flona do Tapajós. Desta forma, conhecer a história e os atores envolvidos nos processos de governança ambiental para o manejo florestal fornece subsídios para a compreensão de como as parcerias são formadas e quais seus impactos para a implementação do manejo florestal comunitário.

O caso estudado revela que o ator central das relações de parceria para o manejo florestal na Flona do Tapajós é a Coomflona, cooperativa comunitária estabelecida há dez anos, que realiza a gestão e execução das atividades produtivas florestais na UC.

A Coomflona possui diversos parceiros; foram listadas 22 organizações a partir das entrevistas realizadas. Entretanto, a densidade da rede social analisada é baixa em função das poucas ligações (ou relações) entre os parceiros, mostrando

fragilidades na governança ambiental, uma vez que os atores envolvidos não se comunicam para efetivar ações conjuntas que possuem a mesma finalidade.

A respeito das diversas parcerias identificadas, foi constatado que algumas organizações parceiras possuem maior proximidade à Coomflona em comparação a outras. Esse grupo mais coeso das parcerias foi denominado no estudo como círculo de confiança, composto pela Coomflona, ICMBio, SFB, IBAMA, UFOPA, IEB e IFT.

Mesmo que as demais organizações citadas na pesquisa de campo não estejam no círculo de confiança da Coomflona, as possibilidades de apoio para a implementação do manejo florestal se ampliam a partir do momento em que as ligações fracas e distantes fazem conexões com outras redes, trazendo mais atores para a rede que envolve a Coomflona. O estudo não se aprofundou nesse tema e novos estudos podem dirimir essas questões ao buscar compreender o alcance dos atores a outras redes sociais para o fortalecimento do MFC em florestas públicas.

Como visto, a Coomflona possui vários parceiros que cooperam para a implementação e consolidação do MFC, e os resultados nesse sentido são positivos, uma vez que os tipos de parcerias são diversificados. Foram constadas parcerias institucionais, políticas e técnicas, envolvendo organizações governamentais (ICMBio, SFB, IBAMA), não governamentais (IEB, IFT, IPAM) e de pesquisa (UFOPA, EMBRAPA). Contudo, nas relações com as organizações governamentais, sobretudo com o ICMBio, por ser o órgão gestor da UC, é preciso discutir as relações desiguais de poder, se elas existem, como afetam a tomada de decisão para o MFC e os mecanismos que os atores utilizam para tentar equilibrar o poder.

O estudo revela que as parcerias firmadas para o MFC na Flona do Tapajós são fundamentais para esta atividade econômica. Entretanto, não discute relações de poder entre os parceiros, fazendo-se necessário ter esse debate, haja vista que a teoria da parceria aponta que tais relações podem afetar a confiança entre os parceiros e, conseqüentemente, a perenidade das parcerias.

5 A COOPERAÇÃO MÚTUA E EQUILÍBRIO DE PODER NAS RELAÇÕES DE PARCERIA

5.1 Introdução

Desenvolvimento local pode ser compreendido como o desenvolvimento do ser humano, intrinsecamente relacionado ao bem-estar e à qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, da coletividade (OLIVEIRA, 2001). Para se buscar o desenvolvimento local é preciso autonomia das coletividades na tomada de decisão sobre as melhores estratégias relacionadas ao uso dos recursos naturais aliado à geração de riquezas (FROEHLICH, 1998).

Em florestas públicas da região amazônica, são inúmeras as possibilidades de geração de riquezas mantendo as funções ecológicas destes ecossistemas e possibilitando a permanência de populações e comunidades que vivem dos recursos naturais para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (BRASIL, 2007a). Dentre as possibilidades, o manejo de uso múltiplo da floresta se apresenta como política pública (BRASIL, 2009) e estratégia para as comunidades que vivem em ambientes florestais.

O governo brasileiro tem limitações relacionadas a recursos humanos³² e orçamentários para promover a gestão de florestas públicas destinadas como UCs na Amazônia (VERÍSSIMO et al., 2011). Nestas florestas, o MFC é permitido, mas pouco fomentado, dentre outros fatores, por causa dessa limitação. Para contornar o cenário, a gestão compartilhada de UCs destinadas para uso sustentável pode ser um importante mecanismo de participação social e de inclusão de atores que podem mitigar as fragilidades da gestão governamental (KOURY; RIZZO, 2012).

Nesse aspecto, a parceria pode ser compreendida como uma dimensão da governança ambiental que envolve a participação de grupos sociais desfavorecidos ou, desempoderados (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008) para a tomada de decisões relacionadas à gestão dos recursos naturais e que afetam a vida das pessoas (CATTANI; FERRARINI, 2010). Entretanto, em parcerias existem relações desiguais de poder que podem estar relacionadas ao histórico

³² Veríssimo et al. (2011) estimam que cada analista ambiental é responsável, em média, pela gestão de 1.871,7 km² de UC estadual na Amazônia Legal. Sendo que essa relação é maior para as UCs de Uso Sustentável, tendo um funcionário a cada 4.032,8 km².

cultural e político do território (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008) ou então a aspectos de domínio financeiro e de conhecimento técnico (LISTER, 2000).

Para alguns autores (LISTER, 2000; MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009), o desequilíbrio de poder nas parcerias é esperado, mas que pode ser contornado por meio da cooperação mútua, confiança entre os parceiros e sinergias para se alcançar um objetivo comum. Desta forma, as parcerias podem se tornar processos interessantes que envolvem diferentes atores do território para o desenvolvimento local, mesmo quando as relações não estão pautadas no equilíbrio de poder entre os atores envolvidos na ação coletiva para o bem-estar comum.

Acredita-se, neste estudo, que a parceria é uma importante dimensão da governança ambiental para o estabelecimento do manejo florestal em florestas públicas da Amazônia e que, mesmo com relações desiguais de poder entre os atores relacionados à parceria, é possível mantê-la a partir da mutualidade e confiança (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009).

Assim, a questão central deste capítulo relaciona-se à compreensão de como as relações de poder desigual em parcerias podem afetar ou desestruturar a efetividade de programas, projetos e políticas públicas relacionadas à gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local.

O objetivo do capítulo é compreender se existem relações desiguais de poder nas parcerias firmadas no caso estudado e se os parceiros lançam mão de mecanismos para compensar tal desequilíbrio. Espera-se, com isso, gerar informação e conhecimento para que este caso e outras iniciativas de parcerias público-privadas possam lidar com as diferenças e promover o desenvolvimento local a partir das parcerias.

Para fundamentar a pesquisa, analisou-se o MFC estabelecido na Flona do Tapajós, UC localizada no oeste paraense. Nessa floresta pública, o ICMBio e a Coomflona são parceiros para o desenvolvimento do manejo de uso múltiplo da floresta e contam com o apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para a promoção desta atividade produtiva sustentável.

O capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira diz respeito à compreensão do desenvolvimento no âmbito do local, aportando discussão da importância da autonomia e participação local para que as transformações desejadas para os territórios beneficiem toda uma coletividade.

A segunda seção trata dos instrumentos da gestão pública de florestas da Amazônia, mais especificamente daquelas destinadas como UCs para uso sustentável dos recursos naturais.

A respeito da gestão compartilhada de florestas públicas, a parceria se configura como importante mecanismo de participação de comunidades locais. Entretanto, nas parcerias, a tomada de decisão pode ser direcionada para atender o interesse de determinados parceiros, não atendendo as demandas mais amplas que privilegiem a ação coletiva. Por esse motivo, na terceira seção discutem-se as relações de poder na parceria que podem interferir na ação coletiva para o bem comum. Na seção seguinte, apresenta-se o caso de uma floresta pública, a Flona do Tapajós, buscando compreender se existem relações desiguais de poder nas parcerias firmadas para o fomento ao manejo florestal comunitário.

A última seção apresenta as conclusões preliminares a respeito das relações de poder estabelecidas nas parcerias firmadas para o manejo florestal na Flona do Tapajós e como os atores lidam entre si para buscar o equilíbrio ou a manutenção das parcerias quando há relações desiguais de poder.

5.2 Gestão de recursos naturais para o desenvolvimento local

As florestas desempenham papel fundamental para a sobrevivência de milhares de seres vivos. Funções ecológicas, ambientais, sociais e econômicas que vão desde a manutenção de mananciais de água doce à fonte de matéria-prima são providas por elas. Entretanto, nos últimos cem anos, cerca de 40% das florestas deixaram de existir no planeta (ADEODATO et al., 2011) e a maior pressão atualmente se concentra nas florestas nativas tropicais. O Brasil se destaca nesse cenário por possuir a mais importante floresta tropical do mundo e, ao mesmo tempo, por não conseguir controlar de forma eficiente seu desmatamento e degradação antrópica.

Embora a Amazônia não seja formada exclusivamente por florestas, estas recebem maior visibilidade e destaque no cenário mundial por compor quase 63% da Amazônia Legal (BECKER, 1994; PEREIRA et al., 2010), além de possuírem papel essencial na regulação climática (NOBRE, 2014).

“As florestas da Amazônia são essenciais para a manutenção do clima, e com ele a segurança das gerações futuras” (NOBRE, 2014, p. 3). Todavia, até 2013,

o desmatamento acumulado na Amazônia brasileira chegou a 763.000 km², área equivalente a três estados de São Paulo, somando, ainda, a área de floresta degradada estimada em mais de 1,2 milhão de km² (NOBRE, 2014). Esse montante equivale à perda de quase 20% da cobertura original do bioma amazônico (NOBRE, 2014). Com isso, perde-se também a rica biodiversidade presente nos ecossistemas florestais dos trópicos e afeta milhares de famílias que vivem dos recursos naturais desta região.

Parte do desmatamento na região amazônica está relacionado aos incentivos para o crescimento econômico promovidos pelo governo federal a partir da década de 1960 e, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980 (GOMES; VERGOLINO, 1997). A Amazônia Legal, que ocupa mais da metade (59%) do território brasileiro (PEREIRA et al., 2010), recebeu maciços investimentos governamentais a partir da década de 1960 (CAVALCANTI, 2004; GOMES; VERGOLINO, 1997; SCHMINK; WOOD, 2012), que culminaram em mudanças expressivas em sua paisagem, em grande parte devido a ações e incentivos governamentais para construção de infraestruturas de alto impacto, como rodovias, ferrovias e hidrelétricas. Somado a isso, a exploração mineral e a abertura de novas áreas para agricultura e pecuária foram fatores que incentivaram a imigração e culminaram no expressivo crescimento demográfico (GOMES; VERGOLINO, 1997; SCHMINK; WOOD, 2012) na região.

Gomes e Vergolino (1997, p. 5) constataram que no período de 1960 a 1995, “a economia da região Norte aumentou em quase doze vezes o seu tamanho”. No entanto, esse crescimento não resultou da conversão de capital natural em bem-estar social e desenvolvimento regional (CAVALCANTI, 2004). Houve crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) regional a partir das exportações; mas a questão relaciona-se ao “destino da renda criada com tal produção dos bens exportáveis” (GOMES; VERGOLINO, 1997, p. 10).

O crescimento econômico é uma variável essencial para o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009), mas seu entendimento não pode se limitar a índices econômicos como o PIB. É necessário considerar os indicadores que revelem a real situação de bem-estar social como resultado da melhoria da qualidade de vida da população (SEN, 2000) e a participação dos cidadãos nos processos decisórios do desenvolvimento (BAVA, 1996).

Mesmo que o termo qualidade de vida seja vago, por ser subjetivo, deve trazer, minimamente, melhorias quanto aos aspectos da pobreza, desigualdade entre gêneros, moradia, saúde, mortalidade infantil e materna, alimentação e educação (CELENTANO et al., 2010; SEN, 2000).

Celentano et al. (2010) apontam que, embora algumas metas dos Objetivos do Milênio avaliadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) tenham sido alcançadas (educação, igualdade de gênero na educação e redução da mortalidade infantil) nas duas últimas décadas, a Amazônia brasileira ainda apresenta indicadores socioeconômicos e ambientais aquém dos desejados (abaixo da média nacional). Problemas estruturais e de ordem social e econômica ainda representam profundas lacunas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A pobreza ainda afeta 42% da população (CELENTANO et al., 2010), a desigualdade social medida pelo Índice de Gini manteve-se estável (0,53) desde 1990 (CELENTANO et al., 2010) e problemas graves de saúde, como o número de óbitos maternos, aumentaram em 22% entre 1996 e 2008 (CELENTANO et al., 2010).

Embora a Amazônia seja uma região rica em recursos naturais e minerários, a geração de receitas é agregada de forma discreta na melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Parte disto relaciona-se à forma de gestão dos recursos naturais da região. E um dos setores econômicos rurais que merecem destaque nesta situação e na perenização das condições de ineficiência do uso dos recursos naturais amazônicos é o setor florestal.

A indústria madeireira regional, largamente incentivada pelo mercado de construção civil brasileiro (SOBRAL et al., 2002), desenvolveu um padrão fortemente baseado na degradação de florestas para sua sobrevivência, nascendo uma atividade extensiva, migratória e não planejada (LENTINI et al., 2005). Nas décadas de 1960 e 1970, período de expansão da indústria madeireira em florestas de terra firme na Amazônia, o termo desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico (OLIVEIRA, 2001; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009), o qual também se dava por meio da ocupação do território rural e abertura de novas áreas para a agricultura e pecuária (SCHMINK; WOOD, 2012).

Embora não exista uma definição clara do projeto de desenvolvimento para a Amazônia (LÉNA, 2002), é consenso para alguns autores (BAVA, 1996;

ESTERCI et al., 2002) de que a sociedade busca novas formas de promover transformações propositivas na região.

Oliveira (2002) e Froehlich (1998) tratam o desenvolvimento como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, social e humana³³. De fato, Sachs (2008) comenta que desenvolvimento é multidimensional e complexo. As transformações buscam melhorias “qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Quando o conceito de desenvolvimento aborda o território como espaço que comporta as relações entre pessoas e instituições, produzindo conhecimento e práticas políticas (BOOTH, 2003), permitindo, ainda, interações e o relacionamento dos atores com propósitos comuns, além de considerar os recursos e meios para sua reprodução cultural, histórica, social, política e econômica, pode ser tratado como desenvolvimento local³⁴. Para Brito (2006), o desenvolvimento local é um fenômeno que evidencia os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional.

Oliveira (2001) reflete que o desenvolvimento local pode ser entendido como o desenvolvimento do ser humano, intrinsecamente relacionado ao bem-estar e à qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, da coletividade. O desenvolvimento local também está associado à autonomia de uma determinada coletividade em tomar decisões com bases em suas crenças e prioridades. Nesse aspecto, a autonomia significa o exercício do direito das coletividades e a definição de suas preferências, meios e estratégias de desenvolvimento (FROEHLICH, 1998).

Para alguns autores (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009), existe uma importante relação entre território e desenvolvimento ao considerar as relações sociais, políticas, econômicas e institucionais em um espaço da ação e de interações entre os atores (indivíduos,

³³ Para Oliveira (2002), essa visão de desenvolvimento é difundida por economistas que seguem os ensinamentos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

³⁴ Reconhece-se que o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico. O termo desenvolvimento pode ser discutido a partir de diferentes concepções, como aquelas que tratam o desenvolvimento na perspectiva local, integrado, sustentável, endógeno, territorial, econômico, socioeconômico, humano, dentre outros. Compreende-se que tais concepções não são excludentes, mas complementares. Por esse motivo, neste trabalho, a abordagem está limitada ao desenvolvimento local. Este entendido como processo de mudanças territoriais a partir de coletivos locais envolvendo atores sociais, institucionais e políticos que observam questões sociais, econômicas e ambientais para as transformações locais desejadas.

grupos ou instituições) e desses atores com o ambiente. Para Bava (1996, p. 57), “o tema do desenvolvimento local, por definir uma base territorial, já chama a atenção para a questão das particularidades”.

Compreende-se que, quando uma coletividade compartilha interesses comuns e se relaciona de forma sinérgica para alcançar os mesmos objetivos, sendo estes entendidos como objetivos que culminem no bem-estar e na qualidade de vida, o desenvolvimento local é resultado de um processo de cooperação e de mudanças para se alcançar resultados positivos e coletivos. Assim, o desenvolvimento local

[...] é endógeno, nasce das forças internas da sociedade; ele constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões (BAVA, 1996, p. 58).

A descentralização das políticas públicas é um processo que potencializa as oportunidades de desenvolvimento a partir do local, reconhecendo as especificidades e envolvendo atores sociais que, juntos com o Estado, podem promover ações mais efetivas para o bem-estar social e qualidade ambiental.

Léna (2002) comenta que políticas descentralizadoras fazem parte de uma nova configuração de desenvolvimento regional estabelecida na região amazônica que vem sendo executada há mais de 20 anos e que parte das iniciativas locais e políticas governamentais diversas para o estabelecimento de um novo modelo na região que almeja, sobretudo, o bem-estar social e a conservação das tradições e meio ambiente.

O bem-estar social, por sua vez, relaciona-se a indicadores econômicos, mas também sociais e ambientais. No aspecto ambiental, tratando-se da problemática que é posta à região amazônica sobre a utilização predatória de seus recursos naturais, mais precisamente aqueles provenientes da floresta, tendo a madeira como produto florestal de maior valor agregado no mercado (PEREIRA et al., 2010), é possível encontrar soluções quando o problema é tratado também em uma escala regional e local, de forma a propiciar à coletividade local liberdades de escolha, baseadas nos preceitos da sustentabilidade.

Tapia (2005, p. 136) sugere “o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico”. No entanto, essa afirmação não infere que os problemas devam ser tratados apenas na escala local, pois, a autonomia de uma coletividade está relacionada, também, ao contexto de sua relação com outras

coletividades em suas diversas escalas (BAVA, 1996; FROEHLICH, 1998), como a regional, nacional e global.

A localidade deve ser respeitada no âmbito global, assim como sua participação nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais. Com isso, se faz necessário o empoderamento e a participação política dos diferentes atores sociais de um território nas discussões e gerenciamento do uso de recursos naturais que, direta ou indiretamente, interferem em suas vidas e meios de reprodução social e econômica.

5.3 A parceria para a gestão compartilhada de florestas públicas

Enquanto os maiores problemas de degradação socioambiental se concentram nos grandes centros urbanos, governo e sociedade civil organizada também direcionam atenção e ações para a manutenção da biodiversidade em áreas mais remotas, distantes desses centros (ESTERCI et al., 2002). As principais pressões em áreas pouco antropizadas na Amazônia, como as florestas naturais, são as queimadas para produção agrícola, a degradação florestal e o desmatamento (INPE³⁵, 2015a; NOBRE, 2014).

Diversas ações e programas governamentais buscam mitigar essa situação incorporando premissas do desenvolvimento sustentável de forma a apresentar à sociedade alternativas econômicas de uso dos recursos naturais aliadas à conservação da natureza e geração de renda. Nesse contexto, o aumento da criação de UCs, a partir de 2006, tornou-se uma das estratégias do governo federal para evitar o desmatamento na região amazônica por meio da implantação de mosaicos de áreas protegidas como barreira ao avanço da fronteira agropecuária e da grilagem de terras públicas (VERÍSSIMO et al., 2011), além de assegurar direitos de populações e comunidades tradicionais.

A criação de áreas protegidas, como as UCs, Territórios Indígenas (TIs) e quilombolas, “contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes” (VERÍSSIMO et al., 2011, p. 9). Além disso, as áreas protegidas são ferramentas para a conservação da biodiversidade (DUDLEY, 2008; VERÍSSIMO et al., 2011) e para resguardar a

³⁵ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

integridade dos ecossistemas e dos serviços ambientais associados, como proteção dos solos e mananciais de água.

Áreas protegidas são espaços territoriais com restrição do uso humano, em diferentes níveis e propósitos (MILANO, 2012). No Brasil, as áreas protegidas destinadas como UCs são regidas pelo SNUC, que define categorias de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). Existem dois grupos que reúnem as categorias de UCs: Proteção Integral e Uso Sustentável. O primeiro grupo se destina à preservação da biodiversidade, permitindo o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, são evitados o consumo, a coleta ou demais atividades de produção. Já as UCs de Uso Sustentável admitem o uso direto dos recursos naturais, permitindo sua coleta e uso, de forma comercial ou não, por populações tradicionais (BRASIL, 2000). Entretanto, o uso dos recursos naturais e a abertura de áreas para agricultura familiar e criação de animais³⁶ estão condicionados a uma série de regras estabelecidas pelo órgão gestor das UCs.

Embora o ICMBio seja o órgão gestor das UCs federais, existem mecanismos legais que possibilitam a gestão envolvendo moradores locais, além de organizações políticas e técnicas, como prefeituras municipais e organizações não governamentais (BRASIL, 2000). A União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) reconhece quatro tipos de governança em áreas protegidas, sendo elas: gestão governamental, gestão compartilhada (cogestão), governança privada e gestão comunitária (DUDLEY, 2008; KOURY; RIZZO, 2012).

Devido à relevância das categorias Flonas, Resex e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para a região amazônica³⁷, discutem-se os tipos de governança nessas UCs. Nas Flonas, a gestão é governamental, com instrumentos que permitem a participação dos moradores locais e de outros atores por meio de um conselho consultivo. Enquanto nas Resex e RDS, categorias destinadas à utilização e permanência de populações extrativistas tradicionais, a gestão é compartilhada por meio de um conselho deliberativo (BRASIL, 2000). Nas três categorias, a gestão deve ser participativa, considerada uma ferramenta do

³⁶ Nas UCs de Uso Sustentável, as atividades agrícolas e de criação de animais são permitidas desde que voltadas à subsistência das populações residentes, exceção a esta regra são as Reservas de Fauna (BRASIL, 2000).

³⁷ Das áreas cadastradas no Plano Anual de Outorga Florestal 2014 como UCs de Uso Sustentável, 94% eram compostos por Flonas, Resex e RDS (SFB, 2014). Exceto essas três categorias, as UCs de Uso Sustentável incluem Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reservas de Fauna (RF) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

regime de administração especial que rege as UCs brasileiras (KOURY; RIZZO, 2012; PALMIERI; VERÍSSIMO, 2009) para que se cumpram os objetivos de conservação da natureza e que se expressa por meio dos conselhos gestores (KOURY; RIZZO, 2012).

No Brasil, a existência de conselhos gestores, para as mais variadas situações, é prevista na Constituição Federal e [os conselhos gestores] são definidos como um espaço público jurídico-institucional, que tem por finalidade a intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas (KOURY; RIZZO, 2012, p. 69).

Os conselhos gestores em UCs possibilitam maior participação da sociedade, principalmente dos moradores locais, nas decisões governamentais sobre a forma de uso dos recursos naturais coletivos. Para Pacheco (2012), as possibilidades de controle social e participação levam a melhores resultados sobre a gestão local dos recursos florestais.

Tapia (2005) confere à regulação social e estruturas de governança local a transformação dos sistemas locais de inovação para o desenvolvimento. Para o autor, as estruturas de governança resultam da ação coletiva de um sistema de atores envolvendo as esferas pública e privada, que interagem dentro de um contexto espacial, institucional, político e cultural específico. Os conselhos gestores, principalmente os deliberativos, podem aferir esse caráter estrutural a que se refere o autor, embora não sejam os únicos espaços para a participação social e da ação coletiva objetivando o desenvolvimento local.

Os territórios institucionais que proporcionam a interação e integração dos atores locais por meio das parcerias também favorecem a gestão compartilhada das florestas públicas brasileiras. Por meio da parceria, considerada uma dimensão da governança ambiental, atores como gestores governamentais, pesquisadores, empresários, moradores de florestas públicas, representantes do movimento social interagem para propor ações para o desenvolvimento local (MERTENS et al., 2011).

A parceria é compreendida como a relação entre duas ou mais partes interessadas (pessoas ou instituições) em unir recursos (humanos, financeiros, outros) para alcançar objetivos comuns (MCQUAID, 2000), mesmo quando estes estejam alicerçados em interesses individuais (indivíduo ou instituição), mas que dependem de um coletivo para serem atingidos (ABRAMOVAY, 2000).

O conceito de parceria adotado neste trabalho considera aspectos do capital social, este associado à capacidade de organização dos atores sociais e

institucionais (MERTENS et al., 2011) e às ligações que cada ator consegue fazer e manter ao longo do tempo (BOURDIEU, 1980).

Considerando os propósitos de criação de UCs de Uso Sustentável, que em seu próprio nome diz respeito à destinação para o uso, diferentes públicos podem ter acesso aos recursos naturais. Nas Flonas, que têm por finalidade o uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2000), existe a modalidade de uso direcionada ao público privado, por meio das concessões florestais onerosas (BRASIL, 2006) e aquela direcionada às comunidades locais, quando a floresta pública destinada tem moradores dentro de seus limites. Neste caso, a Concessão de Direito Real de Uso não é onerosa e prevê o uso e comercialização de recursos naturais observando as leis vigentes.

O incentivo às práticas sustentáveis de produção, como o manejo de uso múltiplo da floresta, é política pública (BRASIL, 2009) incentivada não apenas pelo Estado, mas por organizações não governamentais e instituições de assistência técnica, uma vez que a geração de riquezas locais pode assegurar qualidade de vida às famílias e comunidades que vivem em ambientais rurais e florestais.

Mesmo que o uso dos recursos florestais seja previsto na constituição das florestas nacionais, nem sempre ele é fomentado a contento para que as famílias possam gerar renda e trabalho. O órgão gestor possui limitações técnicas, orçamentárias e humanas para atender a demanda (LENTINI et al., 2012), e os desafios de gestão dessas áreas são mais complexos em relação àqueles que envolvem apenas o fomento a atividades produtivas sustentáveis.

Criadas por decreto, as UCs na Amazônia sofrem pressões por degradação, desmatamento e uso indevido de seus recursos naturais (FONSECA et al., 2015) e o gestor governamental precisa direcionar ações para as mais diversas situações, como controle e fiscalização, fomento a atividades produtivas, administração do escritório local, dentre outras.

O envolvimento da população local nas questões relacionadas à segurança fundiária e apropriação do território configura-se positivo para a gestão de grandes áreas florestais (ANDRADE et al., 2014). Somado a isso, a participação de diferentes atores sociais que possam contribuir para a consolidação das UCs amplia as possibilidades de se atingir os objetivos pelos quais essas áreas protegidas são criadas. Segundo Mertens et al. (2011), as redes formadas por atores locais e o

capital social fortalecem os processos de governança ambiental e favorecem o uso sustentável dos recursos naturais para promoção do desenvolvimento local.

As parcerias podem, desta forma, promover a formação de redes sociais e o fortalecimento do capital social. Entretanto, considerando a diversidade de atores envolvidos, o papel do órgão gestor das UCs e os direitos e anseios das populações locais, podem surgir relações desiguais de poder nas parcerias estabelecidas para o desenvolvimento local.

5.4 Relações de poder nas parcerias

Nas parcerias há desigualdade de poder (LISTER, 2000; MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). Embora o equilíbrio de poder seja uma condição idealizada de parceria (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009; LISTER, 2000), dificilmente ele será atingido.

Lister (2000) aponta que o poder entre instituição doadora e organização não governamental pode estar associado à questão financeira quando, por exemplo, um dos parceiros possui o controle do dinheiro, diminuindo as possibilidades de formação de uma autêntica parceria. Contudo, a presença de poder desigual não implica necessariamente em parcerias ruins (MCQUAID, 2000). Alguns parceiros podem ter maior poder em função de reivindicações legítimas, devido, por exemplo, ao maior envolvimento no território, ou maior legitimidade política no caso dos representantes políticos eleitos (MCQUAID, 2000).

Vasconcellos e Vasconcellos (2008) sugerem que as formas de poder em sistemas sociais estão relacionadas a diferentes fatores, como acesso a recursos (naturais, financeiros, humanos etc.), controle dos processos de produção e direitos de acesso a determinados produtos. O poder refere-se, então, em como as pessoas estão posicionadas nas redes sociais (ou sistemas) conferindo às mesmas diferentes graus de acesso a esses fatores. Para esses autores, as parcerias viriam como forma de equilíbrio do poder favorecendo, principalmente, os desempoderados, ou excluídos do desenvolvimento Léna (2002).

Lister (2000), ao analisar o trabalho de Dahl (1957 apud LISTER, 2000), sugere quatro componentes-chave da relação de poder, sendo eles: (i) a base do poder que está associada aos recursos que um dos parceiros pode usar para influenciar o outro. Por exemplo, a posição hierárquica em sistemas de cogestão de

florestas públicas, quando gestores governamentais podem lançar mão de sua situação como governo para influenciar a tomada de decisão de lideranças comunitárias; (ii) as ações específicas que os parceiros podem fazer uso para acessar os recursos disponíveis nas relações de parceria; (iii) alcance do poder relacionado à influência que um parceiro pode ter sobre o outro, para que este realize ações desejadas pelo parceiro de maior alcance ou influência, e que pode estar relacionado ao parceiro com mais recursos financeiros (MCQUAID, 2000); (iv) quantidade de poder para aumentar o alcance de um parceiro sobre o outro. Esse componente pode relacionar-se ao período de influência que um parceiro exerce sobre o outro. Por exemplo, período em que o parceiro tem recursos humanos e financeiros que beneficiam o parceiro influenciado, quando essas possibilidades se esgotam, a influência também pode ser diminuída ou extinta.

O poder pode ser exercido de diferentes formas, como: poder para (contribuir, fazer algo), poder de (decidir) e poder sobre (uma instituição ou pessoa). Quando essas três possibilidades de poder se unem, o exercício do mesmo para benefício individual pode se reduzir, e as transformações desejadas a partir das parcerias têm mais chances de serem alcançadas (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS; 2008).

Segundo Vasconcellos Sobrinho (2009), uma característica comum a todas as parcerias relaciona-se à partilha do poder, que geralmente é desigual (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2011). Entretanto, o estabelecimento de parcerias baseadas em relações desiguais de poder pode ser fundamentado na mutualidade entre os parceiros.

Toda parceria se baseia na diferença (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009), que pode estar relacionada ao tipo de atuação do parceiro, histórico, cultura, composição, missão, dentre outros. E justamente por ser diferentes, são complementares para se atingir os objetivos comuns. Desta forma, mesmo em relações desiguais de poder, as parcerias são possíveis de serem estabelecidas (MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). Para Lister (2000), é necessário analisar as dinâmicas de poder nas relações entre os parceiros.

5.5 Como alcançar equilíbrio em relações de poder desigual nas parcerias?

A gestão de florestas públicas destinadas para uso comunitário (BRASIL, 2006) pode ser potencializada quando atores sociais participam da tomada de decisão (KOURY; RIZZO, 2012; PACHECO, 2012) que influenciam a dinâmica social e econômica local. Leys e Vanclay (2011) sugerem que a participação está associada a sistemas de governança local, envolvendo os atores do território e aplicando conceitos da subsidiariedade³⁸.

A participação de atores sociais pode se dar por meio das parcerias (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008). Todavia, a gestão é complexa em florestas públicas, principalmente naquelas áreas com presença de comunidades (DUDLEY, 2008).

No estudo de caso analisado neste trabalho, o ICMBio representa o ator governamental que assume a responsabilidade de gestão de florestas públicas federais destinadas como UC. Seu papel relaciona-se a ações de gestão para conservação da natureza e fomento a atividades de uso sustentável, bem como ações de fiscalização, exercendo poder de polícia ambiental (BRASIL, 2007b).

O desafio relaciona-se, então, em conciliar as diferentes funções considerando, ainda, as limitações do orçamento e do quantitativo de servidores públicos para atender demandas da administração de grandes áreas destinadas como UCs na Amazônia³⁹ (VERÍSSIMO et al., 2011).

Outra questão da dificuldade [das parcerias] é financeira, nos últimos anos as instituições têm tido pouco recurso para trabalhar e os apoios ficaram muito restritos à atuação dos servidores [...]. É muita atribuição *pra* pouca gente, às vezes a gente tem dificuldade de agenda com a instituição [Coomflona] porque o pessoal está com diversas demandas [...] isso é mais difícil de resolver porque tem poucos servidores (Informação verbal)⁴⁰.

Na Flona do Tapajós, os desafios da gestão pública não são diferentes de outras UCs criadas na Amazônia. Entretanto, para potencializar as iniciativas de uso sustentável da floresta, o ICMBio apoia as ações lideradas pela Coomflona,

³⁸ A subsidiariedade trata-se da autonomia dos governos locais na tomada de decisão e no apoio de instâncias superiores, como União ou Estado, caso as unidades menores, por exemplo, os municípios, não consigam desenvolver as ações a elas destinadas. O princípio da subsidiariedade busca assegurar a tomada de decisão o mais próximo possível do cidadão, observando as possibilidades oferecidas nos níveis nacionais e regionais, mas trazendo para o local mais autonomia por ser esta a escala mais próxima ao cidadão (XAVIER, 2011).

³⁹ Veríssimo et al. (2011) estimaram que cada funcionário é responsável, em média, por 1.871,7 km² de UC estadual na Amazônia Legal. Sendo que essa relação é maior para as UCs de Uso Sustentável, tendo um funcionário a cada 4.032,8 km².

⁴⁰ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

cooperativa formada exclusivamente por moradores da UC, que gerencia e executa o manejo de uso múltiplo da floresta, tendo a madeira como principal produto.

[...] de uma forma muito simplista, nós temos 750 famílias na Flona do Tapajós e a maioria não necessariamente vive de forma sustentável, alguns vivem de forma sustentável, outros não. Entendemos que a função da gestão pública, do Instituto Chico Mendes, da Flona do Tapajós, [é] trazer aqueles que não trabalham em atividades sustentáveis para atividades sustentáveis. A Coomflona é o meio para fazer, um dos principais meios para fazer isso e o sucesso da Coomflona *tá* extremamente correlacionado a isso. Quando a Coomflona tem sucesso, a gente diminui o número de famílias que vivem de atividades não sustentáveis, e a diminuição [...] também tem uma associação, uma correlação fortíssima, com a degradação da área, [é] inversamente proporcional. Quanto mais gente deixa de trabalhar com atividade destruidora, menos destruição, essa relação a gente vê na prática (Informação verbal)⁴¹.

A Coomflona é um negócio florestal independente, que gera receita anual própria, possui diretoria formada por cooperados moradores da Flona do Tapajós, além de conselho fiscal. Entretanto, a cooperativa opera suas atividades em uma floresta pública sob a gestão do ICMBio, fato este que aporta possibilidades de relações desiguais entre ICMBio e Coomflona, principalmente por parte do órgão gestor, por este assumir posição institucional de decisão sobre as ações em curso na Flona do Tapajós.

O principal [parceiro] e aí é uma parceria que eu vejo que tem uma relação de poder [...] é com relação ao ICMBio. O ICMBio é um parceiro, mas é um parceiro licenciador [...] numa posição que joga dos dois lados, porque ele pode punir, ele pode apoiar [...] então é uma condição bem difícil tanto *pro* o ICMBio, quanto *pra* Coomflona. Você tem, às vezes, possibilidades de ingerência do ICMBio [na] tomada de decisões da Coomflona e aí eu já não vejo isso do ponto de vista da parceria, já vejo isso do ponto de vista do paternalismo e do tutoramento e que a Coomflona já alcançou o nível de maturidade que não necessitaria mais de intervenções desta forma. Mas por outro lado, é uma das instituições [ICMBio] que mais luta para que o negócio de certo, porque apesar de todo esse tempo, a Coomflona ainda necessita dessas parcerias e o Chico Mendes também se beneficia muito disso em função do modelo que *tá* sendo praticado, porque ele tem outras Unidades de Conservação sob administração do ICMBio que muito do que foi construído na Coomflona pode perfeitamente ser replicado ou adaptado a cada realidade (Informação verbal)⁴².

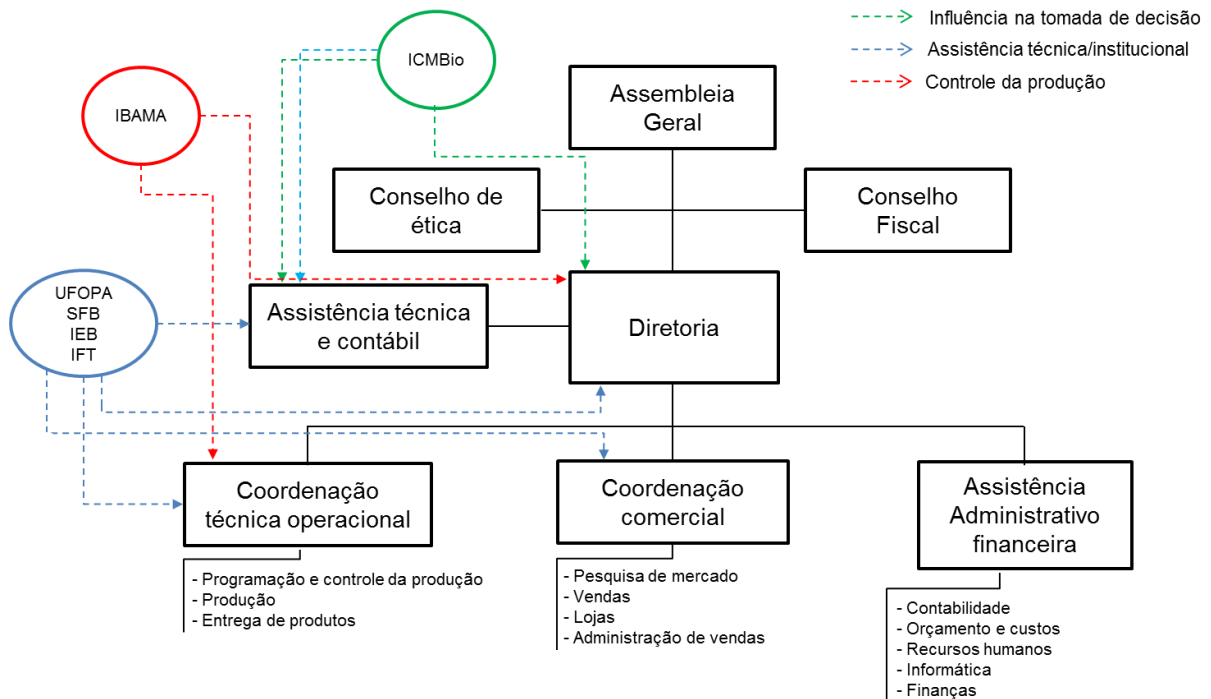
Considerando as organizações parceiras que fazem parte do círculo de confiança da Coomflona – ICMBio, IBAMA, UFOPA, SFB, IEB e IFT – observou-se, a partir da pesquisa de campo, que o ICMBio possui forte influência na tomada de decisão da cooperativa (Esquema 3). O controle da produção exercido pelo IBAMA refere-se ao licenciamento da atividade e liberação da Autorização de Exploração

⁴¹ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

⁴² Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

Florestal, que deve ser anual. A UFOPA e o IFT possuem influência nas questões de assistência técnica do manejo florestal, enquanto SFB e IEB relacionam-se com questões mais estratégicas, institucionais e de gestão.

Esquema 3 – Relações de influência na tomada de decisão, assistência técnica e institucional e controle da produção madeireira em função do organograma da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.



Fonte: Adaptado de Humphries et al. (2015).

Vasconcellos e Vasconcellos (2008) sugerem que a parceria pode ser um mecanismo para promover o empoderamento daqueles atores sociais em desvantagem, como os excluídos socialmente (LÉNA, 2002), uma vez que a parceria possibilita a participação desses atores. De fato, isto é confirmado na pesquisa de campo deste estudo. Os representantes da cooperativa que dialogam com o ICMBio e com outras instituições parceiras passam a ter papel estratégico na tomada de decisão que afeta todos os cooperados, se não, todos os moradores da Unidade, uma vez que a cooperativa beneficia indiretamente a todos.

Segundo entrevistado, quanto menos se respeita as posições comunitárias, maiores as possibilidades de incorrer em erros, pois os moradores da Flona têm limitações de execução e eles precisam visualizar o que podem fazer de real naquele determinado momento.

A gente observa uma rigidez institucional muito grande no Brasil e a prática recomenda o contrário. A atividade de manejo florestal, especialmente aquelas de natureza comunitária, elas deveriam ser [...] tratadas de forma diferente e elas deveriam contemplar melhor os aspectos intrínsecos de cada ator. Porque a Coomflona tem uma realidade, ela tem uma conjuntura de sua estrutura organizacional comunitária, então ela tem condições de até atender determinados aspectos técnicos, jurídicos, normativos, mas tem outras áreas [UCs] então, elas não têm as mesmas condições, não tem a mesma conjuntura, e ao meu ver, considerando aspectos técnico e jurídico, elas não têm a mesma capacidade de atendimento, mas isso não desqualifica elas de ter suas atividades produtivas regularizadas e licenciadas (Informação verbal)⁴³.

O tempo do ICMBio nem sempre é o tempo da Coomflona, tem coisas que a gente [ICMBio] quer para a Flona como um todo, que muitas das vezes não estão no planejamento anual da Coomflona, pode até tá no planejamento estratégico, mas não tá no anual e às vezes a gente quer que aquilo aconteça naquele ano [...]. Então assim, a parceria ela vai existir, porque a Coomflona é muito importante *pro* ICMBio, por ser realmente o principal ente econômico da unidade, que fomenta atividades da Flona (Informação verbal)⁴⁴.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância da participação dos cooperados na tomada de decisão sobre as atividades produtivas lideradas pela Coomflona, observou-se, por meio de entrevistas para coleta de dados primários e da observação participante, conflitos relacionados ao poder de decisão do ICMBio sobre a Coomflona.

[...] confesso que nos últimos dias, não sei, o ICMBio tá tão afoito em fazer muita coisa pela Coomflona ou, tipo assim, descobriu que a Coomflona pode ser um meio, sei lá, um instrumento pra aparecer como trabalho do ICMBio, entendeu. Talvez isso é bom, mas algum momento pode ser ruim, pelo fato de que a Coomflona tem uma estrutura e essa estrutura que tá aqui dentro, independe do ICMBio ou outro tipo de apoio, ela tem que, tipo assim, se mobilizar aqui dentro [...] e tem horas que eu percebo que o ICMBio hoje quer dizer assim que se não for nós, a Coomflona não anda, se não for nossa opinião, a Coomflona não anda (Informação verbal)⁴⁵.

As relações desiguais de poder em parcerias são relatadas por alguns autores (LISTER, 2000; MCQUAID, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). Dificilmente, em sistemas sociais, há equilíbrio de poder entre os atores, isso porque as posições assumidas no sistema trazem vantagens e desvantagens configurando esse desequilíbrio (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Por exemplo, o conhecimento técnico do ICMBio, SFB e IFT podem colocar essas organizações em vantagem sobre a Coomflona na tomada de decisão de aspectos técnicos e operacionais do manejo florestal. Por outro lado, a

⁴³ Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

⁴⁴ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

⁴⁵ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, dez. 2014.

Coomflona possui recursos financeiros que a coloca em posição equitativa na tomada de decisão quando debatida com o ICMBio, considerando que esta cooperativa oferece suporte na execução de algumas atividades em que o ICMBio tem limitações de executar, como construção de bases de monitoramento – bases de apoio ao turismo, pesquisa e proteção – e em ações de fiscalização e valorização dos recursos naturais da UC (ANDRADE et al., 2014), além de ser um aliado local, que divulga as ações do ICMBio entre os cooperados e moradores da Flona.

Observa-se que a mutualidade nas parcerias pode ser um mecanismo para equilibrar as relações desiguais de poder. Segundo Vasconcellos Sobrinho (2009), as parcerias podem existir mesmo quando relações de poder são desiguais, mas quando há mutualidade.

No caso da gestão compartilhada de florestas públicas na Amazônia brasileira, a mutualidade, bem como o diálogo, são fatores essenciais para a concertação. O conflito é emergente, sempre será, mas é a partir do conflito que surgem as possibilidades de superá-los, e a parceria pode ser uma das alternativas para se trabalhar a concertação, a resolução desses conflitos.

[...] a gente [ICMBio] não tem como se desvincular da iniciativa. Essa relação [...] é muito próxima e ela tem que ser boa, porque você ter uma atuação do órgão gestor de uma forma que não seja agradável *pra quem tá* recebendo essa ação isso dificulta ao longo do tempo [...]. Quando, de alguma forma, o conflito aparece a gente tem que solucionar imediatamente, porque se a relação ficar ruim isso não vai explicar o afastamento do ICMBio, porque a gente não vai se afastar. Com a relação ruim as ações começam a ficar complicadas [...] dificulta tanto o trabalho do ICMBio como da Coomflona (Informação verbal)⁴⁶.

Trafford e Proctor (2006) sugerem que uma boa parceria entre público e privado resulta de comunicação, abertura para o diálogo, planejamento, confiança e liderança. No estudo realizado, os autores apontam que uma das causas de problemas nas relações de parceria entre público e privado deve-se à falta de comunicação. Além disso, para que as parcerias sejam efetivas, é preciso que o papel de cada parceiro seja proposto e seja claro para todos. Osborne et al. (2008) comentam que nas relações de parceria público-privada existem pressupostos sobre os benefícios das parcerias que devem ser avaliados para embasar a decisão de se formar a parceria.

Para alguns autores (MCQUAID, 2000; TRAFFORD; PROCTOR, 2006; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009) a confiança é fundamental nas relações de

⁴⁶ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

parceria. A Coomflona gradativamente foi ganhando espaço e novos parceiros quando mostrou seriedade de suas ações e estabeleceu laços de confiança com os parceiros a partir da mutualidade. Com isso, suas lideranças tiveram condições de empoderamento para participar das decisões relacionadas ao fomento de atividades produtivas sustentáveis na Flona do Tapajós.

Ao longo dos anos a gente veio melhorando essa parceria do ICMBio com nós [Coomflona] porque era um processo muito desgastante antes, porque a gente não tinha aquela confiança, não tinha credibilidade do órgão gestor e fiscalizador, que é o ICMBio, *pra* que a gente pudesse tomar algumas decisões. Hoje isso mudou [...] é um processo de confiança que existe entre ambas as partes, que fez que a gente crescesse ainda mais [...] a gente conseguiu mudar esse cenário (Informação verbal)⁴⁷.

A parceria está associada à cooperação, confiança mútua e sinergia entre indivíduos e organizações (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2011). Embora os interesses dos atores sejam individuais, é preciso mobilizar esses valores para que determinado objetivo comum seja alcançado (ABRAMOVAY, 2000). Todavia, nas relações de parceria estabelecidas entre Coomflona e instituições para fomentar o manejo florestal na Flona do Tapajós, ainda é frágil o mecanismo de estabelecimento e manutenção das parcerias.

A partir da pesquisa de campo, constatou-se que não existe estratégia de nenhuma das partes (ou parceiros) para as parcerias firmadas. Segundo entrevistado (Informação verbal)⁴⁸, as dificuldades de manutenção das parcerias relacionam-se à desconfiança e desconhecimento das ações do parceiro.

Eles [Coomflona] não têm estratégia *pra* isso. Eles são muito assim, se procurarem eles e se der *pra* eles fazerem, eles fazem. Com a gente [UFOPA] acontece porque, como dizem, um está no quintal do outro [...] uma coisa que naturalmente sai [...] não tiveram estratégia (Informação verbal)⁴⁸.

As parcerias firmadas para a implementação do MFC na Flona do Tapajós são, sobretudo, relações bilaterais de parcerias entre a cooperativa e organizações locais e regionais (ICMBio, SFB, IEB, outros), sendo que não há clareza para os entrevistados do papel dos demais parceiros, além daquela organização que ele representa. Exceção é feita para alguns representantes da Coomflona, que conhecem o papel de todos os seus parceiros, no entanto, não possuem mecanismos para a manutenção e intermediação entre os mesmos.

⁴⁷ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

⁴⁸ Representante da UFOPA. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

Segundo entrevistado, este fato é agravado quando há conflitos de interesses institucionais entre os parceiros da cooperativa e esta tem dificuldade de se posicionar, uma vez que deseja manter boa relação e cooperação com todos.

A falta de estratégia para o estabelecimento de parcerias que buscam fomentar o MFC na Flona do Tapajós também pode influenciar as relações de poder desigual entre parceiros, devido à falta de clareza dos papéis de cada parceiro (MCQUAID, 2000) e de comunicação entre eles.

O grande problema lá no arranjo que tá posto no âmbito dos aspectos mais amplos da gestão da Flona do Tapajós é que a acomodação desses diversos interesses eles precisariam ser, primeiro, orquestrados pela própria Coomflona, mas ela tem uma fragilidade institucional tamanha *pra* poder tratar disto e a sobreposição dos interesses de determinados parceiros. Acho que isso poderia ser capitaneado de uma forma bastante diferente pelo próprio ICMBio, que é o gestor da Flona [...]. Tenho aqui dentro, entre aspas, dentro da minha UC, uma daquelas experiências mais contundentes de manejo florestal, então como é que eu também vou potencializar isto a partir, enfim, de meu capital político-institucional. O SFB poderia também enquanto aquele órgão do governo responsável pela gestão de florestas públicas [...] o problema é que ninguém está fazendo isso hoje [...] esses interesses não estão sendo mediados (Informação verbal)⁴⁹.

Neste aspecto, Borges et al. (2012) atentam no fato de que atores que compõem redes sociais não visualizam a estrutura e relações das redes, o papel dos atores e sua importância. Os autores alertam, ainda, para o fato de que os resultados são vistos no longo prazo, e que mesmo assim podem desempenhar papel decisivo para as transformações sociais desejadas.

Diante das dificuldades de compreender o papel de cada parceiro e convergir seus interesses para um objetivo comum, representantes da cooperativa entrevistados disseram que a proposta é realizar fóruns de discussão envolvendo os cooperado e comunidades para avaliar o andamento da iniciativa e discutir novos passos. E, no futuro, realizar reuniões técnicas periódicas para discutir e avaliar as parcerias. Objetiva-se, a partir dos fóruns, gerar conhecimento para outras iniciativas de MFC em andamento na Amazônia, discutindo problemas e desafios e criando alternativas para vencer os obstáculos que estão enfrentando.

As reuniões técnicas de avaliação das parcerias serão válidas para compreender quem são os parceiros que a iniciativa comunitária deve aceitar como parceiro. Segundo entrevistado, no início, quando a iniciativa é pequena, poucas instituições apoiam e, com sua expansão e fortalecimento, na boa fase, muitos

⁴⁹ Representante do IEB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, mar. 2015.

querem se beneficiar do momento e da imagem que ser parceiro da cooperativa pode propiciar.

5.6 Conclusões preliminares: a cooperação mútua para o equilíbrio do poder

O manejo florestal comunitário é uma forma, dentre outras, de conservar a biodiversidade, ao manter a floresta em pé, aliada à geração de renda para populações e comunidades que vivem em florestas públicas da Amazônia.

No âmbito do desenvolvimento local, considerado um meio e fim para se alcançar o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, o manejo florestal comunitário torna-se, então, um processo que envolve não somente a execução em si da atividade, mas a participação de diferentes setores da sociedade, como comunidades, governo, empresas e organizações não governamentais que buscam, dentro de suas possibilidades, aportar conhecimento técnico, recursos financeiros, relações institucionais e boa vontade para promover as políticas públicas favoráveis à atividade, consolidar compromissos com o governo, compreender os desafios e as dificuldades e trabalhar conjuntamente para enfrentá-los e implementar, de fato, o MFC como um negócio comunitário sustentável.

Em UCs, a participação desses atores ocorre em função de instrumentos que legitimam a gestão compartilhada dessas áreas. Com isso, o governo divide com os moradores locais e outros atores as responsabilidades de gestão de tais florestas públicas, como a tomada de decisão das ações de promoção para atividades produtivas. No caso de Flonas, em que o conselho é consultivo, a participação também é legítima e o órgão gestor toma decisões com base nas demandas locais.

O caso estudado de uma cooperativa que executa o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós, a qual possui diversos parceiros que fomentam a atividade, mostra que dentre esses parceiros está o ICMBio, órgão gestor da Unidade e um dos maiores interessados de que o manejo florestal se mantenha como atividade produtiva sustentável, por diminuir ações ilícitas na Flona e potencializar ações que estão a cargo deste órgão.

As parcerias para o manejo florestal na Flona do Tapajós permitem a participação de grupos sociais considerados desempoderados ou excluídos socialmente, como os moradores locais, e potencializam o estabelecimento do

manejo florestal nessa UC. Todavia, relações desiguais de poder também são observadas entre órgão gestor e cooperativa que executa o manejo florestal.

As relações desiguais observadas ocorrem em função do papel institucional e hierárquico assumidos pelos atores: de um lado o ICMBio é o órgão federal responsável pela gestão da UC e, de outro, a Coomflona é o ente econômico que representa parte dos moradores (cooperados) da Flona.

Assim, observa-se que o órgão gestor, o ICMBio, exerce influência na tomada de decisão a partir do exercício do poder que a ele é conferido por ser um ente governamental e que isso traz conflitos nas relações de parceria com a cooperativa que executa o manejo florestal na Flona do Tapajós. Somado a isso, verifica-se que não existe estratégia para o estabelecimento e manutenção das parcerias nesta floresta pública, fragilizando os processos e criando oportunidades para o desequilíbrio de poder nas relações.

O desequilíbrio de poder nas parcerias pode afetar a tomada de decisão e prejudicar o desenvolvimento local em benefício do atendimento de interesses particulares. Mesmo assim, as parcerias se mantêm e o manejo florestal na Flona do Tapajós continua como atividade promissora do desenvolvimento local no território. Os motivos relacionam-se à confiança estabelecida entre cooperativa e parceiros e à cooperação mútua. Por isto, as parcerias podem existir mesmo quando relações desiguais de poder são estabelecidas.

Um dos fatores que pode estar relacionado à desigualdade de poder nas parcerias firmadas para o manejo florestal na Flona do Tapajós é a falta de entendimento dos papéis de cada parceiro. Somado a isso, não existe, por parte da Coomflona ou do ICMBio, estratégia pensada para o estabelecimento das parcerias e mediação dos interesses de cada parceiro. É necessário que o processo relacionado às parcerias seja transparente, baseado no diálogo, na avaliação periódica das ações conduzidas pelos parceiros e em mecanismos que possam envolver todas as organizações parceiras para o planejamento de ações baseadas em estratégias mais amplas e participativas.

No caso da Flona do Tapajós, os fóruns e as reuniões técnicas envolvendo moradores e os parceiros podem beneficiar a rede de parcerias firmadas para o manejo florestal comunitário ao buscar avaliar o papel dos parceiros, firmar compromissos e fortalecer as relações.

Conhecer o papel de cada parceiro também é interessante para o caso do MFC na Flona do Tapajós, uma vez que existem organizações que, na boa fase da cooperativa, buscam se beneficiar, por exemplo, da imagem institucional por ser parceiro de uma iniciativa comunitária bem-sucedida. Por este motivo, é importante compreender o grau de cooperação das parcerias e o quanto elas contribuem para o estabelecimento do manejo florestal na Flona do Tapajós.

6 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

6.1 Introdução

A integridade de florestas públicas destinadas da região amazônica, como as UCs de Uso Sustentável, não está garantida pelo simples fato de serem florestas criadas por decreto, assim, é preciso consolidá-las por meio da valorização econômica dos recursos naturais (VERISSIMO et al., 2011).

Considerando as dificuldades que os órgãos governamentais possuem em gerir grandes extensões territoriais em função da limitação orçamentária e de recursos humanos (VERISSIMO et al., 2011), uma forma de promover a gestão territorial e a gestão ambiental dessas áreas é contando com a cooperação de organizações parceiras, como as não governamentais e as associações e cooperativas comunitárias.

Parceria é uma importante dimensão da governança ambiental (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008) em florestas públicas brasileiras. Considerando que parceria é a relação entre duas ou mais partes interessadas em unir recursos (humanos, financeiros, outros) para alcançar objetivos comuns (MCQUAID, 2000), o trabalho colaborativo entre instituições e organizações locais em prol do bem coletivo amplia as possibilidades de sucesso das ações públicas para o meio ambiente e bem-estar social (PANDEFF; SILVA, 2009).

Admite-se neste trabalho que o manejo florestal comunitário em UCs de Uso Sustentável é uma ferramenta da conservação ambiental e que pode fortalecer a gestão territorial, gerando trabalho e renda para famílias e comunidades, com vistas ao desenvolvimento local.

Considerando os desafios e as dificuldades para a implementação do MFC, como a morosidade dos processos de licenciamento da atividade, a falta de assessoria técnica qualificada e adaptada à realidade rural, a dificuldade de acesso ao crédito e financiamento, a debilidade da organização social para as atividades florestais e a falta de educação de qualidade no campo (ESPADA, 2013; LENTINI et al., 2012; PINTO et al., 2010), acredita-se que a parceria pode ser uma alternativa para enfrentar as dificuldades da gestão governamental e promover as bases para o manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia.

Entretanto, como apontado por Borges et al. (2012), é preciso compreender as reais implicações das parcerias para as mudanças socioambientais desejadas. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar os benefícios que as parcerias aportam na implementação e consolidação do manejo florestal comunitário e propor recomendações para que iniciativas comunitárias na Amazônia possam se basear para a busca do desenvolvimento local pautado na gestão dos recursos naturais.

Para isto, analisou-se um caso de MFC em floresta pública da região amazônica, a Flona do Tapajós, UC de Uso Sustentável localizada no oeste paraense. Este caso foi escolhido por ser uma referência nacional (ANDRADE et al., 2014) de manejo florestal comunitário e que conta com uma rede de parceiros que apoia a iniciativa.

Este capítulo está dividido em três seções, além desta introdução. A primeira seção trata dos benefícios que as parcerias podem trazer para a implementação e o aprimoramento do manejo florestal comunitário. A discussão baseia-se naqueles benefícios de ordem social e coletiva, além de ambiental, uma vez que a parceria é entendida como uma dimensão da governança ambiental.

Compreendendo que as parcerias são possíveis de acontecer quando há confiança e sinergia entre os atores do sistema social, na segunda seção discute-se o grau de cooperação nas relações de parcerias do estudo de caso analisado neste trabalho e os desafios da formalização ou não das parcerias.

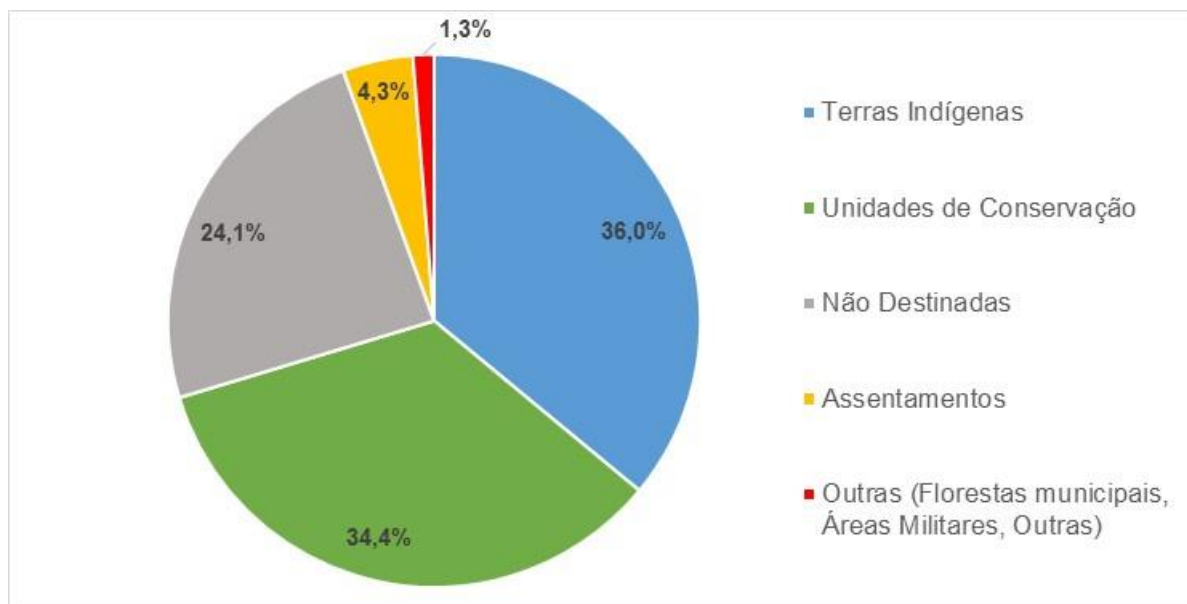
A última seção apresenta as conclusões preliminares a respeito dos benefícios que as parcerias para o manejo florestal comunitário aportam na Flona do Tapajós.

6.2 Parcerias para o manejo florestal comunitário: por que tê-las?

É irrefutável a importância das florestas para a manutenção de serviços ambientais (NOBRE, 2014), como a regulação do clima, conservação do solo e proteção de bacias hidrográficas. No Brasil, a ocorrência de florestas nativas é significativa: o bioma Amazônia, caracterizado por sua cobertura vegetal, ocupa 49% de seu território (PEREIRA et al., 2010). O governo brasileiro, por meio do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), registou em 2014, 314 milhões de hectares de florestas públicas, sendo que a maioria, 89%, se encontra na região Norte

(SFB⁵⁰, 2015). Deste total, 36% são TIs e 34% são UCs federais e estaduais (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percentual de florestas públicas destinadas e não destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2014.



Fonte: Adaptado de SFB (2015).

As TIs e as UCs são consideradas áreas protegidas, “instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados” (VERÍSSIMO et al., 2011, p. 9). Somadas, estas duas categorias de floresta pública destinada ocupam 44% do território da Amazônia Legal e 23% do Brasil (SFB, 2015).

Mesmo que as UCs sejam instrumentos legais de conservação ambiental, na prática, ações predatórias como degradação florestal e desmatamento são causas de insegurança para a manutenção e integridade dessas áreas (VERÍSSIMO et al., 2011; FONSECA et al., 2015). Uma forma de coibir a ação predatória de agentes externos às UCs de Uso Sustentável é fazendo o uso racional dos recursos naturais destas áreas (GUARIGUATA, 2013). Em termos florestais, o uso deve ser feito por meio do manejo florestal sustentável (BRASIL, 2006).

Apesar de existirem mecanismos governamentais – como as concessões florestais e as concessões não onerosas em florestas comunitárias – para abastecer a indústria madeireira regional de maneira sustentável no longo prazo (LENTINI et

⁵⁰ Serviço Florestal Brasileiro

al., 2009), têm havido poucos avanços em escala significativa em relação ao estabelecimento do manejo florestal comunitário e familiar (PINTO et al., 2010), mesmo que essas áreas representem a maior parte das florestas públicas destinadas (Quadro 9).

Quadro 9 – Área de florestas públicas destinadas em agrupamento por tipo de uso da floresta, inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até o ano de 2014.

Tipo de uso	Área (ha)	Percentual (%)
Floresta Pública de Uso Comunitário*	156.256.788	49,7%
Floresta Pública de Proteção à Biodiversidade**	78.470.184	25,0%
Floresta Pública de Uso Militar***	2.923.701	0,9%
Floresta Pública de Não Destinada	75.720.352	24,1%
Outros	998.828	0,3%
Total	314.369.853	100%

Fonte: Adaptado de SFB (2015).

Notas:

* O CNFP considera Uso Comunitário as Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Sustentáveis (Agroextrativistas, Florestais e de Desenvolvimento Sustentável);

** O CNFP considera Proteção à Biodiversidade as demais Unidades de Conservação de dominialidade pública;

** As áreas de Uso Militar correspondem àquelas de uso restrito do Ministério da Defesa.

A preocupação refere-se ao fato de que, enquanto as concessões florestais na Amazônia não atingem uma escala adequada⁵¹ para suprir o mercado, as áreas comunitárias têm sido procuradas pela indústria madeireira como um potencial supridor de curto e médio prazo, de forma que a maior parte das famílias e comunidades detentoras de florestas ainda está exposta, por diferentes razões, a relações comerciais desiguais com empresas madeireiras (AMARAL NETO et al., 2011; ESPADA et al., 2010b), as quais tendem a degradar seus recursos naturais.

A despeito do cenário atual, algumas iniciativas de MFC em andamento na região amazônica são consideradas referências nacionais (ANDRADE et al., 2014), como o caso da Coomflona. Seu sucesso relaciona-se a diversos fatores, conforme dados coletados a partir de entrevistas, dentre eles o fortalecimento da organização social que embasou as discussões para o manejo florestal; a intencionalidade e mobilização local, fazendo com que se configurasse um movimento coletivo e de lideranças que buscaram e apostaram no MFC; a

⁵¹ Menos de 1 milhão hectares de concessões florestais onerosas estavam sob efetiva exploração em 2014 (SFB, 2014), mais de sete anos após a aprovação de Lei de Gestão de Florestas Públicas e, conforme Pereira et al. (2010), esse quantitativo de área não atende à demanda atual da indústria madeireira amazônica.

viabilidade econômica do empreendimento florestal, uma vez que a floresta tem potencial produtivo (SILVA et al., 1985) e logística facilitada devido à proximidade com a rodovia BR-163; a consolidação de uma cooperativa para responder pela comercialização dos produtos da Flona do Tapajós; a escala do empreendimento, com exploração anual de 30 m³/ha; e o uso coletivo da área, somando esforços dos moradores da unidade.

Além desses fatores, os investimentos do ProManejo foram essenciais para fortalecer a base social, estabelecer processos participativos de discussão sobre o modelo de manejo florestal comunitário adotado na Flona do Tapajós e para preparar tecnicamente os manejadores (Informação verbal)⁵².

Ainda que recursos financeiros provenientes do ProManejo tenham sido significativos (IBAMA, 2007), para alguns entrevistados, o sucesso também se deve ao apoio de diversas organizações presentes na região de Santarém-PA, como a UFOPA, o ICMBio e o SFB. Este fato refere-se, também, à atuação prolongada desses parceiros, em relações institucionais próximas e duradouras.

A atuação de parceiros de forma prolongada acho que é outro fator que explica também o sucesso da Coomflona [...] essa relação sempre foi muito próxima e duradoura, não é uma atuação, uma assistência pontual e temporária. Tem uma preocupação de realmente acompanhar o processo [...] até por ela ser uma das referências também, há uma preocupação de que ela continue dando certo. Então acho que esses fatores explicam muito mais que o dinheiro, assim, o dinheiro foi um facilitador, mas senão tivessem esses fatores não teria dado certo, como não deu certo em outros locais (Informação verbal)⁵³.

“Eu vejo que [...] a cooperativa da Flona do Tapajós está numa situação em que há vários parceiros trabalhando *pra* que esse projeto venha dando certo, *né*. Então, eles têm o apoio e facilidade de acesso às instituições na região e considerando todo esse apoio e esses parceiros envolvidos, *né*, a cooperativa tem absorvido esse apoio e tem dado continuidade de uma forma que tecnicamente a gente [IBAMA] observa que eles têm entendido como manejar a floresta, eles têm essa preocupação. E por esse motivo, o projeto vem dando certo ao longo do tempo. Então essas parcerias são fundamentais *pra* continuidade e *pros* acertos que o projeto vem alcançando (Informação verbal)⁵⁴.

As parcerias para o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós foram fundamentais para que a atividade se consolidasse e, atualmente, são importantes para que seja aprimorada.

[...] depois que trocou a diretoria [da cooperativa] a gente [ICMBio] passou um tempo distanciado da Coomflona, agora que a gente começou

⁵² Representante do ProManejo. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Brasília, nov. 2014.

⁵³ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

⁵⁴ Representante do IBAMA. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

realmente a tentar ver estratégia de reaproximação [...] e aí foi outra lição que a gente aprendeu e conseguiu observar. Embora o empreendimento tenha quase dez anos de início, embora trabalhe com milhões de reais por ano, embora tenham mais de 200 cooperados, embora já esteja consolidado com relação às capacitações e atividades de campo do manejo, se eles ficam muito sozinhos a gente começa a ver problemas [...]. A gente sabe que a iniciativa é complexa, é frágil, porque basta ficar um ano parado para eles quebrarem [...] e são muitas decisões que eles tomam, e normalmente as pessoas não são treinadas *pra* decidir. Isso não é uma crítica diretamente à diretoria atual [...] a diretoria atual *tá* se capacitando em tomar decisões [...]. Por isso a parceria é fundamental. Isso eu coloco sempre *pra* eles, se você vai tomar uma decisão que ela pode impactar diretamente no negócio, pode quebrar o negócio ou fragilizar o negócio, chama os parceiros. Porque daí você distribui responsabilidades [...]. Então acho que nesse sentido eu não consigo ver a Coomflona trabalhando sem parceiros, e eles sabem disso (Informação verbal)⁵⁵.

Conforme levantamento de campo, as parcerias foram fundamentais para a escolha do modelo de manejo florestal comunitário adotado pelos moradores da Flona do Tapajós e pelo órgão gestor. A partir de seminários amplos e participativos realizados pelo ProManejo, decisões foram tomadas no sentido de constituir uma cooperativa para responder como ente econômico da Unidade, mantendo as associações comunitárias como organizações políticas. Somado a isso, uma das decisões que considerou as recomendações dos parceiros relacionou-se à divisão dos recursos financeiros provenientes da venda da madeira.

No manejo florestal, o número de trabalhadores diretamente envolvidos nas atividades de campo (inventário florestal, corte, arraste de tora, romaneio, outras)⁵⁶ limita-se, dentre outros fatores, à escala do empreendimento. Não é possível agregar todos os moradores economicamente ativos da Flona do Tapajós nas atividades operacionais e, além disto, não é obrigação dos moradores se cooperarem e trabalharem no manejo florestal.

Os recursos financeiros provenientes da venda da madeira da cooperativa, por se tratar de um recurso natural público e de uso comum dos moradores da UC, não poderiam beneficiar apenas os cooperados. O dilema das organizações parceiras também se relacionava em como promover melhoria na qualidade de vida de todas as famílias da Flona do Tapajós.

O grupo composto pelas organizações parceiras, sobretudo IEB e SFB, da Coomflona e por seus cooperados conduziu debates para um formato de gestão

⁵⁵ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

⁵⁶ Para mais informações sobre as atividades do manejo florestal, consultar o Informativo Técnico 1: Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido em Florestas Naturais de Produção da Amazônia. Disponível em: <<http://ift.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Informativo-Técnico-1.pdf>>.

financeira que permitisse o investimento em todas as comunidades da Flona do Tapajós, de forma a propiciar melhoria da qualidade de vida da população local. As discussões foram extensas e colocaram em prática várias dimensões da governança ambiental, como a participação dos atores nas assembleias e reuniões da cooperativa.

Segundo Pandeff e Silva (2009), o sucesso de ações relacionadas à conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas pode ser potencializado a partir do envolvimento de atores locais na formulação das regras. Conforme levantamento de campo, no caso do manejo florestal realizado na Flona do Tapajós, todo o processo, desde a concepção da cooperativa até a decisão de divisão das receitas financeiras, envolveu os moradores locais, cooperados e não cooperados, órgão gestor da UC e organizações parceiras que apoiavam a iniciativa.

Assim, com a presença dos parceiros, compondo uma espécie de comitê de aconselhamento, foi consolidado um modelo de gestão comunitária dos recursos florestais públicos que é amplamente disseminado na Amazônia (ANDRADE et al., 2004; HUMPHRIES et al., 2015). O modelo de gestão financeira da cooperativa envolveu a criação de diferentes fundos estatutários (Quadro 10) que pudessem beneficiar, de alguma forma, os cooperados e todas as famílias que residem na Flona do Tapajós.

Quadro 10 – Distribuição dos benefícios financeiros do manejo florestal, conforme normas estatutárias, aprovadas em assembleia geral da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Fundos estatutários	%	Breve descrição dos fundos
Fundo de Investimento	45	Capital de giro (custeia as atividades referentes à exploração florestal).
Fundo dos Cooperados	20	Destinado aos cooperados que executam o manejo florestal, inclui plano de saúde e outros benefícios e pode ser, dependendo da situação financeira da cooperativa, reintegrado no patrimônio da mesma, após decisão em assembleia.
Fundo de Apoio Comunitário	15	Destinado a novas atividades econômicas e pode ser acessado pelas comunidades mediante projeto de interesse coletivo, após aprovação da cooperativa.
Fundo Reserva	10	Poupança da cooperativa para investimentos futuros ou utilização no caso de falência da iniciativa.
Fundo de Saúde	5	Destinado a todas as comunidades, é utilizado para melhorar as condições de acesso à saúde e bem-estar social.
RATES (Reserva de Assistência Técnica e Educacional e Social)	5	Fundo para capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Fonte: elaborado pela autora a partir de entrevistas e acesso a documentos da Coomflona.

Mesmo que alguns fundos, como de assistência técnica, educacional e social e de reserva, sejam previstos pela Política Nacional de Cooperativismo

(BRASIL, 1971), o modelo da Coomflona permite a geração de postos de trabalho, formação profissionalizante dos cooperados (Fundo RATES), investimentos na ampliação do próprio negócio, geração de renda e consciência da importância da floresta para os moradores da Flona do Tapajós. Segundo entrevistado, o manejo florestal permite mais segurança ambiental, ao gerar postos de trabalhos, diminuindo a necessidade de corte de madeira ilegal pelos moradores e abertura de pastos.

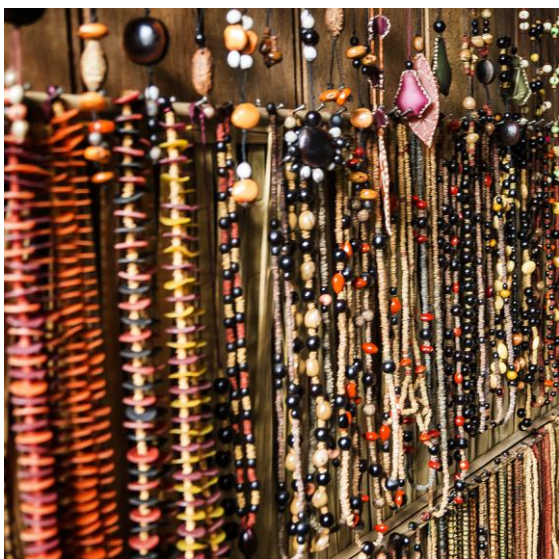
Nós conseguimos reduzir o desmatamento na Flona [...] porque o pessoal tá ocupado com o manejo florestal [...] as pessoas que são manejadores hoje, criavam muito gado e roça e não fazem mais, porque conscientizam sobre isso, porque o manejo florestal gera mais receita que o gado que criava e menos dor de cabeça para ele; o desmatamento na Flona a gente consegue ser fiscal do ICMBio, o ICMBio consegue atuar [de forma] mais eficiente (Informação verbal)⁵⁷.

As informações obtidas na pesquisa de campo mostram que um dos principais itens de inovação do modelo de gestão de recursos naturais construído pela Coomflona e organizações parceiras é o fundo de investimento à diversificação de atividades produtivas sustentáveis. Este fundo apoia comunidades que desejam trabalhar com atividades econômicas para geração de trabalho e renda local, como a comercialização e beneficiamento da borracha natural (*Hevea brasiliensis*), do óleo-resina de copaíba (*Copaifera* sp.) e da andiroba (*Carapa guianensis*).

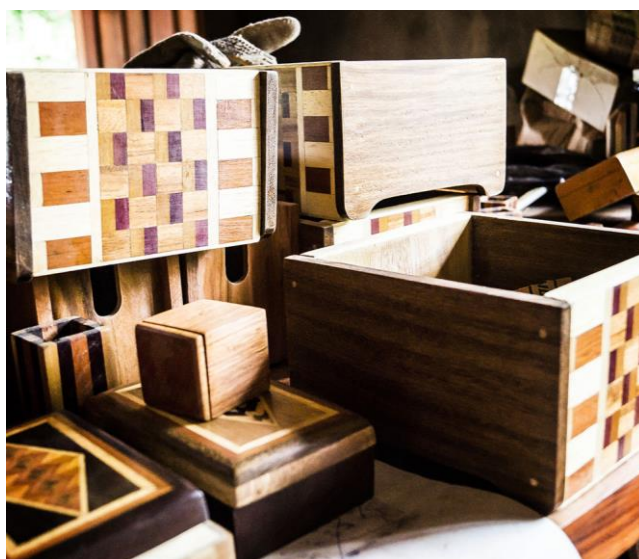
A Coomflona investiu também em uma movelaria para produção de móveis e pequenos objetos de madeira (Fotografia 2), que atualmente está ativa e fornece produtos de alta qualidade para a Ecoloja Tapajós, posto comercial da cooperativa localizado em Santarém-PA, que vende produtos diversos da Flona do Tapajós, como móveis, artesanatos, óleos vegetais, produtos confeccionados a partir da borracha natural. Em 2014, o valor arrecadado com a venda desses produtos na Ecoloja Tapajós foi de 75 mil reais.

⁵⁷ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

Fotografia 2 - Exemplos de produtos florestais beneficiados por moradores da Floresta Nacional do Tapajós e comercializados pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.



[A] Artesanatos



[B] Pequenos objetos de madeira



[C] Bancos de madeira em forma de animais.



[D] Suporte de copo feito de borracha natural (*Hevea brasiliensis*) extraída e beneficiada por moradores da Flona do Tapajós.



[E] Móveis de madeira confeccionados com resíduos da exploração florestal na Comunidade Pedreira, da Flona do Tapajós.



[F] Móveis de madeira confeccionados com resíduos da exploração florestal na Comunidade Pedreira, da Flona do Tapajós.

Fonte: Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (2014).

Mesmo que o fundo relacionado à assistência técnica, educacional e social seja obrigatório conforme a Política Nacional de Cooperativismo (BRASIL, 1971), no manejo florestal em curso na Flona do Tapajós, ele possibilita o desenvolvimento intelectual e cultural dos cooperados por meio da educação profissionalizante e, com isso, o aprimoramento da atividade de uso econômico da floresta, uma vez que a Coomflona possui técnicos florestais e de segurança e saúde do trabalho no quadro de cooperados, assumindo cargos de coordenação.

Mesmo com os avanços na gestão administrativa e financeira da Coomflona, as parcerias para o MFC são importantes para aprimorar conhecimentos técnicos e operacionais da atividade, além de permitir a verticalização da atividade madeireira. A Coomflona discute com seus parceiros os desafios, riscos e benefícios relacionados à instalação de uma serraria para beneficiar a madeira em tora. Para subsidiar a decisão da cooperativa, no início de 2015 foi criado um conselho, denominado Conselho Técnico Consultivo, formado pelo ICMBio, IBAMA, SFB, UFOPA, EMBRAPA, IFT, IEB, IPAM, PSA e a própria Coomflona. O CTC tem como atribuição o aconselhamento da Coomflona e a emissão de parecer sobre todas as questões que lhe forem colocadas e sobre quaisquer outras que os seus membros entendam dever discutir e pronunciar-se. A proposta é que o conselho se reúna, pelo menos, quatro vezes ao ano.

Dessa maneira, a cooperativa que realiza a gestão e execução do manejo florestal comunitário em uma floresta pública da Amazônia brasileira conta com o suporte técnico de importantes organizações governamentais e não governamentais que discutem o MFC em um contexto mais amplo, das políticas públicas para a região amazônica como um todo.

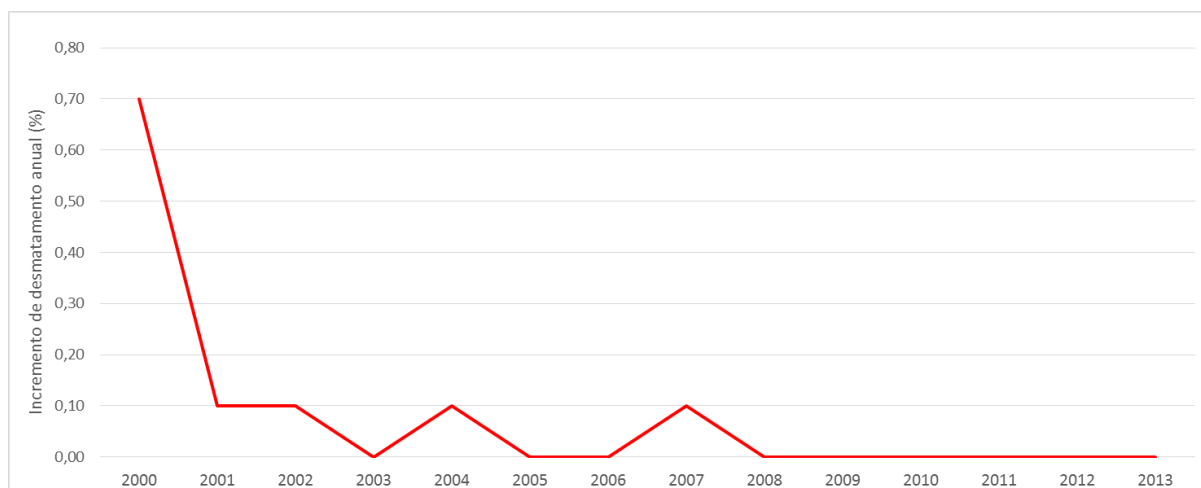
Outro benefício gerado com a criação do CTC relaciona-se ao desequilíbrio de poder nas relações de parceria. Com o CTC, o poder de influência do ICMBio pode diminuir a partir do momento em que as decisões são tomadas em reuniões envolvendo diversas organizações e, ao mesmo tempo, as responsabilidades do órgão sobre as decisões tomadas são diminuídas e diluídas com os demais parceiros.

Ainda que os resultados da ação do CTC da Coomflona não possam ser avaliados, a iniciativa de criá-lo revela uma nova fase da cooperativa e ICMBio em termos de gestão dos recursos florestais da Flona do Tapajós. Revela, ainda, que a participação de outros setores da sociedade pode ser benéfica para a tomada de

decisão e mais produtiva para se alcançar as mudanças locais desejadas por um coletivo.

A parceria para o manejo florestal comunitário também se mostra fundamental para a conservação ambiental. Conforme levantamento de dados a partir de entrevistas a servidores públicos do ICMBio, as pressões externas de degradação florestal e desmatamento diminuíram consideravelmente nos últimos anos na Flona do Tapajós. Segundo entrevistado, o desmatamento nesta UC é zero (Informação verbal)⁵⁸. Dados obtidos do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), confirmam esta constatação (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Incremento do desmatamento anual na Floresta Nacional do Tapajós para o período analisado de 2000 a 2013.



Fonte: Adaptado de INPE (2015b).

Também foi constatado pelo ICMBio que o índice de roubo de madeira diminuiu drasticamente nos últimos anos. No período anterior ao manejo florestal comunitário, o roubo de madeira ocorria, em média, uma vez por semana. Quando a Coomflona passou a ter sobras (receita financeira líquida positiva) e participar ativamente das atividades econômicas da Flona do Tapajós, o roubo caiu para duas a quatro por ano (Informação verbal)⁵⁸. Os moradores locais apoiam as ações do ICMBio ao fazerem o monitoramento local e informando o órgão sobre possíveis casos de roubo de madeira.

[...] os próprios comunitários [...] hoje estão mais conscientizados, digamos assim, *né*, com a questão do desmatamento. Mas eu vejo assim, que [no] entorno [da Flona] gera aquele *tipo* conflito *né*, dos clandestinos, *né*. Porque

⁵⁸ Representante do ICMBio. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

hoje em dia a gente acredita que a gente *tá* combatendo muito o roubo de madeira, *né*, e o próprio desmatamento com essas informações. Depois que chegou a cooperativa, a gente vê assim que diminuiu muito, nas próprias comunidades. Hoje em dia a Coomflona oferece o trabalho aos comunitários. A gente vê que a pessoa já se envolve bem na cooperativa. Então, o que ela faz só [...] para se manter, *né*, ela não mais faz aquele desmatamento grande *pra* sobreviver [...] eu vejo que ele já se mantém ali do trabalho da cooperativa [...] a gente vê assim que dentro da comunidade já deixa de construir aqueles grandes roçados, *tá* [...]. Eu vejo assim, que o pessoal de entorno [...] já não tem aquela consciência [...] de proteger nossa floresta. Sempre tem aquele *gaiato* que invade, que extrai o nosso produto que é a madeira *né*, tem outro produto, caça ilegal (informação verbal)⁵⁹.

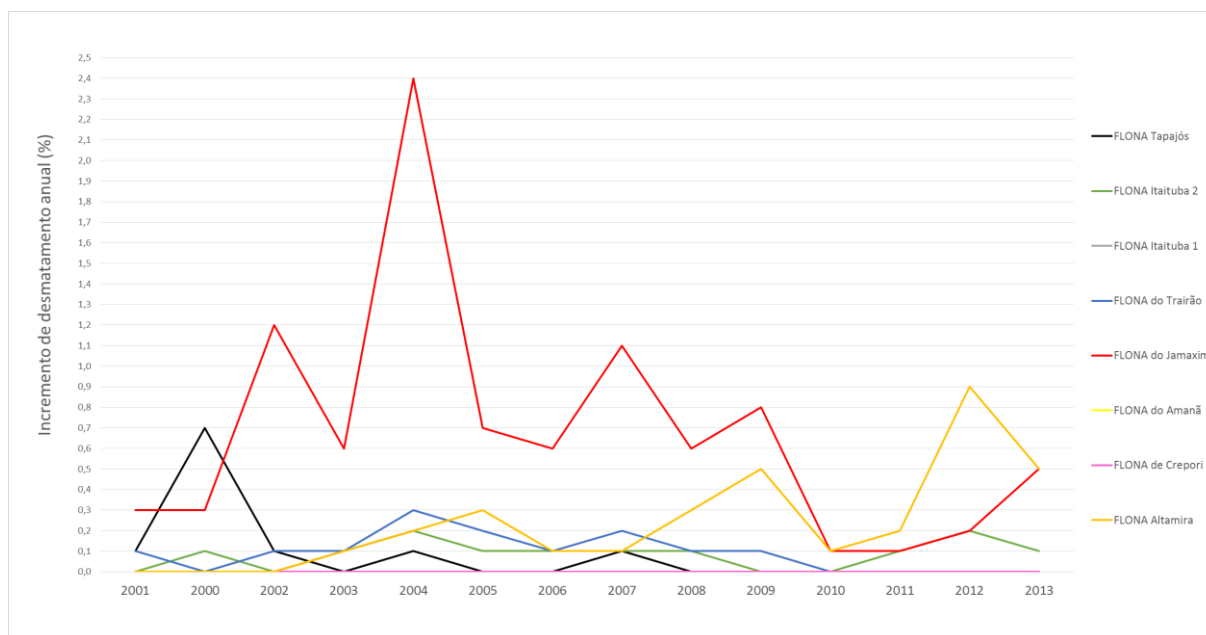
Pode-se afirmar que, dentre outros fatores, o manejo florestal comunitário implementado na Flona do Tapajós a partir da vontade dos moradores locais e com o apoio técnico, financeiro, institucional e político de organizações parceiras, o desmatamento e a ação clandestina de roubo de madeira e caça ilegal diminuíram, tornando possível a manutenção da floresta em pé e, possivelmente, a conservação da biodiversidade.

Comparando dados do incremento do desmatamento nas florestas nacionais⁶⁰ do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 para o período de 2000 a 2013, obtidos do PRODES, observa-se que o incremento do desmatamento na Flona do Tapajós foi decrescente, enquanto em outras florestas nacionais onde o manejo florestal ainda não foi estabelecido, como as Flonas Altamira e do Jamaxim, o incremento do desmatamento variou, sendo crescente em alguns anos (Gráfico 5).

⁵⁹ Representante da Coomflona. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, jan. 2015.

⁶⁰ No âmbito da Lei de Gestão de Florestas Públicas, as Flonas são consideradas florestas de produção e preferencialmente destinadas para a concessão florestal onerosa.

Gráfico 5 – Incremento do desmatamento anual nas Florestas Nacionais do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 para o período analisado de 2000 a 2013.



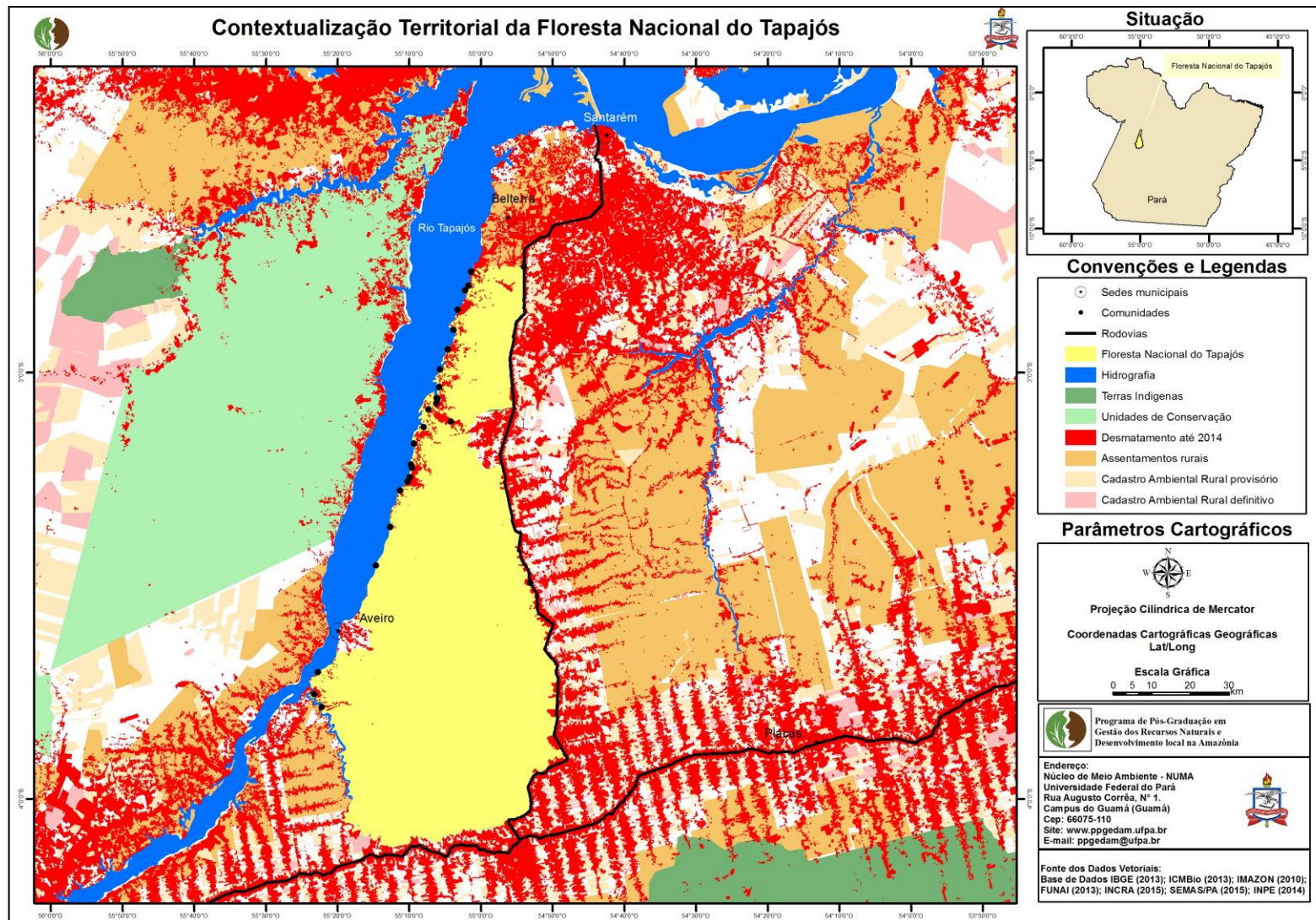
Fonte: Adaptado de INPE (2015b).

O papel do manejo florestal é extremamente importante em um contexto regional e nacional em que se discutem as alternativas para evitar a degradação florestal e o desmatamento (NOBRE, 2014). A floresta em pé deve ser valorizada e o manejo florestal é uma das opções mais concretas para isto (CRUZ; GRAFFIN, 2011; LENTINI et al., 2012).

Considerando que a Flona do Tapajós está localizada em uma região (Mapa 3) marcada pelo avanço da exploração madeireira e abertura de novas áreas para cultivo agrícola e de pastagens (CASTRO, 2008; CRUZ; GRAFFIN, 2011; VENTURIERI et al, 2007), os resultados do manejo florestal comunitário em curso nesta UC em relação à diminuição do desmatamento e roubo de madeira é mais um fator positivo para se implementar tal atividade econômica e, para isso, a parceria se revela como importante dimensão da governança ambiental para alcançar este fim.

A discussão do MFC como uma das ferramentas para o desenvolvimento local também é discutida na Resex Tapajós-Arapiuns. No início de 2015, a Coomflona firmou acordo com a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Tapajoara) para apoiar a implementação do MFC na Resex. O objetivo é aumentar a escala da produção madeireira comunitária na região e trazer transformações socioambientais positivas para o território da BR-163.

Mapa 3 – Contextualização do território onde situa-se a Floresta Nacional do Tapajós.



Fonte: Elaborado pela autora.

6.3 A cooperação nas parcerias para o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós

Um dos pressupostos para a efetivação e manutenção de parcerias é a cooperação mútua (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). No estudo de caso analisado – mesmo em situações em que as relações de poder são desiguais entre organizações parceiras, sobretudo ICMBio e a cooperativa devido às relações hierárquicas na gestão da Flona do Tapajós –, as parcerias são possíveis (MCQUAID, 2000). Isso se deve aos laços de confiança criados a partir das relações de cooperação mútua entre os atores do sistema social que compõe o universo pesquisado de parceiros da Coomflona.

A pesquisa de campo revela que a cooperação no âmbito das parcerias para o manejo florestal na Flona do Tapajós se dá, sobretudo, entre pares, envolvendo a cooperativa e uma determinada organização, com exceção do ICMBio, que também possui parcerias com o SFB e UFOPA.

Essa informação relaciona-se com a análise de redes sociais que apresenta uma rede de baixa densidade (17%) e índice de centralização de 29%. Este índice refere-se à condição (ou posição na rede social) que um determinado ator exerce em relação aos demais. No caso analisado, a Coomflona possui papel central na rede social, em que a maioria dos parceiros precisa se conectar a ela para ter algum tipo de relação uns para com os outros.

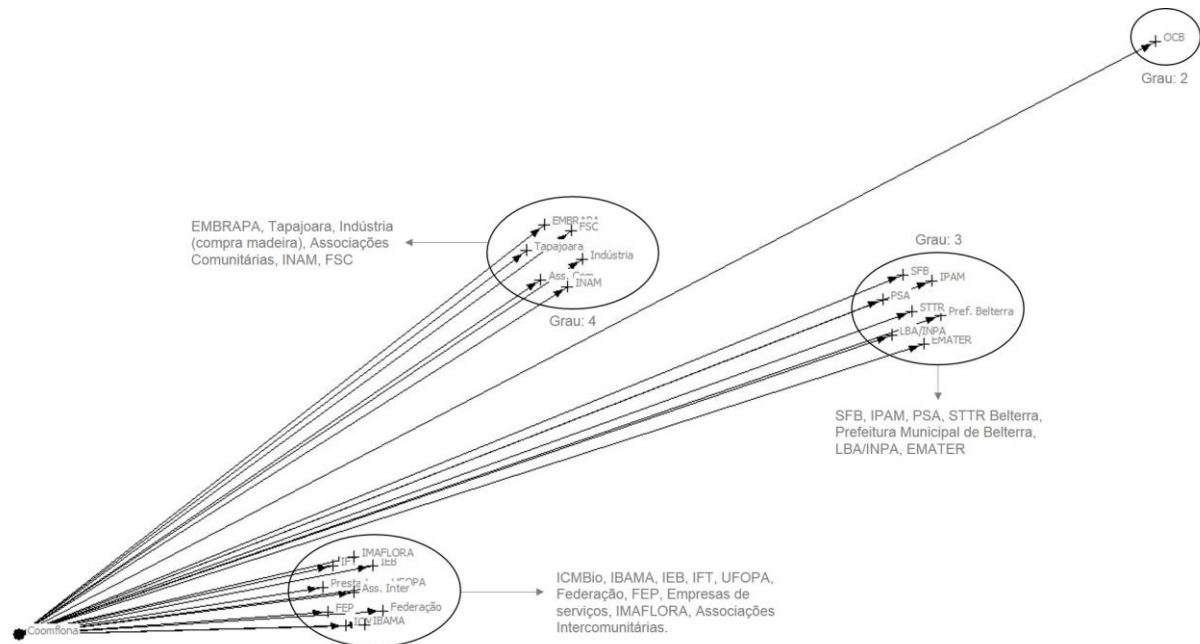
Em termos do grau de cooperação, foram analisadas as percepções de dois grupos de entrevistados, o primeiro composto por seis representantes da Diretoria (Gestão 2014-2016) da Coomflona (Gráfico 6) e o segundo, por um representante do ICMBio (Gráfico 7).

Na análise considerando a percepção dos representantes da Coomflona, em que a anotação do grau de cooperação ocorreu de forma conjunta, com os representantes se confrontando para decidir o grau, percebeu-se que a escolha do mesmo também foi política, no sentido de que alguns representantes buscaram não relacionar valores baixos (0, 1 ou 2) para não causar situação de mal-estar com o parceiro.

[...] tem conflitos de interesses institucionais [...] que tem posicionamento diferente, que tem uma visão de manejo florestal de um determinado foco, *né* e outras instituições tem outro foco e outra posição em relação à atividade [manejo florestal comunitário]. Embora isso não seja aberto, porque [...] não permite que essas posições venham à público tão

fortemente. Mas a gente percebe, que conhecendo as instituições e essas posições, aí às vezes elas dão passos paralelos e, um dos pontos que aí que eu acho que a parceria é que a instituição que está sendo apoiada, no caso a Coomflona, ela tem dificuldade de marcar posição [...] isso eu observo não só na Coomflona, mas em outras [iniciativas comunitárias] (Informação verbal)⁶¹.

Gráfico 6 – Análise do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de representantes da Diretoria da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse resultado reflete, em parte, o posicionamento dos representantes da cooperativa em relação a seus parceiros ou, organizações que apoiam a iniciativa, mas que não são, necessariamente, parceiras, considerando que a definição de parceria adotada neste trabalho é aquela relação entre duas ou mais partes interessadas em unir recursos (humanos, financeiros, outros) para alcançar objetivos comuns (MCQUAID, 2000).

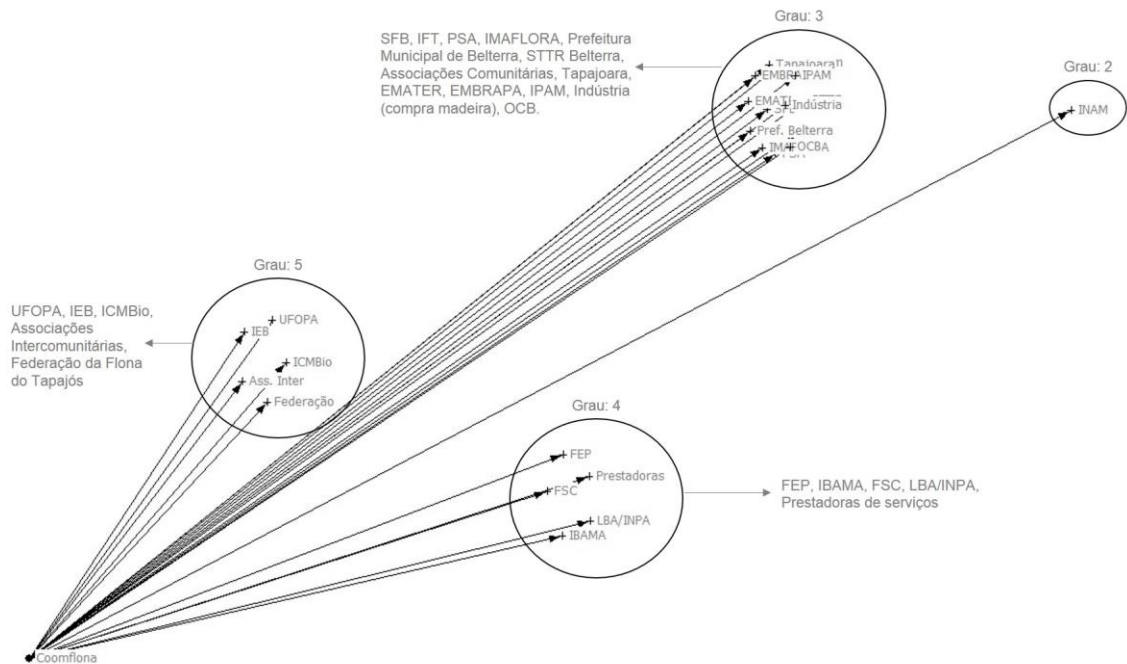
Teodósio (2011) alerta para o fato de que, quando um ator se associa a uma rede, existe um ganho de imagem e reputação institucional para este ator. No presente estudo, algumas organizações citadas pelos entrevistados possuem pouca ou nenhuma ação de cooperação mútua para o MFC na Flona do Tapajós e, mesmo assim, se configura como parceiro. A partir da observação participante realizada na pesquisa de campo deste estudo, observa-se que estas organizações foram citadas porque em um determinado momento tiveram algum tipo de contribuição, mas por

⁶¹ Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

questões políticas e institucionais, são mantidas como parceiras, pelo menos no discurso, para manter boa relação ou lançar mão da relação no futuro em benefício da Coomflona.

Os parceiros com maior grau de cooperação são também aquelas organizações mais próximas à cooperativa, que estão, constantemente, dirimindo questões técnicas, operacionais e de gerenciamento do manejo florestal. Além daquelas organizações relacionadas à produção florestal, como as empresas que prestam serviços de arraste e transporte da madeira e uma ONG relacionada à certificação florestal FSC do manejo florestal da Coomflona.

Gráfico 7 – Análise do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de um analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do grau de cooperação realizada por um analista ambiental do ICMBio apresenta configuração menos política e mais técnica das relações de parceria entre Coomflona e organizações. Os maiores graus de cooperação associam-se às instituições que atualmente são mais importantes para a cooperativa, com exceção do Projeto Floresta em Pé, que finalizou em 2011, mas que permitiu que SFB e IEB mantivessem seu apoio ao MFC na Flona do Tapajós.

As relações de parceria entre Coomflona e instituições governamentais e não governamentais são, em sua maioria (63%), informais. Por informais

consideram-se aquelas parcerias que não possuem acordo de cooperação ou outro instrumento formal que reconhece a parceria. Ainda que sejam informais, as parcerias são consistentes, em função do tempo de relação, grau de cooperação e, principalmente, confiança entre os parceiros (BORGES et al., 2011).

Segundo Fowler (1997) e Harris (2000) apud Vasconcellos Sobrinho (2009), as parcerias autênticas e ideais são aquelas baseadas na confiança mútua. Entretanto, essas parcerias são baseadas, na maioria das vezes, nas pessoas e não nas organizações e instituições.

Um problema das instituições públicas [é] que os servidores têm dificuldade de assumir as diretrizes dos órgãos, quando esses órgãos têm as diretrizes. Se o órgão tem determinada diretriz, o servidor ele pode segui-la ou não. Isso é um problema, porque ele acaba colocando as posições pessoais, *né*, em detrimento das posições institucionais e isso atrapalha o produto final, resultado final da atividade, o desempenho daquela gestão, o desempenho daquela instituição, [...] porque é muito mais uma questão de disciplina. O servidor tem dificuldade de atender as diretrizes técnicas e políticas daquela instituição. Quanto mais desestruturado o órgão maior a capacidade de prevalecer a posição ideológica de um determinado servidor, *né*, e quando não existe essa formalização de parceria isso é mais agravado ainda (Informação verbal)⁶².

Esse é um risco que as parcerias informais, por mais que sejam baseadas na confiança mútua e, conseqüentemente, com o capital social fortalecido, assumem. Ao mesmo tempo, formalizar as parcerias pode torná-las difíceis de serem executadas, devido à burocratização da relação (MCQUAID, 2000).

Para McQuaid (2000), quando há formalização da parceria por meio de contrato ou acordos, corre-se o risco de o processo se tornar burocrático e diminuir a cooperação voluntária entre os parceiros. Tais instrumentos institucionais podem aumentar a credibilidade das parcerias por meio da certeza dos compromissos assumidos formalmente, todavia, pode diminuir a confiança quando os parceiros recuam frente aos compromissos formais assumidos pelo instrumento institucional. Entretanto, a não formalização das parcerias pode concentrar as ações de cada parceiro a partir de sua visão e prioridades, deixando lacunas nos processos de desenvolvimento coletivo (MCQUAID, 2000).

Em contrapartida, se há formalização da parceria e o capital social está fortalecido, as ações de cooperação mútua podem não sofrer impactos da formalização. No caso estudado, observou-se que a parceria entre UFOPA e Coomflona foi formalizada depois de muitos anos de atuação conjunta e que,

⁶² Representante do SFB. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, out. 2014.

mesmo com o acordo entre as partes, UFOPA e cooperativa realizam mais atividades do que aquelas previstas no acordo. Este fato pode relacionar-se com a confiança entre os atores.

O acordo [...] é mera formalização. A gente [UFOPA] não utiliza o acordo *pra nada* [...]. Tudo ia acontecer se não tivesse acordo também [...]. Isso acaba resguardando as duas partes [...]. As relações estão muito bem definidas, *tá enraizado*, vamos dizer assim, essa parceria entre o curso de engenharia florestal [da UFOPA] e a Coomflona, ela está bem estabelecida, ela é uma coisa que interessa realmente ambas as partes, entendeste? A partir do momento que uma das partes passar a desinteressar-se, vai acabar, não é o acordo que vai segurar (Informação verbal)⁶³.

Segundo Borges et al. (2012), formalizar ou institucionalizar as relações em rede é um desafio. Para os autores, o problema refere-se à inflexibilidade organizacional a partir da institucionalização das redes sociais. Uma alternativa para as parcerias formais e, principalmente, informais estabelecidas e que está dando certo é manter diálogo aberto entre os parceiros, que pode ser feito por meio de mecanismos de avaliação das parcerias e planos estratégicos anuais.

6.4 Conclusões preliminares: parcerias para a conservação ambiental e geração de trabalho e renda

O manejo florestal comunitário é uma das opções mais concretas para valorizar as florestas, mantendo suas funções ecológicas e ambientais e gerando riquezas a partir da comercialização de seus produtos. Por meio desta ferramenta de conservação ambiental, os riscos de degradação florestal e desmatamento em florestas públicas da Amazônia podem diminuir ou ser evitados. Desta forma, para consolidar aquelas florestas destinadas como UCs de Uso Sustentável, o manejo florestal se apresenta como opção e direito de populações tradicionais e comunidades que vivem nessas áreas.

Apesar de o manejo florestal fazer parte de projetos, programas e políticas públicas e ser um direito de populações tradicionais e comunidades, ele ainda não ganhou escala suficiente para abastecer a indústria madeireira a contento e inibir a ação ilícita de empresas madeireiras na região amazônica. Por este motivo, frente às dificuldades que os órgãos governamentais possuem em fomentar tal atividade, a parceria se mostra como uma importante dimensão da governança ambiental para o fomento ao MFC em florestas públicas da Amazônia brasileira.

⁶³ Representante da UFOPA. Entrevista concedida à Ana Luiza V. Espada. Santarém, fev. 2015.

Em uma floresta pública localizada no Distrito Florestal da BR-163, a Flona do Tapajós, a presença de organizações parceiras foi ímpar ao processo de consolidação da gestão social e financeira da Coomflona. Com a ação conjunta desta cooperativa e de seus parceiros, foram criados fundos estatutários que trazem benefícios ao negócio florestal e às famílias que residem na Flona. Destaque é dado ao Fundo de Apoio Comunitário, destinado a novas atividades econômicas na Flona do Tapajós e que pode ser acessado pelas comunidades mediante projeto de interesse coletivo e aprovação da cooperativa.

As parcerias também se mostram importantes para o desenvolvimento e ampliação da atividade econômica. Sabendo que o manejo madeireiro das florestas nativas é uma opção da cesta de produtos florestais, a Coomflona vem investindo em novas frentes, como o beneficiamento da borracha natural, óleo vegetal e aproveitamento de resíduos da exploração florestal para produção de móveis. Com isso, se ganha escala e gera-se mais trabalho e renda para as famílias e, conseqüentemente, espera-se geral bem-estar social e desenvolvimento local, já que o manejo florestal também é um dos fatores que fizeram com que diminuíssem as taxas de desmatamento e o roubo de madeira na Flona do Tapajós.

As parcerias são baseadas em relações de confiança e colaboração mútua. O estudo revelou um universo amplo de organizações consideradas parceiras da cooperativa, mas o grau de cooperação é diferenciado, sendo maior para aquelas organizações mais presentes e que mais cooperam para que o manejo florestal se estabeleça e se amplie, como o ICMBio, IBAMA, SFB, UFOPA, IEB, IFT, Federação da Flona do Tapajós e associações comunitárias. Em outros casos, foram considerados grau de cooperação “5” aquelas instituições relacionadas à produção madeireira da cooperativa, como as empresas de prestação de serviços e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA).

A escolha do grau de cooperação pelos representantes da cooperativa considerou o fator político, evitando possível mal-estar caso fosse revelado neste estudo que o grau, na realidade, fosse menor. Enquanto que a percepção do analista ambiental do ICMBio foi mais técnica, baseada nas ações que as parcerias vêm consolidando para apoiar o manejo florestal na Flona do Tapajós.

A confiança nas parcerias estabelecidas para o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós também é um fator importante para a perenidade das relações e estabelecimento de compromissos que não são formalizados em

contratos ou acordo de cooperação entre as instituições envolvidas. Se, por um lado a formalização pode resguardar os parceiros e esclarecer os papéis, por outro, pode burocratizar as relações e não necessariamente tornar as parcerias efetivas. O que faz a parceria ser uma relação ideal de parceria são os laços de confiança entre os atores, cooperação mútua e a sinergia para alcançar objetivos comuns.

Os ganhos com o estabelecimento de parcerias são conhecidos, embora este trabalho não tenha explorado os indicadores sociais e econômicos que estejam, de fato, mudando a vida das pessoas. Acredita-se que sejam positivos ao considerar que o manejo florestal realizado pela Coomflona é uma atividade estabelecida há quase dez anos e que tende a crescer para agregar mais cooperados. Mesmo assim, é necessário um estudo mais aprofundado sobre os benefícios socioeconômicos e ambientais gerados a partir do MFC na Flona do Tapajós.

7. CONCLUSÕES: PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA

A promoção do manejo florestal comunitário, enquanto atividade econômica sustentável com vistas à conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, pode ser mais efetiva e eficiente quando existem parcerias.

Parcerias são baseadas em relações de cooperação mútua e confiança para o alcance de objetivos comuns, mesmo que alicerçados em interesses individuais, mas que só podem ser atingidos a partir da colaboração de outros atores sociais. Fato este observado na implementação de políticas, programas e projetos para o manejo florestal comunitário na Amazônia.

O manejo florestal comunitário faz parte de políticas públicas que integram diferentes ministérios, sendo considerado uma ferramenta de conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Todavia, o poder público ainda enfrenta uma série de dificuldades, como a escassez de recursos humanos e financeiros, para promover essa atividade.

A experiência bem-sucedida da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós revela que, mesmo diante das adversidades para a implementação e consolidação do manejo florestal comunitário como ação governamental, é possível ter sucesso, quando os moradores locais se envolvem e protagonizam a luta por seus interesses e não se intimidam em procurar apoio institucional, técnico e financeiro.

Os moradores da Flona do Tapajós sempre contaram com o apoio de diferentes organizações para implementar, consolidar e aprimorar o manejo florestal comunitário, desde sua concepção, ainda como Projeto Ambé, a até dez anos depois de existência. Embora o MFC na Flona do Tapajós tenha sido favorecido pelos aportes financeiros e técnicos do ProManejo, o estudo revelou que as parcerias entre a cooperativa criada para gerir e executar o manejo florestal, governo, organizações não governamentais, universidade e empresas são ímpares para a promoção de atividades sustentáveis de uso e gestão dos recursos naturais.

No estudo, foram levantadas 24 organizações parceiras da Coomflona. Entretanto, a dinâmica das parcerias revela a atuação dos parceiros em diferentes momentos da história de criação e consolidação da cooperativa. Este fato pode relacionar-se às mudanças de direcionamentos das organizações e aos tipos de parceria conforme período vivido pelos moradores locais e cooperativa.

As parcerias políticas, como do STTR de Belterra, foram essenciais no período de reivindicações dos moradores pelo uso dos recursos florestais e garantia de direitos para permanência na floresta pública. Passado esse período, as parcerias técnicas, como do SFB e do IEB, e institucionais, como do ICMBio e da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, foram importantes para a construção do modelo de gestão comunitária dos recursos florestais instalado na Flona do Tapajós.

Embora o estudo revele um grande número de parceiros, o ator central das relações de parceria para o manejo florestal na Flona do Tapajós é a Coomflona. Este fato relaciona-se à densidade da rede social analisada, a qual é baixa (17%) em função das poucas ligações (ou relações) entre os parceiros, mostrando fragilidades enquanto governança ambiental, uma vez que os atores envolvidos não se comunicam para efetivar ações conjuntas que possuem a mesma finalidade.

A Coomflona, como ator central da rede e que se relaciona (ligações) com todos os parceiros, encontra-se em uma situação delicada de intermediação dos interesses dos parceiros. Em alguns casos, a cooperativa tem dificuldades de se posicionar para evitar algum desentendimento com os mesmos. Este fato pode estar relacionado à falta de estratégia das parcerias, sendo preciso deixar claro o papel de cada parceiro, bem como seu compromisso na rede.

Quanto aos tipos de parcerias formadas, observa-se, a partir da percepção dos cooperados e de um analista do ICMBio, que são, sobretudo, do tipo institucional, política e técnica, envolvendo organizações governamentais (ICMBio, SFB, IBAMA), não governamentais (IEB, IFT, IPAM, PSA) e de pesquisa e (UFOPA, EMBRAPA). Isto revela diversidade de setores da sociedade envolvidos na promoção do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós. Fato este positivo, pois a diversidade de atuação dessas parcerias beneficia a estabilidade das próprias parcerias e aporta aos processos de governança ambiental a formação de uma rede de parcerias mais consistente, ampla e diversificada.

A respeito das diversas parcerias identificadas, percebe-se que algumas instituições parceiras possuem maior proximidade à Coomflona em comparação a outras. Esse grupo mais coeso das parcerias foi denominado no estudo como círculo de confiança, composto pela Coomflona, ICMBio, SFB, IBAMA, UFOPA, IEB e IFT.

Mesmo que as demais instituições citadas na pesquisa de campo não estejam no círculo de confiança da Coomflona, as possibilidades de apoio para a implementação do manejo florestal se ampliam a partir do momento em que as ligações fracas e distantes fazem conexões com outras redes, trazendo mais atores para a rede que envolve a Coomflona. Entretanto, o estudo não se aprofundou nesse tema e novos estudos podem dirimir essas questões ao buscar compreender o alcance dos atores a outras redes sociais, de modo a fortalecer o MFC em florestas públicas brasileiras.

No âmbito das relações envolvendo as organizações que compõem o círculo de confiança da Coomflona, buscou-se compreender as forças de poder que influenciam a tomada de decisão para o manejo florestal. O ICMBio possui forte influência na tomada de decisão ao exercer poder sobre a cooperativa, às vezes, não respeitando o tempo que este parceiro precisa ter para reflexão e tomada de decisão, embora este mesmo órgão seja um dos maiores interessados de que o MFC se mantenha como atividade produtiva sustentável, por diminuir ações ilícitas na Flona do Tapajós e potencializar ações que estão sob sua responsabilidade, como fomentar o próprio manejo florestal.

O IBAMA exerce controle sobre a produção por ser o órgão que licencia a atividade e segue os trâmites legais para isto. A UFOPA e o IFT possuem influência nas questões de assistência técnica do manejo florestal, enquanto SFB e IEB relacionam-se com questões mais estratégicas, de gestão e institucionais.

O poder desigual nas relações de parceria é algo esperado de ocorrer, principalmente quando existem instituições que aportam recursos financeiros nas relações ou possuem mais conhecimento técnico sobre as questões tratadas. Entretanto, a busca pelo equilíbrio do poder nas parcerias é necessária – mesmo se não for alcançada em sua plenitude –, para dar voz aos desempoderados e respeitar a diversidade de conhecimentos e saberes, como os tradicionais e locais.

O desequilíbrio do poder nas parcerias pode afetar a tomada de decisão e prejudicar o desenvolvimento local em detrimento do atendimento de interesses particulares. Todavia, as parcerias para o MFC na Flona do Tapajós se mantêm e promovem ações concretas para a consolidação e aprimoramento do MFC. Este fato pode relacionar-se à confiança estabelecida entre cooperativa e parceiros, além da cooperação mútua entre os atores.

Desta forma, conclui-se que as parcerias podem existir mesmo quando existem relações desiguais de poder e que tais relações não desestruturam a efetividade das ações para consolidação do MFC na Flona do Tapajós, desde que haja confiança e cooperação mútuas entre os parceiros. Estas são alcançadas conforme as parcerias são estabelecidas e vivenciadas.

A confiança nas parcerias estabelecidas para o MFC na Flona do Tapajós também é um fator importante para a perenidade das relações e estabelecimento de compromissos que não são formalizados em contratos ou acordo de cooperação entre as instituições envolvidas. Se, por um lado, a formalização pode resguardar os parceiros e esclarecer os papéis, por outro, pode burocratizar as relações e não necessariamente tornar as parcerias efetivas. O que faz a parceria ser uma relação ideal de parceria são os laços de confiança entre os atores, cooperação mútua e a sinergia para alcançar objetivos comuns.

As parcerias formadas para a promoção do MFC na Flona do Tapajós, baseadas na confiança e cooperação mútuas, podem tornar possíveis as mudanças socioambientais desejadas no território.

Constata-se, também, que a presença das parceiras foi importante no processo de consolidação da gestão social e financeira da Coomflona. A ação conjunta desta cooperativa e de seus parceiros favoreceu a criação de fundos estatutários que trazem benefícios ao negócio florestal e às famílias que residem na Flona, como o Fundo de Apoio Comunitário, destinado a novas atividades econômicas na Flona do Tapajós e que pode ser acessado pelas comunidades mediante projeto de interesse coletivo e aprovação da cooperativa.

Verifica-se, também, que a partir do aporte técnico e financeiro do ProManejo e da atuação das parcerias técnicas, políticas e institucionais, o MFC tornou-se importante atividade econômica na Flona do Tapajós, fazendo com que outras atividades praticadas pelos moradores, como a criação de gado e a abertura de grandes roçados. Com isso, alguns objetivos do SNUC podem ser alcançados, como a manutenção da floresta em pé e, conseqüentemente, a conservação da natureza e de seus recursos naturais associados, além da promoção da melhoria da qualidade de vida de populações que residem em UCs.

Embora este trabalho não tenha explorado os indicadores sociais e econômicos do manejo florestal comunitário que estejam, de fato, mudando a vida das pessoas, acredita-se que sejam positivos ao considerar que o manejo florestal

realizado pela Coomflona é uma atividade estabelecida há quase dez anos e que tende a crescer para agregar mais cooperados. Mesmo assim, é necessário um estudo mais aprofundado dos benefícios socioeconômicos e ambientais gerados a partir do MFC na Flona do Tapajós.

Em um território marcado por projetos de desenvolvimento econômico, a exemplo, o 1º PIN, que acarretaram transformações consideráveis a partir da construção de grandes eixos rodoviários (BR-163 e BR-230), criação de assentamentos rurais para atender programas da reforma agrária e que enxergavam a floresta como uma barreira ao crescimento econômico (produção agropastoril) e implantação e crescimento de “*urbs*” rurais (agrovilas, rurópolis), a criação da Flona do Tapajós foi estratégica para diminuir as pressões de desmatamento na região.

Entretanto, neste território em que a modalidade fundiária dominante são os assentamentos criados pelo INCRA e as pressões para a implantação de culturas agrícolas e pastoris vêm avançando nos últimos anos, o MFC foi uma estratégia de apropriação do território e de uso dos recursos naturais pelos moradores da Flona do Tapajós, a partir de reivindicações e descontentamento com os projetos e programas governamentais instalados na UC (parceria governo, empresa e ITTO), e atualmente a Flona se configura como uma área conservada devido, dentre outros fatores, à destinação econômica da floresta, que a valoriza e a mantém em pé.

Neste contexto em que os conflitos pelo uso e apropriação dos recursos naturais são intrínsecos e emergentes ao território, surge uma forma de superá-los a partir da formação de uma rede de parceiros que busca promover atividades econômicas sustentáveis, como o manejo florestal comunitário.

Assim, o presente estudo revela que as parcerias firmadas no âmbito do MFC da Flona do Tapajós são fundamentais para a governança ambiental desta UC. Todavia, considerando alguns conflitos verificados na pesquisa de campo, como a falta de posicionamento da Coomflona em relação aos diferentes interesses exercidos pelos parceiros e as relações desiguais de poder nas parcerias firmadas, conclui-se que a falta de entendimento dos papéis de cada parceiro e a ausência de uma estratégia de parcerias pode enfraquecer a rede social e torná-la, no futuro, menos eficiente e eficaz.

8. RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARCERIAS NO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Parceria se constrói fazendo parceria. Embora Trafford e Proctor (2006) sugiram que as boas parcerias estão alicerçadas na comunicação, diálogo, confiança, liderança e planejamento, Teodósio (2011) questiona as críticas existentes nas parcerias entre Estado, organizações da sociedade civil e empresas quanto à inexistência de planejamento prévio das mesmas. Nesta visão, o autor se fundamenta na dinâmica da ação social e afirma que “parcerias são construídas construindo-se parcerias” (TEODÓSIO, 2011, p. 49).

As parcerias para o manejo florestal comunitário da Flona do Tapajós é um exemplo de que parceria é fruto da tentativa da união de forças, recursos e conhecimento e do aprendizado de se fazer parceria e mantê-la no dia-a-dia. Entretanto, algumas ações podem facilitar as relações entre parceiros, potencializar a criação de novas parcerias e manter as existentes.

Desta maneira, o estudo de caso das parcerias formadas para MFC da Flona do Tapajós subsidia as recomendações para ações de construção e manutenção de parcerias apresentadas neste trabalho. Tais ações são direcionadas para as iniciativas de manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia, como as UCs de Uso Sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados. É importante notar que parceria não se constrói apenas nas fragilidades, mas sim, devem ser promovidas e reconstruídas nos momentos de estabilidade e sucesso das iniciativas. Assim, como sugerem Trafford e Proctor (2006), algumas linhas gerais para a estratégia de criação e manutenção de parceria são recomendadas:

- ✓ **Comunicação:** a transparência das ações e da própria estratégia das parcerias é fundamental para a confiança e o compromisso entre os parceiros. A comunicação possui diversas ferramentas que podem ser utilizadas para documentar, registrar e divulgar o papel de cada ator na parceria estabelecida, o planejamento das atividades propostas nas parcerias e o andamento (avaliação) das ações e das próprias parcerias.

As ferramentas podem ser da comunicação interna, entre parceiros, e da comunicação externa, caso se deseje divulgar as parcerias para um público mais amplo. Na comunicação, é preciso compreender e avaliar o público-alvo para,

então, propor as ferramentas a serem utilizadas. Embora não seja alvo deste estudo, são propostas algumas formas de comunicação (interna e externa) para as parcerias: informativos (newsletter) semestrais ou anuais; redes sociais (facebook, twitter, outros) e fóruns ou outro formato de encontro presencial.

A Coomflona, para corrigir alguns entraves que vem enfrentando nas parcerias estabelecidas, criou o Conselho Técnico Consultivo, com reuniões trimestrais. Essa iniciativa também é recomendada para o encontro presencial entre os parceiros, fornecendo mecanismos de diálogo entre os parceiros.

O diálogo frequente também é essencial para a manutenção das parcerias. Um dos problemas visualizados no estudo de caso relaciona-se à falta de diálogo e a procura do parceiro apenas quando surgem problemas. O ideal é que a parceria seja valorizada e o diálogo seja uma forma de aproximar os atores.

- ✓ Planejamento: parcerias são criadas para atingir um propósito que atende os objetivos e interesses de todos os envolvidos. Desta forma, para alcançar tal fim comum, é preciso planejar as ações e esclarecer o papel de cada parceiro no planejamento estabelecido.

O planejamento pode ser fundamental para a criação e manutenção das parcerias enquanto ação coletiva para o bem comum. De forma conjunta, os parceiros podem traçar os resultados esperados e as transformações socioambientais e econômicas que desejam atingir em um determinado período de tempo. O planejamento deve partir da definição daquilo que é estratégico, para depois pensar no operacional, pois as ações que não são alinhadas aos objetivos que se pretende alcançar contribuem pouco aos fins.

Com o alinhamento dos resultados esperados, objetivos e metas a serem atingidos, facilita-se o esclarecimento do papel de cada parceiro e como ele pode contribuir para a estratégia traçada.

A transparência das ações também se faz a partir do momento em que os papéis estão claros. Assim, as cobranças serão justas e o comprometimento de cada parceiro estabelecido de maneira clara, conjunta e transparente. Desta forma, os encontros presenciais são essenciais no processo de elaboração do planejamento das ações em parceria.

- ✓ **Facilitação:** nas parcerias, espera-se que cada parceiro tenha a mesma importância. Entretanto, considerando as agendas institucionais e as dificuldades que podem surgir se não houver uma boa comunicação entre os parceiros, é preciso que um ou mais parceiro facilite a condução dos processos estabelecidos no planejamento, como lembrar agendas e compromissos assumidos.

Ter um papel de facilitação não significa deliberar ações, mas sim, manter os parceiros envolvidos. No caso estudado, visualiza-se que a Coomflona e o ICMBio podem assumir esse papel. No caso do CTC, a Coomflona já lidera a condução do processo.

Aqui não se pretende assumir as parcerias como estruturas hierárquicas pré-definidas, pois compreende-se as parcerias enquanto rede social. Entretanto, como em qualquer rede, os atores assumem diferentes posições e conexões, seja pela posição de poder, articulação, ou outros fatores. O importante é que as conexões estejam fortalecidas o suficiente para que a ação coletiva seja efetiva. Para isto, enxergando de uma forma prática e realista, alguns atores precisam, pelo menos no início, assumir o papel de facilitação das conexões e relações, de forma a progressivamente fortalecer o capital social e tornar as relações fluidas.

- ✓ **Monitoramento do planejamento:** o planejamento da estratégia e das ações das parcerias estabelecidas deve ser dinâmico e, se preciso, revisitado (replanejamento) para alterações conforme monitoramento.

O(s) parceiro(s) facilitador(es) pode(m) assumir o monitoramento ou, para diluir compromissos e agendas, envolvendo outros parceiros e tornando o processo mais democrático e transparente, pode-se criar um comitê de monitoramento do planejamento. O principal papel deste comitê é o de monitorar se as ações estão sendo realizadas conforme planejado e, caso não estejam caminhando da maneira desejada pelos parceiros, apontar possíveis causas.

- ✓ **Avaliação das parcerias:** a partir do monitoramento do planejamento e da estratégia estabelecida para as parcerias, é essencial realizar avaliações periódicas – conforme planejamento – para avaliar se os resultados esperados, objetivos e metas estão sendo alcançados.

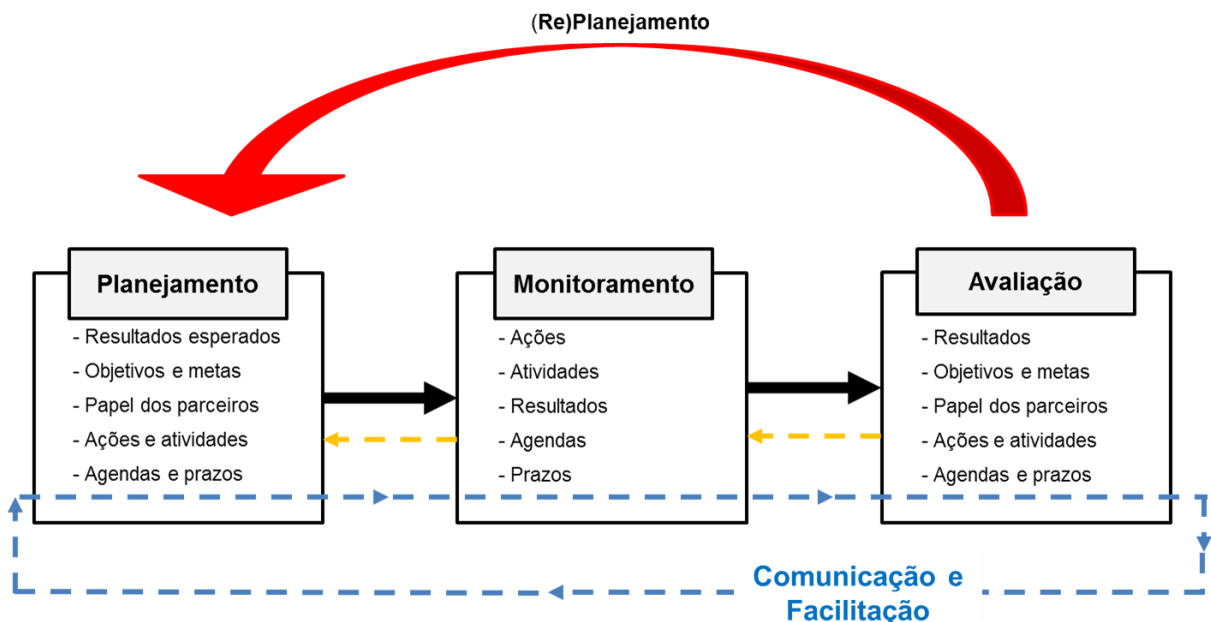
A avaliação também tem o papel de discutir desafios, entraves, conflitos e problemas ocorridos ao longo do período avaliado. Com isso, retorna-se ao

planejamento (ou replanejamento) para rever ações, formas de executá-las e o papel de cada parceiro.

As lições aprendidas ao longo dos períodos monitorados e avaliados podem ser traduzidas em informativos, boletins ou outro formato de publicação, para que outras iniciativas possam incorporar e evitar problemas e entraves.

Desta forma, as recomendações apresentadas se conectam (Esquema 4) e compõem uma ação mais ampla de criação e manutenção de parcerias para a promoção de atividades econômicas sustentáveis em florestas públicas brasileiras.

Esquema 4 – Recomendações para a ação de criação e manutenção de parcerias.



Fonte: Elaborado pela autora.

Recomenda-se o estabelecimento de uma ação coletiva, construída de forma participativa, dinâmica, comunicativa, motivada pela facilitação de atores locais, como o ICMBio e a Coomflona. Para isto, esta ação deve ser baseada no diálogo, planejamento e definição dos papéis de cada parceiro, no monitoramento e na avaliação periódica das ações conduzidas pelos parceiros e no uso de ferramentas de comunicação, como informativos semestrais, para tornar todo o processo mais participativo e transparente, de forma que seja duradouro e a cada dia fortaleça seu capital social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun., 2000.
- ADEODATO, Sérgio et al. **Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo**. 1ª ed. São Paulo. SP: FGV RAE, 2011.
- ALEJANDRO, Velázquez Álvarez; NORMAN, Aguilar Gallegos. **Manual introdutório à análise de redes sociais**. [S. l.: s. n.], 2005. Manual. Disponível em: <<http://api.ning.com/>>. Acesso em: 10 out 2014.
- AMARAL NETO, Manuel *et al.* A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. In: BENSUSAN, N. e ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: IEB, 2008, p. 231-245.
- AMARAL NETO, Manuel; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MIRANDA, Katiuscia Fernandes. **Análise de acordos entre empresa e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém: IEB, 2011.
- ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 1033-1054. 2003.
- ANDRADE, Dárlison Fernandes Carvalho et al. Manejo florestal comunitário como estratégia de gestão e melhoria da qualidade de vida da população tradicional da Floresta Nacional do Tapajós. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3, 2014. Viçosa, Minas Gerais. **Anais...** Viçosa: UFV, p. 1-11, 2014.
- ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. Texto para Discussão 155, Instituto de Economia da UNICAMP. 2009. ISSN 0103-9466
- BAVA, Silvio Caccia. Desenvolvimento local. Uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. 112 p.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86. 2005.
- BODIN, Orjan; CRONA, Beatrice. The role of social networks in natural resource governance: What relational patterns make a difference? **Global Environmental Change**, v. 19, p. 366-374, 2009.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p.68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BOOTH, David. Bridging the macro-micro divide in policy oriented research: two African experiences. In: EADE, D. (Coord.), **Development methods and approaches: critical reflections**, p. 44-59. London: Oxfam. 2003.

BORGATTI, Steve; EVERETT, Martin; FREEMAN, Lin. **Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies. 2002.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-217, 2003.

BORGES, Claudia Andréa Mayorga; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; GUERRA, Júnia Fátima do Carmo. Redes sociais, participação e racionalidade: um estudo de caso sobre suas tramas nas organizações não governamentais. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 31-41, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Social capital. In ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES. **Anais...** Le capital social, v. 31, p. 2-3, jan. 1980.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 73.069 de 01 de novembro de 1973**. Aprova o Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal do Brasil (PRODEPEF), constitui a Comissão Nacional de Pesquisa Florestal, e dá outras providências. Brasília, DF: 01 nov. 1973. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=187005&norma=202590>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. **Lei nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974**. Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Brasília, DF: 19 fev. 1974. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, dentre outros. Brasília, DF: 02 mar. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: 7 fev. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 11.516, de 8 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e dá outras providências. Brasília, DF: 8 ago. 2007b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm >. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009.** Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF: 5 jun. 20097. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRITO, Lydia Maria Pinto. Desenvolvimento Local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 26, 2006. Fortaleza. **Anais...** p. 1-8, 2006.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CARNEIRO, Marcelo et al. Políticas Públicas e os Desafios para a Consolidação do MFCF em Assentamentos e Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira. In: Cruz, H. et al. (ORG.). **Relação empresa | comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé.** Belém: IBAMA/DBFLO, 2011, p. 286-306.

CASTRO, William Martins. **Análise espacial das mudanças na cobertura e uso da terra em Santarém e Belterra, Pará, Brasil.** 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Orientação de Dr. Mateus Batistella.

CATTANI, Antônio David; FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13 n. 2, p. 164-172, jul./dez. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa; JUCHEM, Dionise Magna. Políticas Públicas: uma análise mais apurada sobre Governança e Governabilidade. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, jul. 2009. ISSN: 2175-3423

CELENTANO, Danielle; SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO, Adalberto. **A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010**. Belém: Imazon, 2010.

COOPERATIVA MISTA DA FLONA DO TAPAJÓS. **Ecoloja Tapajós**. Santarém: Coomflona, 2014. Disponível em: <http://www.coomflona.com.br/?page_id=269>. Acesso em: 02 mai. 2015.

CRUZ, Hildemberg; GRAFFIN, Ambroise. O projeto FEP e o contexto da região de Santarém. In: Cruz, H. et al. (ORG.). **Relação empresa | comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: IBAMA/DBFLO, 2011, p. 21-35.

De CAMINO, Ronnie Velozo. Estado Actual del Manejo Forestal Comunitario y sus Perspectivas, en la Biosfera Maya, Petén, Guatemala. **Memorias del Taller Regional, Manejo Forestal Comunitario y Certificación en América Latina**. Bolivia: GTF, GTZ e WWF, 2002.

DUDLEY, Nigel (ed.). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Grand, Suiza: UICN, 2008.

ESPADA, Ana Luiza Violato et al. **Motivações e estratégias de pequenos produtores para o manejo florestal: realidade na BR-163 e BR-230, estado do Pará**. Belém: [s.n.], 2010a.

ESPADA, Ana Luiza Violato; REIS, Serginande; LIMA, João Adriano; LENTINI, Marco. Acordos Empresa-Comunidade: Recomendações Técnicas para acordos Legais e Justos entre Empresas Madeireiras e Comunidades Florestais na Amazônia. **Boletim Técnico IFT 1**. Belém: IFT, 2010b. 8 p. Disponível em: <www.ift.org.br>. Acesso em: 01 mai. 2015.

ESPADA, Ana Luiza Violato. Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário. In: IV COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE, 4, 2013, Belém. **Resumos...** Belém: Unama, 2013. p. 294-308.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LÉNA, Philippe. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. **Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, Belém, ano 1, n. 1, p. 3-5. 2002.

FANTINI, Alfredo Celso; CRISÓSTOMO, Charle Ferreira. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 2, p. 231-246, maio-ago. 2009.

FONSECA, Gustavo A. B. et al. Desafiando o Fim da Natureza. In: ZARIN, D. J., et al. (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005.

FONSECA, Igor Ferraz; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr., 2009.

FONSECA, Antônio, SOUZA Jr., Carlos; VERÍSSIMO, Adalberto. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (março de 2015) SAD (p. 10)**. Belém: Imazon, 2015. Disponível em: < <http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-marco-de-2015-sad/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

FROEHLICH, José Marcos. O Local na atribuição de sentido do desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 94, p. 87-96. 1998.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. Brasília: IPEA, 1997.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO. **Anais...**, Manaus: 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GRAFFIN, Ambroise; Barthelon, Sophie; Sablaurolles, Philippe. A exploração florestal a partir de manejo: uma atividade acessível e rentável para as comunidades na Amazônia brasileira? In: Cruz, H. et al. (ORG.). **Relação empresa | comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: IBAMA/DBFLO, 2011, p. 207-232.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, v. 1, n. 1, p. 201-233, 1983.

GUARIGUATA Manuel. Avances y perspectivas del manejo forestal para uso múltiple en el trópico húmedo. In: GUARIGUATA, M. (Ed.). **Avances y perspectivas del manejo forestal para uso múltiple en el trópico húmedo**. CIFOR: Bogor, 2013, p. 1-7.

GUERRA, Júnia Fátima Carmo; TEODÓSIO, Armindo Santos de Sousa. Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública. In: V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 5, 2011. **Anais...** Florianópolis, p. 2-16, mai. 2011.

HUMPHRIES, Shoana et al. Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon. **Ecological Economics**, v. 77, p. 62-73, 2012.

HUMPHRIES, Shoana; ANDRADE, Dárlison; MCGRATH, David. **COOMFLONA: A successful community-based forest enterprise in Brazil**. San Francisco: Earth Innovation Institute. 2015, 22 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2011**. Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos

administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional. Brasília, DF: 16 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós.** Relatório. Santarém: ICMBio, 2015. Diagnóstico socioeconômico das famílias em Unidades de Conservação financiado pelo ICMBio.

IBAMA. **Floresta Nacional do Tapajós: Plano de Manejo.** Vol 1. Brasília: IBAMA, 2004. 373 p.

IBAMA. **Relatório Técnico-Financeiro Final do ProManejo.** Brasília: IBAMA, 2007. 148 p.

INCRA. Norma de Execução nº 93, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre a aprovação de modelos de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF. Brasília, DF: 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/normas/ne_93_dd.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

INPE. Monitoramento da Floresta amazônica Brasileira por Satélite – Projeto Prodes. **Banco de Dados.** Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 13 abr. 2015a.

INPE. Desmatamento nas Unidades de Conservação. **Base de Dados.** Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>>. Acesso em: 03 mai. 2015b.

JONG Wil et al. Antecedentes, realidad y oportunidades del manejo forestal comunitario en América Latina. In: SABOGAL, C. et al. (Ed.). **Manejo forestal comunitario en América Latina: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro.** Borgor: CIFOR. 2008, p. 35-66.

KAIMOWITZ, David. A sabedoria convencional sobre o manejo florestal Sustentável e uma agenda florestal para as comunidades pobres. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 471-480.

KELLER, Michael et al. A sustentabilidade da exploração seletiva de madeira nas florestas da Amazônia brasileira: os balanços de carbono e o sensoriamento remoto como ferramentas para avaliar os efeitos da exploração madeireira. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 67-94.

KISSELER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP Rio de Janeiro**, v. 40, n. 3, p. 479-99, maio/jun. 2006.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61. 2002.

KOURY, Carlos; RIZZO, Eduardo. Gestão participativa no Amazonas: a experiência na RDS Uatumã. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 68-75.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. **Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, Belém, ano 1, n. 1, p. 9-21. 2002.

LENTINI, Marco; PEREIRA, Denys, CELENTANO, Danielle; PEREIRA, Ritaumaria. **Fatos Florestais da Amazônia 2005**. Belém: Imazon, 2005.

LENTINI, Marco; SCHULZE, Mark; ZWEEDE, Johan. Florestas Públicas na Amazônia: os desafios ao sistema atual de concessões. **Ciência Hoje**, v. 44, n. 262, p. 35-44. 2009.

LENTINI, Marco; AMORIM, Paulo; ESPADA, Ana Luiza Violato. O manejo florestal para a produção de madeira em unidades de conservação. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, p. 133-137, 2012.

LEYS, Andrea J.; VANCLAY, Jerome K. Social learning: A knowledge and capacity building approach for adaptive co-management of contested landscapes. **Land Use Policy**, n. 28, p.574-584, 2011.

LIMA, Gabriela Garcia Batista. O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas. **Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 32.2, p. 157-178, jul./dez. 2012.

LION, Pedro Bruzzi. **Projeto BR 163 lança sementes para o desenvolvimento da região**. FAO: Brasília, 2009. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/projBR163.asp>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

LISTER, Sarah. Power in partnership? An analysis of an NGO's relationships with its partners. **Journal of International Development**, v. 12, n. 2, p. 219-225, 2000.

MCQUAID, Ronald William. The theory of Partnership: why have partnerships? In: OSBORNE, S. P. (Ed.). **Public-Private Partnerships: Theory and Practice in International Perspective**. Routledge: London, p. 9-35, 2000.

MEDINA, Gabriel; POKORNY, Benno. Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 25-36, dez. 2011.

_____. **Avaliação financeira do manejo florestal comunitário**. Goiânia: Kelps, 2014.

MERTENS, Frédéric et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41 n. 4, p. 481-492. 2011.

MILANO, Miguel Serediuk. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 16-28.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 245.

NOBRE, Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia**. São José dos Campos: 2014. Relatório de Avaliação Científica realizado pela Articulación Regional Amazónica (ARA).

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV. São Paulo: Pólis. 2001. 40p.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai./ago. 2002.

OSBORNE, Stephen P.; JENEI, Gyorgy; FABIAN, Gergely. 'Whispering at the Back Door'? Local Government – Voluntary and Community Sector Relationships in Post-accession Hungary. **Public Policy and Administration**, v. 23, n. 4, p. 331-350, 2008.

PACHECO, Pablo. **Contribuye la descentralización a mejorar la gestión forestal?** Las lecciones aprendidas del caso boliviano. Borgor: CIFOR, 2012.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Belém/São Paulo: Imazon e Imaflora, 2009.

PANDEFF, Pando Angeloff; SILVA, Janie Garcia. Gestão ambiental aplicada à exploração sustentável de recursos naturais em Unidades de Conservação. In: V CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 5, 2009, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro, 2009. p. 1-24.

PEREIRA, Denys et. al. **Fatos Florestais da Amazônia 2010**. Belém: Imazon, 2010.

PINTO, Andréia; AMARAL, Paulo; AMARAL, Manuel. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010**. Belém: Imazon; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2010.

RADACHOWSKY, Jeremy. Concesiones forestales en la Reserva de la Biosfera Maya, Guatemala: Una década después. In: GUARIGUATA, M. (Ed.). **Avances y**

perspectivas del manejo forestal para uso múltiple en el trópico húmedo. CIFOR: Bogor, 2013, p. 11-35.

SABLAYROLLES, Philippe; MIRANDA, Katuscia. A região de Santarém e as cadeias madeireiras. In: Cruz, H. et al. (ORG.). **Relação empresa | comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé.** Belém: IBAMA/DBFLO, 2011, p. 38-62.

SABOGAL, César (Ed.) **Manejo forestal comunitario en América Latina:** experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Borgor: CIFOR, 2008.

SACHS, Ignacy. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: Nascimento, E. P.; Nildo, J. (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond. 2007, p. 21-41.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond. 2008, 1152 p.

SAYAGO, Doris; MACHADO, Luciana. O pulo do grilo: o Incra e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, D. et al. (Org.). **Amazônia: cenas e cenários.** Brasília: Universidade de Brasília. 2004, p. 217-235

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários. In: SAYAGO, D. et al. (Org.). **Amazônia: cenas e cenários.** Brasília: Universidade de Brasília. 2004, p. 17-28

SCHMINK, Marianne. Comunidades, Florestas, Mercados e Conservação. In: ZARIN, D. J., et al. (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 161-174.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia.** Belém: UFPA, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, 2004.

SCHULZE, Mark, GROGAN, Jimmy, VIDAL, Edson. O manejo florestal como estratégia de conservação e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia: quanto separa os sistemas de exploração madeireira atuais do conceito de manejo florestal sustentável? In: BENSUSAN, N. E ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo.** Brasília: IEB. 2008, p. 157-213.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras. 2010, 462 p.

SFB. **Plano Anual de Outorga Florestal 2015.** Brasília: SFB, 2014. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/destaques/plano-anual-de-outorga-florestal-paof-2015>>. Acesso em 13 abr. 2015.

SFB. **Gestão de Florestas Públicas: Relatório 2014**. Brasília: SFB, 2015.
Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/publicacoes/instrumento-de-gestao>>.
Acesso em 13 abr. 2015.

SILVA, José Natalino Macedo; CARVALHO, João Olegário Pereira; LOPES, José do Carmo Alves. Inventário florestal de uma área experimental na Floresta Nacional do Tapajós. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Colombo, n. 10/11, p. 38-110, jun./dez. 1985.

SILVA, Charlene Maria Muniz; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Governança ambiental: conceitos e perspectivas de estudo para as localidades de Mocambo e Caburi, no município de Parintins/AM. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA, Manaus, Amazonas. **Anais...** Manaus: EDUA, p. 268-283, 2012. ISSN: 2178-3500

SIST, Plínio et al. Manejo florestal na Amazônia brasileira: em busca da valorização da floresta, conservação e condições de sustentabilidade. In: Cruz, H. et al. (ORG.). **Relação empresa | comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: IBAMA/DBFLO, 2011, p. 70-93.

SOARES, Eduardo Safons. (Org.) **Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma Unidade de Conservação na Amazônia: “A Floresta Nacional do Tapajós”**. Santarém: IBAMA-ProManejo, 2004.

SOBRAL, Leonardo et al. **Acertando o Alvo 2: Consumo de Madeira Amazônica e Certificação Florestal no Estado de São Paulo**. Belém: Imazon, Imaflora, Amigos da Terra, 2002.

SOUZA, Márcia Luana Moreira; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Ambiente político-institucional e desempenho de cooperativas no contexto local: uma análise de dois casos da Amazônia paraense. In: VASCONCELLOS, M.; FARIAS, A. L. A.; LOPES, O. C.; MENDES, R. L. R. **Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém: NUMA/UFPA. 2012, p. 173-204. (Estudos do Numa, 14).

TAPIA, Jorge Ruben Biton. Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.

TEODÓSIO, Armino dos Santos de Sousa. Parcerias trissetoriais: caminhos e descaminhos de três experiências brasileiras. **REUNA**, v.16, n.4, p. 43-60, out. 2011. ISSN 2179-8834.

THE WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington: The World Bank, 1992. ISBN 0-8213-2094-7

TRAFFORD, Sue; PROCTOR, Tony. Successful joint venture partnerships: public-private partnerships. **International Journal of Public Sector Management**, v. 19, n. 2, p. 177-129, 2006.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In TEISSERENC, P. et al. (Org.), **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia** Belém: NUMA/UFPA. 2008, p. 207-230.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria A Albuquerque. Participação e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir do Programa Proambiente. In Rocha, G. M. et al. (Org.). **Território de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: EDUFPA. 2009, p. 261-290.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Partnership for rural development: the relationship between Local Organisations and Government in two areas of North-East Pará, Amazonia, Brazil**. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller, 2009.

VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Desafios da parceria e participação como instrumentos de gestão coletiva para o desenvolvimento local na Amazônia. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. p. 1-17.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. State-civil society partnership: issues for debate and new researches. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 59, p.701-717, dez. 2011. ISSN 1984-9230

VENTURIERI, Adriano et al. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007, Florianópolis. **Livro de Resumos...** Florianópolis, 2007, p. 703-710.

VERÍSSIMO, Adalberto; BARRETO, Paulo. Florestas Nacionais na Amazônia brasileira: oportunidades e desafios. In: ZARIN, D. J., et al. (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 55-66.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** Belém/São Paulo: Imazon e ISA. 2011.

XAVIER, Gabriela Costa. O princípio da subsidiariedade e as distorções do modelo federativo fiscal adotado no Brasil. **Direito Público: Revista Jurídica da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais**, v. 1, n. 1, p. 109-127. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman. 2010. 248 p.

ZARIN, Daniel. Florestas produtivas neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability* desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, out. 2008.

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Protocolo de observação participante preenchido durante a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona do Tapajós, que aconteceu em Aveiro-PA, entre os dias 16 e 17 de outubro de 2014.

A 1. Exemplo de protocolo de observação participante preenchido.

<p>Dia da observação: 16/10/2014</p> <p>Local da observação: Câmara Municipal de Aveiro, PA</p> <p>Duração da observação: 9 - 17h</p>	<p>Informações adicionais/contexto da observação:</p> <p>A 52ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona do Tapajós ocorreu no município de Aveiro de forma a envolver as comunidades da Flona do Tapajós mais distante da sede do ICMBio, localizada em Santarém.</p> <p>A Flona do Tapajós ocupa</p> <ul style="list-style-type: none"> - 62% de Belterra - 7,8% de Aveiro <p>As pautas tratadas envolveram temas relacionados ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), resultados preliminares sobre o levantamento de famílias, atividades de manejo florestal na Flona, dentre outras.</p> <p>Alguns conselheiros institucionais, como SFB, PSA, IPAM, e UFOPA estavam ausentes.</p>
<p>Anotações Descritivas</p>	<p>Anotações Reflexivas</p>
<p>No dia 16 de outubro de 2014 realizei observação participante como procedimento técnico de pesquisa de mestrado. O objeto de observação foi a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona do Tapajós.</p> <p>O gestor pelo ICMBio da Flona do Tapajós, iniciou a reunião justificando o motivo da mesma ser realizada em dois dias, ao invés de um. O gestor/ICMBio mostrou a preocupação da gestão em se aproximar da população ribeirinha e indígena.</p> <p>O gestor/ICMBio deixou claro que a reunião é uma audiência pública, que todos têm direito de opinar, mas nem todos votam. E que o espaço é de manifestação de opiniões e defesa das pessoas.</p> <p>“O Conselho é o melhor que nós temos, mas não é suficiente. Precisamos popularizar e democratizar” gestor/ICMBio em referência às demandas das comunidades que não chegam ao ICMBio.</p> <p>Na pauta em que a Coomflona, representada por Sérgio Pimentel, apresentou as atividades de manejo florestal em andamento, foi dito que para 2014, foi liberado 43.000 m³ de madeira em tora, sendo esperada receita bruta de 8 a 9 milhões de reais.</p>	<p>Na fala do gestor/ICMBio, como presidente do Conselho, senti que a mesma é direcionada com base em sua opinião. Por exemplo, discussão para contratar ou não empresa que construirá as casas do PNHR.</p> <p>O ICMBio busca diminuir o distanciamento entre órgão gestor e comunidades.</p> <p>Em certo momento, houve forte intervenção do gestor/ICMBio nos negócios da Coomflona, ele verbalizou na reunião que iria convidar a população indígena da Flona a compor a Coomflona. Eu achei isso muito estranho, pois quem deve tomar decisão pelas ações da Coomflona são seus cooperados, representados pela Diretoria.</p> <p>O atual gestor/ICMBio é um grande defensor da Coomflona e do manejo florestal em grande escala realizado na Flona do Tapajós. Percebo que existe certa descrença do atual gestor/ICMBio em relação a outros modelos de manejo florestal comunitário realizados em UCs, como aqueles de baixa intensidade.</p> <p>Minha percepção é de que o modelo da Coomflona, para o atual gestor/ICMBio, é a única maneira correta de se fazer MFC e gerar trabalho e renda. A defesa é, às vezes, muito incisiva que tenho dúvidas se os próprios</p>

<p>A Coomflona possui atualmente 215 cooperados. Em 5 anos querem alcançar R\$ 25 milhões/ano empregando 500 pessoas, as quais são moradoras da Flona do Tapajós.</p> <p>Foi dito que existe pressão por roubo de madeira de ipê nos lotes de São Jorge, na região das estradas.</p> <p>Segundo o gestor/ICMBio, os cooperados possuem maior responsabilidade sobre questões ambientais e o ICMBio será mais duro com esses cooperados que fazem coisas ilícitas.</p> <p>O formato atual de organização social na Flona do Tapajós faz com que as associações comunitárias não tenham tanta participação na escolha dos novos cooperados, pois é por meio da associação intercomunitária. Os critérios de escolha não são transparentes. A sugestão é que a associação comunitária ajude na indicação do novo cooperado.</p> <p>O ICMBio busca constantemente o aumento do número de postos de trabalho na Coomflona.</p> <p>A Coomflona faz manejo florestal em 0,2% da Flona e tem mais de 200 cooperados. Aumentarem em três vezes o número de beneficiários em 3 anos. Atualmente, vendem a madeira em tora por 230,00 R\$/m³.</p> <p>Foi dito que o PSA e a Tapajoara utilizam o exemplo da Flona do Tapajós/Coomflona [viveiro de hortaliças] que abastece a cozinha da Coomflona.</p> <p>Está em curso um trabalho de fomento à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade do SFB que articula em rede a Flona do Tapajós e a Resex Tapajós-Arapiuns.</p> <p>A Coomflona também serve de modelo para a Resex Tapajós-Arapiuns, ao replicar sua experiência de manejo florestal. Estão repassando o que estão fazendo de melhor e aquilo que está dando certo.</p> <p>“Depende da parceria, se não tiver parceria não tem jeito” Leônidas, presidente da Tapajoara, associação-mãe da Resex Tapajós-Arapiuns.</p>	<p>cooperados acompanham a visão de futuro em que o gestor/ICMBio propõe à Coomflona, como aquela em que ele defende que em 5 anos a cooperativa estará arrecadando muito mais (R\$25 milhões) e empregando 500 pessoas, o dobro do número atual de cooperados.</p> <p>Eu acredito que a visão tem que ser positiva e, como gestor de uma Flona, deseja-se angariar benefícios para o maior número de famílias da Flona. Entretanto, o negócio florestal é da Coomflona e não do ICMBio e o atual gestor/ICMBio, como servidor público do ICMBio, precisa respeitar o espaço dos cooperados em decidir seu negócio, mesmo que o gestor/ICMBio seja tão entusiasta dos resultados que a cooperativa traz.</p> <p>Outro caso que reforça minha reflexão sobre o papel do gestor do ICMBio sobre a cooperativa refere-se à questão em discussão sobre a implantação de uma serraria na Flona para beneficiar a madeira em tora. Constatei que o gestor/ICMBio tem ou assume um papel de convencimento da própria Coomflona sobre a instalação da serraria.</p> <p>Outro ponto de reflexão é: em que medida o gestor/ICMBio representa os interesses e posicionamentos do órgão ICMBio? Nas parcerias pode ocorrer o envolvimento das pessoas, mesmo que estas estejam representando suas organizações. Nem sempre os interesses e o envolvimento são da organização, chamo isso de personificação das parcerias que envolvem atores institucionais.</p>
---	--

APÊNDICE B – PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente – NUMA
Programa de Pós- Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM



Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós

Entrevistador:	#: _____
Local:	Data: __/__/__

1- Dados gerais sobre o(a) entrevistado(a)

1.1- Nome: _____ F M

1.2- Instituição: _____ Local Regional Federal

1.3- Atividade que o entrevistado realiza para o manejo florestal na Flona do Tapajós

2- Qualificação da atuação da organização e parcerias formadas

2.1- Papel da organização para o desenvolvimento do manejo florestal na Flona do Tapajós

2.2- Parcerias formadas para o desenvolvimento do manejo florestal na Flona do Tapajós

2.2.1- Formal ativa ou inativa

2.2.2- Informal ativa ou inativa

2.3- Papel da organização nas parcerias formadas para o desenvolvimento do MFC na Flona

2.4- Tipo de parceria:

Instituição	Instituição	Tipo de parceria*	Ano que iniciou	Ano que acabou

*Tipos de parceria: [A] Técnica; [B] Financeira; [C] Política; [D] Outro

2.5- Como funciona a(s) parceria(s) (mecanismos, instrumentos de trabalho, outros):

2.6- Dificuldades e conflitos para o estabelecimento e manutenção da(s) parceria(s):

3- Parcerias para o manejo florestal

3.1- Significado de parceria

3.2- Avanços do manejo florestal na Flona do Tapajós a partir das parcerias formadas

3.3- Perspectivas futuras para continuidade da(s) parceria(s).

C.1.2 Grau de centralidade da rede social (Freeman degree centrality)

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```
-----
Input dataset:                parceria (C:\Users
\AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Analise parcerias
\parceria
Output degree dataset:       parceria-deg (C:\Users
\AnaLuiza\Documents\ucinet data\parceria-deg
Output centralization dataset: parceria-degcz (C:\Users
\AnaLuiza\Documents\ucinet data\parceria-degcz
Treat data as:               Auto-detect
Output raw scores:           YES
Output normalized scores:    YES
Allow edge weights:          YES
Exclude diagonal:            YES
```

Network Parcerias is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outdeg	Indeg	nOutde	nIndeg
				g	
1	Coomflona	78.000	8.000	3.545	0.364
2	ICMBio	3.000	10.000	0.136	0.455
3	IBAMA	1.000	9.000	0.045	0.409
4	SFB	2.000	12.000	0.091	0.545
5	IEB	1.000	9.000	0.045	0.409
6	IFT	0.000	7.000	0.000	0.318
7	UFOPA	2.000	12.000	0.091	0.545
8	Federacao	1.000	1.000	0.045	0.045
9	PSA	0.000	2.000	0.000	0.091
10	Projeto FEP	0.000	1.000	0.000	0.045
11	Empresas	0.000	2.000	0.000	0.091
12	IMAFLOA	0.000	1.000	0.000	0.045
13	Prefeitura de Belterra	0.000	1.000	0.000	0.045
14	STTR Belterra	0.000	1.000	0.000	0.045
15	Ass. Intercomunitarias	0.000	2.000	0.000	0.091
16	Ass. Comunitarias	0.000	1.000	0.000	0.045
17	Tapajoara	0.000	1.000	0.000	0.045
18	EMATER	0.000	1.000	0.000	0.045
19	EMBRAPA	0.000	2.000	0.000	0.091
20	INPA/LBA	0.000	2.000	0.000	0.091
21	Sec Turismo e MA STM	0.000	1.000	0.000	0.045
22	IPAM	0.000	1.000	0.000	0.045
23	INAM	0.000	1.000	0.000	0.045

23 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1	2
	Outdeg	Indeg
1 Parcerias	3.5248	0.3884

1 rows, 2 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 31 mai 15 11:12:20
ucinet
```

C.1.3 Grau de intermediação da rede social (Freeman Betweenness Centrality)

FREEMAN BETWEENNESS CENTRALITY

 Input dataset: parceria (C:\Users
 \AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Analise parcerias
 \parceria)

Important note: This routine cannot handle valued data, so it
 binarizes your data automatically.
 It DOES handle directed (non-symmetric) data, so
 it does NOT symmetrize.

Un-normalized centralization: 2716.500

		1	2
		Betweenness	nBetweenness
		-----	-----
1	Coomflona	123.500	26.732
2	ICMBio	0.500	0.108
3	IBAMA	0.000	0.000
4	SFB	0.000	0.000
5	IEB	0.000	0.000
6	IFT	0.000	0.000
7	UFOPA	0.000	0.000
8	Federacao	0.000	0.000
9	PSA	0.000	0.000
10	Projeto FEP	0.000	0.000
11	Empresas	0.000	0.000
12	IMAFLOA	0.000	0.000
13	Prefeitura de Belterra	0.000	0.000
14	STTR Belterra	0.000	0.000
15	Ass. Intercomunitarias	0.000	0.000
16	Ass. Comunitarias	0.000	0.000
17	Tapajoara	0.000	0.000
18	EMATER	0.000	0.000
19	EMBRAPA	0.000	0.000
20	INPA/LBA	0.000	0.000
21	Sec Turismo e MA STM	0.000	0.000
22	IPAM	0.000	0.000
23	INAM	0.000	0.000

DESCRIPTIVE STATISTICS FOR EACH MEASURE

		1	2
		Betweenness	nBetweenness
		-----	-----
1	Mean	5.391	1.167
2	Std Dev	25.181	5.450
3	Sum	124.000	26.840
4	Variance	634.086	29.707
5	SSQ	15252.500	714.590
6	MCSSQ	14583.979	683.270
7	Euc Norm	123.501	26.732
8	Minimum	0.000	0.000
9	Maximum	123.500	26.732
10	N of Obs	23.000	23.000

Network Centralization Index = 26.73%

Output actor-by-centrality measure matrix saved as dataset C:
 \Users\AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Analise parcerias
 \parceria-bet

 Running time: 00:00:01
 Output generated: 31 mai 15 11:18:11
 UCINET 6.556 UCINET 6.556 Copyright (c) 1992-2015 Analytic
 Technologies

C.2 Análise estatística do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de representantes da Diretoria da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

C.2.1 Densidade da rede social (Density)

DENSITY / AVERAGE MATRIX VALUE

Input dataset: grau_coom_30 (C:\Users
 \AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Grau de coopera??o
 \Coomflona\30.05\grau_coom_30)
 Output dataset: grau_coom_30-density (C:
 \Users\AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\grau_coom_30-
 density)

	1	2	3
	Avg V	Std D	Avg W
	alue	ev td	De
			gree
	-----	-----	-----
1 grau_coom_30	0.162	0.814	3.880

1 rows, 3 columns, 1 levels.

 Running time: 00:00:01
 Output generated: 31 mai 15 11:21:37
 UCINET 6.556 UCINET 6.556 Copyright (c) 1992-2015 Analytic
 Technologies

C.3 Análise estatística do grau de cooperação entre organizações que atuam em parceria para o manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, sob a perspectiva de um analista ambiental do Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

C.3.1 Densidade da rede social (Density)

DENSITY / AVERAGE MATRIX VALUE

```
-----
Input dataset:          grau_icmbio_30 (C:\Users
\AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Grau de coopera??o
\ICMBio\30.05\grau_icmbio_30)
Output dataset:        grau_icmbio_30-density
(C:\Users\AnaLuiza\Documents\UCINET Data\Analises\Grau de
coopera??o\ICMBio\30.05\grau_icmbio_30-density)
```

	1	2	3
	Avg V	Std D	Avg W
	alue	ev td	De
			gree
	-----	-----	-----
1 grau_icmbio_30	0.143	0.723	3.440

1 rows, 3 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 31 mai 15 12:34:53
UCINET 6.556 UCINET 6.556 Copyright (c) 1992-2015 Analytic
Technologies
```